



DISCIPLINA DE MERCADO | 2018

[Documento de divulgação de informações da Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Leiria, CRL. previstas na Parte VIII do Regulamento (UE) N.º 575/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho de 26 de junho de 2013]



DISCIPLINA DE MERCADO

Norma de referência:	Regulamento (UE) N.º 575/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho de 26 de junho
Periodicidade de Divulgação:	Anual
Base de Reporte:	Individual
Referência:	Ano 2018
Data de Referência:	31 de dezembro de 2018
Data do Documento:	30 de abril de 2019
Contacto:	Gabinete de Gestão de Risco – Telefone: 244 848 013 e-mail: geral@caixacreditoleiria.pt

Índice

1. Nota Introdutória	5
2. Declaração de Responsabilidade	6
3. Objetivos e políticas em matéria de gestão de risco	7
3.1 OBJETIVOS E POLÍTICAS EM MATÉRIA DE GESTÃO DE RISCO	7
3.1.1 Estratégias e processos de gestão de risco	8
3.1.1.1 Risco de Crédito	9
3.1.1.2 Risco de Concentração de Crédito	12
3.1.1.3 Risco Operacional	13
3.1.1.4 Risco de Taxa de Juro	14
3.1.1.5 Risco de Liquidez	15
3.1.1.6 Risco de Compliance	17
3.1.1.7 Risco de Reputação	18
3.1.1.8 Risco de Estratégia	18
3.1.2 Estrutura e organização da função relevante de gestão de risco	19
3.1.3 Âmbito e natureza dos sistemas de informação e de medição do risco	22
3.1.4 Políticas de cobertura e de redução do risco	22
3.1.5 Declaração sobre a adequação das medidas de gestão de risco	24
3.1.6 Declaração em matéria de risco da Instituição	25
3.1.7 DECLARAÇÃO DE ADEQUAÇÃO DE LIQUIDEZ	26
3.2 DIVULGAÇÕES RELATIVAS AO SISTEMA DE GOVERNO	26
3.2.1 Número de cargos exercidos pelos membros do órgão de administração	26
3.2.2 Política de recrutamento dos membros do órgão de administração	26
3.2.3 Política de diversificação em relação à seleção dos membros do órgão de administração	27
3.2.4 Constituição de uma comissão de risco autónoma	27
3.2.5 Descrição do fluxo de informação sobre risco para o órgão de administração	28
4. Âmbito de Aplicação	29
5. Adequação de Capitais	30
5.1 SECÇÃO A – INFORMAÇÃO QUALITATIVA	30
5.1.1 Fundos Próprios	30
5.1.1.1 Síntese das principais características	30
5.1.1.2 Descrição das principais características dos instrumentos de fundos próprios	30
5.1.1.3 Regime transitório para reduzir o impacto da introdução da IFRS 9 sobre os fundos próprios	30
5.1.2 Requisitos de Fundos Próprios	31
5.1.2.1 Método utilizado para a autoavaliação da adequação do capital interno	31
5.1.2.2 Montantes das posições ponderadas pelo risco de crédito	32
5.1.2.3 Requisitos de fundos próprios para risco de mercado e grandes riscos relativamente à atividade da carteira de negociação	32
5.1.2.4 Requisitos de fundos próprios para risco de posição, cambial e de mercadorias e posições em risco relacionadas com a liquidação	32
5.1.2.5 Requisitos de fundos próprios para risco operacional	32
5.2 SECÇÃO B – INFORMAÇÃO QUANTITATIVA / MODELOS	33
5.2.1 Modelo “Adequação de Capitais”	33
5.2.1.1 Reconciliação integral dos elementos dos Fundos Próprios	33
5.2.1.2 Divulgação dos Fundos Próprios	34



5.2.1.3 REQUISITOS DE FUNDOS PRÓPRIOS	38
5.2.1.4 ADEQUAÇÃO DE CAPITAIS.....	38
6. Posições em Risco de Crédito de Contraparte	39
7. Reservas prudenciais de fundos próprios.....	39
8. Indicadores de importância sistémica global.....	40
9. Risco de Crédito – Aspectos gerais e ajustamentos para risco de crédito	41
9.1 SECÇÃO A – INFORMAÇÃO QUALITATIVA	41
9.1.1 Definições.....	41
9.1.2 Métodos adotados para a determinação dos ajustamentos para risco de crédito	43
9.1.3 Relativamente ao risco de concentração.....	45
9.2 SECÇÃO B – INFORMAÇÃO QUANTITATIVA / MODELOS.....	47
9.2.1 Modelo “Posições em Risco”.....	47
9.2.2 Distribuição geográfica das posições em risco.....	47
9.2.3 Modelo Distribuição Setorial das Posições em Risco.....	47
9.2.4 Modelo Prazo de Vencimento Residual.....	48
9.2.5 Modelo de desagregação dos ajustamentos para risco de crédito	49
9.2.6 Modelo de reconciliação das alterações nos ajustamentos.....	50
10. Risco de Crédito – Método Padrão	51
10.1 SECÇÃO A – INFORMAÇÃO QUALITATIVA	51
10.1.1 Processo utilizado para afetar as avaliações de risco	51
10.2 SECÇÃO B – INFORMAÇÃO QUANTITATIVA / MODELOS.....	52
10.2.1 Modelo Método Padrão	52
11. Ativos livres de encargos	54
11.1 DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÃO RELATIVA AO ÔNUS SOBRE ATIVOS.....	54
12. Recurso a Agência de Notação Externa (ECAI).....	55
13. Risco de Crédito – Método das Notações Internas.....	56
14. Técnicas de Redução do Risco de Crédito.....	56
14.1 SECÇÃO A – INFORMAÇÃO QUALITATIVA	56
14.1.1 Políticas e processos de compensação patrimonial e extrapatrimonial.....	56
14.1.2 Políticas de reconhecimento, de avaliação e de gestão de cauções.....	56
14.1.3 Descrição dos principais tipos de cauções utilizados pela instituição.....	57
14.1.4 Principais tipos de garante e de contraparte de derivados de crédito	57
14.1.5 Concentração dos valores de cobertura por tipo de instrumento.....	57
14.2 SECÇÃO B – INFORMAÇÃO QUANTITATIVA / MODELOS	57
14.2.1 Modelo “Técnicas de redução do risco de crédito” – Método Padrão.....	58
14.2.2 O valor das posições em risco após aplicação de ajustamentos da volatilidade.....	58
14.2.3 O valor das posições em risco abrangidas pelas garantias ou derivados de crédito.....	58
15. Exposição ao Risco de Mercado.....	59
15.1 RISCOS DE POSIÇÃO E GRANDES RISCOS.....	59
15.2 RISCOS DE CAMBIAL, DE LIQUIDAÇÃO E SOBRE MERCADORIAS	59
16. Risco Operacional.....	59
16.1 SECÇÃO A – INFORMAÇÃO QUALITATIVA	59
16.1.1 Descrição da metodologia de cálculo dos requisitos de fundos próprios.....	59
16.1.2 Elementos contabilísticos para o cálculo pelo método do Indicador Básico.....	60
16.2 SECÇÃO B – INFORMAÇÃO QUANTITATIVA / MODELOS.....	60
16.2.1 Modelo “Risco Operacional”	60
17. Posição em risco sobre ações não incluídas na carteira de negociação	60
18. Análise de sensibilidade dos Requisitos de Capital	61
18.1 INFORMAÇÕES DE NATUREZA QUALITATIVA SOBRE OS TESTES DE ESFORÇO REALIZADOS	61
18.1.1 Âmbito de aplicação e incidência (tipo de risco).....	61
18.1.2 Descrição, objetivos e frequência de realização.....	61
18.1.3 Descrição dos testes realizados	61
19. Exposição ao risco de taxa de juro sobre posições não incluídas na carteira de negociação	62



19.1 IDENTIFICAÇÃO DA NATUREZA DO RISCO DE TAXA DE JURO DA CARTEIRA BANCÁRIA	62
19.1 IMPACTO DOS INSTRUMENTOS SENSÍVEIS À TAXA DE JURO	63
20. Risco associado a posições e titularização.....	63
21. Política de remuneração.....	65
21.1 POLÍTICAS DE REMUNERAÇÃO APLICÁVEIS ÀS CATEGORIAS DE PESSOAL CUJAS ATIVIDADES PROFISSIONAIS TENHAM UM IMPACTO SIGNIFICATIVO NO RESPECTIVO PERFIL DE RISCO	65
22. Alavancagem	69
22.1 SECÇÃO A – CÁLCULO DO RÁCIO DE ALAVANCAGEM	69
22.2 SECÇÃO B – DIVULGAÇÃO DO RÁCIO DE ALAVANCAGEM	69
23. Divulgação de LCR – Complemento sobre o Risco de Liquidez	72
23.1 SECÇÃO A – MODELO DE INFORMAÇÃO QUALITATIVA	72
23.2 SECÇÃO B - MODELO DE INFORMAÇÃO QUANTITATIVA	73
Anexos	74
ANEXO I – MODELO DAS PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS DOS INSTRUMENTOS DE FUNDOS PRÓPRIOS	74
ANEXO II – POLÍTICA INTERNA DE SELEÇÃO E AVALIAÇÃO DA ADEQUAÇÃO DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO E DE FISCALIZAÇÃO DA CAIXA DE CRÉDITO AGRÍCOLA MÚTUO DE LEIRIA	76

Índice de Quadros

Quadro 1 – Reconciliação integral dos elementos dos Fundos Próprios	33
Quadro 2 – Modelo geral de relato dos Fundos próprios	34
Quadro 3 – Adequação de capitais para efeitos de requisitos de fundos próprios	38
Quadro 4 – Adequação de capitais	39
Quadro 5 – Dist.geográfica das posições em risco de crédito relevantes para o cálculo da reserva contracíclica de F.P.	40
Quadro 6 – Montante da reserva contracíclica de fundos próprios específica da instituição	40
Quadro 7 – Posições em risco	47
Quadro 8 – Desagregação das posições em risco por setor e por classes de risco	48
Quadro 9 – Prazo de Vencimento residual.....	49
Quadro 10 – Repartição das posições em risco por classe de risco	49
Quadro 11 – Repartição das posições em risco por setor de empresas não financeiras	50
Quadro 12 – Correções de valor e montantes recuperados.....	50
Quadro 13 – Modelo Método Padrão	52
Quadro 14 – Desagregação das posições em risco pós fator de conversão e pós técnicas de redução do risco	53
Quadro 15 – Divulgação de informação relativa ao ónus sobre ativos	54
Quadro 16 – Modelo Técnicas de redução do risco de crédito – Método Padrão.....	58
Quadro 17 – Modelo de Posições em Risco e efeitos CCF e CRM	58
Quadro 18 – Modelo Risco Operacional	60
Quadro 19 – Risco de Taxa de Juro da Carteira Bancária	63
Quadro 20 – Dados quantitativos agregados sobre remunerações	68
Quadro 21 – Divulgação sobre o Rácio de Alavancagem	69
Quadro 22 – Modelo de reporte de LCR	73



1. Nota Introdutória

O presente documento, designado de “Disciplina de Mercado 2018”, pretende complementar as Demonstrações Financeiras anuais, divulgando as principais políticas sobre a gestão do risco e facultando informação mais detalhada sobre a solvabilidade e a exposição ao risco da Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Leiria, CRL (CCL), tendo subjacente uma ótica predominantemente prudencial.

Os critérios técnicos em matéria de transparência e divulgação de informações, que presidem à elaboração do presente documento, são estabelecidos pelo Regulamento (UE) N.º 575/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho de 26 de junho (Regulamento N.º 575/2013), que adota ao nível da União Europeia o quadro regulamentar prudencial designado por “Basileia III”, tendo aplicação direta em todos os Estados-Membros da União Europeia.

Tendo por base a Parte VIII do Regulamento N.º 575/2013, as divulgações neste documento têm presente o Regulamento de Execução (UE) n.º 1423/2013 da Comissão, de 20 de dezembro, relativo aos requisitos de divulgação sobre os Fundos Próprios, as Orientações da EBA relativas aos requisitos de divulgação (EBA/GL/2016/11) e as Orientações relativas à divulgação uniforme nos termos do artigo 473.º-A do Regulamento N.º 575/2013 no que diz respeito ao regime transitório para reduzir o impacto da introdução da IFRS 9 sobre os fundos próprios (EBA/GL/2018/01), entre outros documentos e orientações pontualmente mencionadas.

Os valores apresentados resultam de classificações determinadas pelos normativos regulamentares prudenciais seguidos pela CCL, refletindo as posições a 31 de dezembro de 2018 e os valores monetários são apresentados em Euros.



2. Declaração de Responsabilidade

Declaração de responsabilidade do Conselho de Administração

O Regulamento (UE) N.º 575/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho de 26 de junho, determina que as instituições de crédito procedam à divulgação pública de um conjunto de informação sobre a sua solvabilidade, incluindo a identificação dos principais riscos incorridos e a descrição dos processos e sistemas de avaliação e de gestão dos mesmos.

Neste sentido, o Conselho de Administração da CCL, em cumprimento do estabelecido no Regulamento N.º 575/2013, vem declarar que:

- Certifica que foram desenvolvidos todos os procedimentos considerados necessários e que, tanto quanto é do seu conhecimento, toda a informação divulgada é verdadeira e fidedigna;
- As informações divulgadas foram elaboradas de acordo com as estratégias, sistemas, processos e procedimentos definidos internamente pela Instituição;
- Assegura a qualidade de toda a informação divulgada;
- Compromete-se a divulgar, tempestivamente, quaisquer alterações significativas que ocorram no decorrer do exercício subsequente àquele a que o documento "Disciplina de Mercado" se refere.

De referir que, entre o termo do exercício de 2018, a que respeita o presente documento, e a data da sua publicação não ocorreram eventos, considerados relevantes, relativamente à informação apresentada.

Leiria, 29 de abril de 2019

O Conselho de Administração

Mário Ferreira Matias
(Presidente)

Jorge Manuel Pereira Cova
(Vice-presidente)

Ernestina Maria Lourenço Tavares Santos
(Vogal)

José Manuel Varela Costa
(Vogal)

António José de Almeida Sequeira
(Vogal)



3. Objetivos e políticas em matéria de gestão de risco

3.1 Objetivos e políticas em matéria de gestão de risco

A CCL tem implementado um sistema de Gestão de Riscos, que compreende o conjunto de processos que visam assegurar a compreensão da natureza e magnitude dos riscos subjacentes à atividade desenvolvida, identificando, avaliando, acompanhando e controlando os riscos a que a Instituição está exposta, de forma a permitir a adequação da estratégia e o cumprimento dos objetivos da Instituição.

As estratégias e as políticas que regem a assunção, a gestão, o controlo e a redução dos riscos são da competência do Conselho de Administração. A CCL tem estabelecidas linhas de reporte internas que visam a cobertura de todos os riscos significativos e suas políticas. A CCL integra na sua estrutura unidades com funções específicas de controlo interno (Gestão de Risco, Auditoria interna e Compliance), em conformidade com as determinações do Aviso n.º 5/2008 do Banco de Portugal, que reportam diretamente ao Conselho de Administração.

O sistema de Gestão de Riscos pretende-se eficaz e consistente, de forma a abarcar todos os produtos, serviços, atividades, processos e sistemas da CCL e é proporcional à dimensão, natureza e complexidade da atividade exercida.

O sistema de gestão de riscos tem em consideração os riscos de crédito, operacional (incluindo dos sistemas de informação), concentração, taxa de juro, liquidez, “compliance”, estratégia e de reputação, não tendo exposições de forma direta ao risco de mercado ou relevantes ao risco de taxa de câmbio.

O sistema de gestão de riscos tem como objetivos:

- Obter a compreensão da natureza e da magnitude dos riscos subjacentes à atividade desenvolvida;
- Desenvolver os controlos apropriados à identificação e minimização de todos os riscos a que a instituição se encontra exposta, de forma a controlar as exposições;
- Planear e avaliar o capital e a liquidez adequados para fazer face a perdas esperadas e não esperadas, atendendo às evoluções previstas para a atividade;
- Assegurar que os riscos se mantenham no nível definido pelo Conselho de Administração e que não afetem significativamente a situação financeira da instituição;
- Permitir uma implementação adequada da estratégia e o cumprimento dos objetivos da instituição;
- Apoiar o processo de tomada de decisão.

A CCL tem implementada uma função de gestão de riscos que visa assegurar a aplicação do sistema de gestão de riscos e prestar apoio ao órgão de administração e elaborar um relatório anual. A Gestão de Riscos é efetuada de forma centralizada respeitando o princípio de segregação de funções nomeadamente em relação às áreas comerciais.

A função de Gestão de Riscos é desenvolvida de forma transversal a toda a organização, integrando tarefas específicas de controlo e monitorização das funções atribuídas às várias unidades de estrutura. O Gabinete de Gestão de Risco procede ao acompanhamento e coordenação, nomeadamente no que respeita ao estabelecimento de metodologias e procedimentos apropriados ao controlo dos riscos adequados e proporcionais perante a dimensão, natureza e complexidade das atividades desenvolvidas.



3.1.1 Estratégias e processos de gestão de risco

As estratégias para a gestão dos riscos implementadas visam assegurar uma interação entre o modelo de negócio e o perfil de risco global com uma cobertura de capital e de liquidez robustos, através de uma adequada estrutura de governo interno, da defesa de uma cultura de risco forte, coerente para permitir tomar decisões fundamentadas e bem informadas, e da promoção de elevadas normas de ética.

A CCL é uma instituição de crédito que tem como objeto o exercício de funções de crédito agrícola, assim como, a prática dos demais atos inerentes à atividade bancária, nos termos do Regime Jurídico do Crédito Agrícola Mútuo, desenvolvendo, neste sentido, a sua atividade como banco de retalho nos concelhos de Leiria, Marinha Grande e Ourém.

O modelo de negócio resulta, essencialmente, na captação de recursos, sob a forma de depósitos bancários dos seus clientes particulares e pequenas e médias empresas e na sua rendibilização através de empréstimos, na aplicação dos excedentes de liquidez em Títulos de Dívida Pública e em depósitos em Instituições de Crédito.

A CCL adota uma estrutura de governação que atende aos princípios e orientações do Banco de Portugal e da EBA, considerando o princípio da proporcionalidade, que tem em conta a sua dimensão e a sua organização interna, bem como a natureza e dimensão e complexidade das atividades.

O órgão de administração define, supervisiona e é responsável pela aplicação do sistema de governo que assegura a gestão efetiva e prudente da Instituição. Neste domínio, o Conselho de Administração assume a função de gestão, com competências de administração para a definição das estratégias e as políticas que regem a assunção, a gestão, o controlo e a redução dos riscos e o Conselho Fiscal assume a função de fiscalização, com competências de monitorização e crítica construtiva.

A CCL tem estabelecidas linhas de defesa internas que visam a cobertura de todos os riscos significativos e suas políticas. A CCL integra na sua estrutura unidades com funções específicas de controlo interno (Gestão de Risco, Compliance e Auditoria interna), em conformidade com as determinações do Aviso n.º 5/2008 do Banco de Portugal, que reportam diretamente ao Conselho de Administração.

A estratégia de risco e de adequação do capital interno está diretamente relacionada com os objetivos do Plano de Atividades e Orçamento, elaborado e acompanhado pelo Conselho de Administração, que procura desenvolver uma gestão pró-ativa do risco, através das seguintes políticas:

- Manter a solidez de capital com ativos de menor risco e níveis de capital robustos acima das exigências regulamentares, com capacidade de absorver choques adversos;
- Preservar níveis de liquidez significativos acima das exigências regulatórias, através de ativos de elevada liquidez com capacidade de absorver choques adversos;
- Manter estável o volume de depósitos de clientes, enquanto principal fonte de financiamento, procurando aumentar o número de depositantes;
- Assegurar o cumprimento dos limites regulamentares para o risco de taxa de juro, mantendo níveis de capital sempre superiores aos que decorrem dos referidos limites, ajustando sempre os custos operacionais para acomodar níveis de rendimento mais baixos que possam resultar da inversão das taxas de juro;
- Prosseguir com a estratégia de rigor na concessão de crédito, procedendo a uma análise diligente e seletiva das propostas, suportadas na melhor capacidade financeira e adequada cobertura por garantias, assegurando a adequação dos processos de acompanhamento e de avaliação do risco da carteira de crédito e de recuperação de crédito incumprido;
- Robustecer os mecanismos de contingência, minimizando o risco operacional;



- Assegurar uma adequada Governação, das funções de gestão e de controlo interno, operando de acordo com os princípios de gestão de risco, alinhadas com o as diretrizes do SREP e com políticas que asseguram o cumprimento das normas e da regulação;
- Preservar a identidade e a reputação da Instituição, assegurando a sustentabilidade de forma a salvaguardar os riscos financeiros que possam afetar os associados e depositantes.

As estratégias implementadas procuram ser as adequadas às características da CCL, tendo presente o princípio da proporcionalidade, nomeadamente no que respeita à natureza, dimensão e complexidade das atividades exercidas e aos riscos inerentes, sendo descritas nos pontos seguintes. As informações relativas aos testes de esforço apresentadas num ponto autónomo (ponto 18) mais à frente neste relatório:

3.1.1.1 Risco de Crédito

O Risco de Crédito, pela relevância material de que se reveste, é o principal risco subjacente à atividade bancária. Está associado às perdas e ao grau de incerteza quanto à capacidade de um cliente cumprir com as suas obrigações. Em definição¹, “consiste na probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital, devido à incapacidade de uma contraparte cumprir com os compromissos financeiros perante a instituição”.

A exposição ao Risco de Crédito na CCL resulta dos ativos e posições extrapatrimoniais resultantes da carteira de crédito, das posições em Instituições de Crédito e em Administrações Centrais, designadamente pela exposição em Títulos do tesouro.

A carteira de crédito é composta por operações de crédito no segmento de banca de retalho, a particulares e a pequenas e médias empresas, nos Concelhos da sua área de intervenção.

A gestão do risco da carteira de crédito é assegurada, nas diferentes fases do ciclo de financiamento, através de processos e procedimentos específicos estabelecidos em normativo interno, pelas unidades de estrutura com as competências específicas determinadas para o efeito, em cumprimento pelos requisitos legais e respeitando o princípio da segregação de funções entre as áreas comerciais (agências), análise de risco das operações (Serviço e Análise de Crédito) e controlo e monitorização (Departamento Financeiro e Gabinete de Gestão de Risco), visando a minimização e a redução da exposição que pode resultar da não recuperação do capital, juros e comissões, nos prazos e outras condições estabelecidas, nos termos dos contratos de crédito.

A concessão de empréstimos, em cumprimento das estratégias estabelecidas pelo Conselho de Administração, é suportada na análise individual de todas as operações, assentes numa estrutura documental de suporte predefinida, recorrendo à consulta a bases de dados internas e da Central de Responsabilidade de Crédito do Banco de Portugal, com linhas de reporte e delegação de competências em quatro níveis de aprovação das operações de crédito e na definição de normas internas de suporte. São efetuadas no momento da concessão do crédito, periodicamente e sempre que existam alterações no relacionamento com o cliente ou se identifiquem Indícios de dificuldades que sugiram a necessidade de uma reavaliação do risco, sendo acompanhadas pelo Serviço de Análise de Crédito.

No segmento de particulares estão estabelecidos critérios objetivos a observar na análise e classificação das operações, estando definidos, através de uma delegação de poderes, níveis de aprovação consoante a natureza e exposição da operação.

Para a análise do risco e respetiva emissão dos pareceres, concorrem, entre outros considerados relevantes, os

¹ Definição conforme Modelo de Avaliação de Risco (MAR), Banco de Portugal DSB; 2007



seguintes critérios: A capacidade de reembolso do endividamento (considerando a idade do proponente, rendimento, situação profissional e taxa de esforço, rácio DSTI); a antiguidade como cliente, histórico de cumprimento e o volume de depósitos; o setor de atividade; o valor do património; e o tipo de garantia (considerando a sua avaliação e o rácio *Loan to Value*). É analisada a informação disponibilizada pelos sistemas financeiros, em particular, da centralização de riscos de crédito; a informação sobre a situação contributiva; e a existência de indícios de dificuldades financeiras.

Em cumprimento do Decreto-Lei n.º 74-A/2017 e do Aviso do Banco de Portugal n.º 54/2017, relativo aos contratos de crédito aos consumidores para imóveis de habitação (com efeito a partir de 2018), em cada operação é assegurada uma avaliação da solvabilidade dos consumidores, que tem presente a recomendação do Banco de Portugal dos novos contratos de crédito celebrados com consumidores, nomeadamente no que respeita aos rácios LTV e DSTI e ao limite de maturidade.

No crédito a empresas a análise do risco de crédito é sujeita a uma análise individual, assegurada por uma unidade de estrutura interna mais especializada, independente da rede de agências, suportada em informação recolhida sobre a situação financeira, considerando os indicadores de desempenho e de solidez financeira, de carácter quantitativo e ainda elementos de carácter qualitativo.

Para a apreciação do risco de crédito é efetuada uma análise económico financeira, considerando indicadores de desempenho e de solidez financeira, de carácter quantitativo como a nota de risco interna obtida e ainda elementos de carácter qualitativo. É analisado o setor de atividade; a estrutura de grupo existente; os principais acionistas; o valor do património; e o tipo de garantia. São tidos em conta, também, informações recolhidas junto dos Sistemas Financeiros (Centralização de risco de crédito e Ignios/Iberinform); a informação sobre a situação contributiva; a antiguidade como cliente, histórico de cumprimento e o volume de depósitos; e a existência de outros indícios de dificuldades financeiras ou indícios de imparidade.

Entre os mecanismos de controlo estão definidos, também, por Instrução do Conselho de Administração, limites de aprovação para os diferentes escalões de delegação de poderes (Agência e de Comissão de Crédito), por tipo de operação, níveis de bonificação da taxa de juro, montante da operação e sempre em função das responsabilidades globais do cliente.

Entre os meios de controlo e redução do risco de crédito, a CCL tem implementado uma política de cobertura e redução de risco em função da garantia das operações, privilegiando-se as operações realizadas com garantias reais, com uma política de aprovação de propostas condicionada à existência de seguros de vida e multiriscos, no caso do crédito à habitação, e de proteção ao crédito, no crédito aos consumidores. Complementarmente, existe uma política de provisões que tem garantido níveis adequados de provisionamento do crédito vencido.

O acompanhamento da carteira de crédito pretende identificar antecipadamente situações de possível incumprimento. É assegurado através de procedimentos específicos atribuídos às unidades de estrutura com competências próprias definidas, em função da natureza das operações e em cumprimento dos normativos específicos (PARI), proporcionando uma identificação oportuna das ocorrências de indícios de dificuldades financeiras, com a inerente degradação da capacidade de cumprimento dos clientes, e a análise de soluções suscetíveis de serem propostas aos clientes.

É efetuada uma avaliação regular da existência de evidência objetiva de imparidade da carteira de crédito a clientes, como parte integrante dos procedimentos de gestão de risco de crédito, da qual resulta o cálculo da imparidade da carteira de crédito, que é avaliada pelo Auditor Externo semestralmente. Esta avaliação está suportada numa metodologia de cálculo da imparidade resulta da adoção dos requisitos e das linhas orientadoras previstos nos regulamentos aplicáveis, nomeadamente a Norma de Internacional de Relato Financeiro 9 "Instrumentos Financeiros" (IFRS 9), por força do Regulamento (UE) 2016/2067 da Comissão de 22 de novembro de 2016, da Instrução n.º



5/2013, e do entendimento do Banco de Portugal quanto aos critérios de referência para mensuração de perdas de crédito esperadas no contexto da aplicação da IFRS 9 divulgados em Carta Circular..

O modelo de imparidade está suportado numa estrutura de governação interna devidamente documentada e aprovada pelo Conselho de Administração, de forma a assegurar uma adequada independência e segregação de funções. São estabelecidas políticas e procedimentos que baseiam a sistematização do processo de quantificação da imparidade e a validação dos seus pressupostos, sendo efetuada uma estimativa mensal da imparidade, suportada na revisão trimestral da imparidade de clientes de análise individual e na revisão trimestral e anual dos fatores de risco que incidem sobre a restante exposição tratada coletivamente, para que o modelo de imparidade tenha a maior adequação possível ao contexto económico e ao comportamento da carteira de crédito.

É efetuada a monitorização dos clientes com maiores responsabilidades de crédito ou que se afastem mais dos parâmetros de análise coletiva, no âmbito do Modelo de Imparidade, de forma independente pelo Departamento Financeiro e pelo Auditor Externo. Para a análise são considerados elementos de natureza comportamental (como a existência de indícios de dificuldades financeiras), de natureza quantitativa (como a capacidade económico-financeira), de natureza qualitativa (como a qualidade da informação disponibilizada e o relacionamento), de natureza setorial e o colateral apresentado.

A recuperação do crédito é acionada no seguimento das ações do processo de acompanhamento, através de procedimentos específicos estabelecidos, atribuídos às unidades de estrutura com competências próprias definidas, após a verificação da situação de atraso, em cumprimento dos normativos específicos quando existam (PARI, PERSI, Regime Extraordinário do Crédito à Habitação) e do acompanhamento às empresas suportado na análise aos elementos dos dossiers permanentes (através da proposta de reestruturação de responsabilidades quando são identificados indícios de dificuldades financeiras), sendo desenvolvidas as diligências consideradas adequadas que permitam a regularização da situação. Após o incumprimento os processos são transferidos para serem acompanhados pelo Gabinete de Assistência Jurídica e Contencioso, com o objetivo de identificar a solução mais adequada para a recuperação judicial ou extrajudicial dos montantes em dívida.

O processo de avaliação do Risco de Crédito, em termos globais, contempla a realização de testes de esforço, como forma de análise da adequação da situação financeira da Instituição. Cumprindo com o previsto na Instrução n.º 4/2011 do Banco de Portugal, e considerando as orientações do Supervisor para a realização de análises de sensibilidade, são realizados testes que permitem avaliar o impacto que determinados eventos de natureza excecional, mas plausível, possam causar nas condições financeiras da CCL, por via de um agravamento das condições económicas. Este processo integra, ainda, uma análise semestral à adequação dos montantes provisionados.

As posições classificadas como Grandes Riscos, de acordo com o Regulamento N.º 575/2013 são constituídas por posições de Instituições de Crédito e de Títulos do Tesouro.

A exposição sobre instituições de crédito, que resultam de excedentes de liquidez não colocados em crédito ou Títulos do tesouro, é controlada através do limite aos grandes riscos estabelecido pela Supervisão e gerida pelo Conselho de Administração em função da perceção quanto os indicadores de risco disponíveis e ao enquadramento no setor financeiro.

A exposição sobre Administrações Centrais é constituída por Títulos do Tesouro, essencialmente da República Portuguesa, gerida pelo Conselho de Administração, canalizando os recursos provenientes de depósitos de clientes para um ativo remunerado de baixo risco.

A mensuração de perdas esperadas inclui a exposição de outros ativos reconhecidos e mensurados ao custo amortizado com uma expressão materialmente relevante, como são os casos dos depósitos em Instituições de Crédito



e os Títulos de Dívida. As suas especificidades próprias, com a ausência de informação histórica, conduzem a uma avaliação das perdas esperadas que tem em consideração a informação de risco externa, como é o caso dos indicadores de risco divulgados pelas Agências de Notação de Risco (ECAI), ou mesmo o reconhecimento de perdas esperadas nulas em casos específicos, não se afigurando razoável a procura exaustiva de outra informação.

Os **Requisitos de Capital para Risco de Crédito** são determinados a partir do Método-Padrão, definido no Regulamento (UE) N.º 575/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de junho. No âmbito do processo de Autoavaliação da adequação do capital (ICAAP) procede-se a uma análise do capital apurado, do qual é elaborado um relatório anual.

As principais orientações políticas estabelecidas para o Risco de Crédito visam prosseguir com a estratégia de rigor na concessão de crédito, procedendo a uma análise diligente e seletiva das propostas, suportadas na melhor capacidade financeira e adequada cobertura por garantias, assegurando a adequação dos processos de acompanhamento e de avaliação do risco da carteira de crédito e de recuperação de crédito incumprido, nomeadamente, seguindo as seguintes linhas de orientação estratégica:

- Prosseguir com a estratégia de rigor na concessão de crédito, reforçando a seletividade e a diligência na análise das propostas e melhorando a automatização dos modelos de avaliação internos - Procurando aumentar a exposição em clientes com uma capacidade financeira sustentada e adequada cobertura por garantias, através de linhas de crédito direcionadas para esses objetivos;
- Melhorar a sistematização dos processos de acompanhamento de exposições não produtivas - No quadro do processo de gestão do acompanhamento de crédito, através da promoção de soluções de reestruturação extrajudiciais adequadas, dinamizando a análise individual de créditos reestruturados ou incumpridos, de forma a assegurar um maior dinamismo na prevenção, na sua regularização e com uma adequada cobertura por imparidade. Prosseguir a estratégia de redução da exposição em imóveis recebidos em recuperação de crédito, através da sua alienação logo que reúnam as condições de licenciamento necessárias;
- Reforço dos mecanismos de controlo do risco de crédito, consolidando os mecanismos desenvolvidos e implementados no âmbito da IFRS9;
- Redução da exposição em “Aplicações em instituições de crédito”.

3.1.1.2 Risco de Concentração de Crédito

O Risco de Concentração de Crédito decorre da existência de fatores de risco comuns ou correlacionados entre diferentes contrapartes e manifesta-se pelo risco de exposição individual de uma contraparte (grande risco) ou o risco de exposição de um grupo de contrapartes pertencente ao mesmo setor de atividade, ou à região geográfica onde a CCL desenvolve a sua atividade, em função dos quais poderá resultar uma imperfeita diversificação na carteira de crédito.

Neste domínio, a CCL tem adotado uma política de restrição a grandes operações de crédito e, atendendo ao número de contratos realizados, é possível fazer acompanhamento bastante próximo das maiores operações. Ainda assim, é efetuada uma avaliação regular a concentrações individuais e setoriais. Para tal, é desenvolvida uma análise sobre os índices de concentração individual (ICI) e setorial (ICS), sendo elaborado para o efeito o Relatório Sobre o Risco de Concentração da Crédito nos termos da Instrução n.º 5/2011 do Banco de Portugal, e uma análise sobre a adequação do capital no âmbito do ICAAP.

Ao nível dos “grandes riscos”, a par do acompanhamento constante desses ativos, é elaborado trimestralmente o mapa de “grandes riscos” e um acompanhamento regular sobre o risco de posição das maiores contrapartes financeiras. O



cumprimento dos limites das exposições do risco de crédito é acompanhado de forma regular pelo Departamento Financeiro e pelo Gabinete de Gestão de Risco.

3.1.1.3 Risco Operacional

O Risco Operacional consiste na probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital, decorrentes de falhas na análise, processamento ou liquidação das operações, de fraudes internas e externas, da atividade ser afetada devido à utilização de recursos em regime de “outsourcing”, da existência de recursos humanos insuficientes ou inadequados ou da inoperacionalidade das infraestruturas.

O âmbito da gestão do risco operacional da CCL incorpora ainda o Risco de Sistemas de Informação que consiste na probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital, pela incapacidade dos sistemas de informação em impedir acessos não autorizados, em garantir a integridade dos dados ou em assegurar a continuidade do negócio em caso de falha, bem como devido ao prosseguimento de uma estratégia desajustada nesta área de que resulte, nomeadamente, a incapacidade de resposta dos sistemas de informação face a novas necessidades. A definição de riscos operacionais exclui erros estratégicos e riscos de reputação.

O Risco Operacional, pelas suas características, assume-se como um risco materialmente relevante. A gestão do Risco Operacional assenta numa estrutura orgânica e funcional da Instituição que procura assegurar a realização das operações de uma forma eficiente, respeitando os princípios da segurança e do controlo interno. A estratégia e os processos procuram em permanência o desenvolvimento dos controlos apropriados para a minimização da exposição a estes riscos e da mitigação dos seus efeitos.

A gestão do risco operacional na CCL encontra-se integrada no sistema de controlo interno, de forma transversal a toda a organização, sendo assegurada pela intervenção de forma segregada por diferentes unidades de estrutura com competências específicas dentro dos processos.

Os principais componentes de suporte à gestão do Risco Operacional traduzem-se em: desenvolvimento de novos controlos e melhoria dos processos existentes ajustados às necessidades que resultam de nova legislação ou normativos emanados pelas entidades de supervisão, recolha descentralizada de informação sobre eventos de risco operacional, exercícios de autoavaliação com uma abordagem subjacente ao Modelo de Avaliação de Riscos implementada pelo Banco de Portugal, levantamento de insuficiências operativas junto aos responsáveis das unidades de estrutura e acompanhamento e desenvolvimento de ações de mitigação de Risco Operacional, por via do Sistema de Controlo Interno.

O processamento e a contabilização das operações obedecem a princípios de controlo interno, com uma adequada segregação de funções e um controlo de acessos à informação ajustado às necessidades e nível de responsabilidade dos operadores, verificada pelo Departamento Financeiro e auditada pelo Gabinete de Auditoria Interna.

A salvaguarda da integridade dos dados e controlo de acessos é assegurada pelo Departamento de Informática, apoiada por sistemas de informação estruturados de forma a garantir a reposição em caso de incidente ou interrupção.

A segurança física das instalações e dos colaboradores é garantida pelo cumprimento da legislação relevante, em matéria de higiene e segurança no trabalho, supervisionado por uma entidade externa. A segurança nos procedimentos bancários é garantida pelo cumprimento supervisionado pelo Gabinete de Auditoria Interna, das normas internas estabelecidas para o efeito. Paralelamente, existe uma política de cobertura abrangente de seguros, para fazer face a eventos desta natureza.



Para a gestão da continuidade de negócio operacional a CCL tem instituído o Plano de Continuidade de Negócio (PCN). Este, compreende o conjunto integrado de políticas e procedimentos que visam assegurar o funcionamento continuado da CCL, ou a recuperação atempada da sua atividade, no caso de ocorrência de eventos suscetíveis de perturbar o normal exercício da atividade, nomeadamente, por implicarem a indisponibilidade das infraestruturas físicas, dos sistemas informáticos ou dos recursos humanos, de forma isolada ou em simultâneo. Com o seu desenvolvimento e melhoria continua, pretende-se antecipar e gerir o impacto de desastres, procurando:

- 1.º Preparar a resposta operacional para minimizar os impactos na atividade da instituição e eventuais perdas financeiras, mantendo as funções de negócio mais críticas em funcionamento;
- 2.º Definir a estrutura de responsabilidades e coordenação em caso de desastre;
- 3.º Preparar a resposta às necessidades de comunicação para o interior e exterior da CCL;
- 4.º Preparar o restabelecimento da situação e atividade normais tão rápido e seguro quanto possível.

Neste sentido, o PCN deve fornecer a organização e os meios que permitam efetuar uma avaliação adequada dos danos, uma tomada de decisão sobre as medidas a empreender, considerando, em caso de necessidade, a mudança para o local alternativo ou a reativação das operações no local afetado pelo desastre.

Adicionalmente, uma política de seguros de cobertura abrangente e a manutenção de um nível de capital confortável, determinado pelo método do indicador básico para fazer face a eventos de risco operacional.

Os Requisitos de Capital para Risco Operacional são determinados a partir do Método do Indicador Básico, definido do Regulamento (UE) N.º 575/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de junho. No âmbito do processo de Autoavaliação da adequação do capital (ICAAP) procede-se a uma análise do capital apurado, do qual é elaborado um relatório anual.

As principais orientações políticas estabelecidas para o Risco Operacional visam prosseguir com a estratégia de rigor na concessão de crédito, procedendo a uma análise diligente e seletiva das propostas

Risco Operacional - Robustecer os mecanismos de contingência, minimizando o risco operacional, nomeadamente através de:

- Uma estratégia assente no desenvolvimento contínuo dos controlos necessários para a minimização da exposição ao risco operacional, mitigação dos efeitos de eventos de risco e prosseguir com a estratégia de reforço dos mecanismos de contingência;
- Desenvolver e reforçar os mecanismos de contingência existentes, através de uma estratégia que assenta em: Alargar o programa de testes; Melhorar a disponibilidade dos equipamentos alternativos; Aumentar a formação; e dinamizar o relacionamento com os fornecedores de equipamentos informáticos e de comunicações com os procedimentos de contingência estabelecidos..

3.1.1.4 Risco de Taxa de Juro

O Risco de Taxa de Juro² consiste na probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital, devido a movimentos adversos das taxas de juro. Manifesta-se sempre que existe uma divergência entre as maturidades de revisão das taxas entre ativos e passivos, diminuindo a rentabilidade ou aumentando o custo financeiro.

As principais orientações políticas estabelecidas para o Risco de taxa de juro visam assegurar o cumprimento dos limites regulamentares para o risco de taxa de juro, mantendo níveis de capital sempre superiores aos que decorrem dos limites regulamentares, ajustando os custos operacionais para acomodar níveis de rendimento mais baixos que poderão resultar da inversão das taxas de juro, nomeadamente através de:

² Definição conforme Modelo de Avaliação de Risco (MAR), Banco de Portugal DSB; 2007



- A gestão das taxas de juro assenta na monitorização permanente da sua evolução, na análise do impacto nos resultados das suas oscilações, alinhando as maturidades com a rentabilidade desejada, mitigando impactos de produtos (operações passivas) e na atribuição de “spreads” alinhados com o risco da operação e com o custo de financiamento. É efetuada uma análise dinâmica às taxas e juro, considerando os cenários das suas evoluções e o custo de “funding” e de “pricing” para os novos contratos;
- A necessidade de estabilização dos Fundos Próprios, face a oscilações no mercado secundário e Títulos do Tesouro, degradando o rácio de monitorização do risco de taxa de juro, no caso de ocorrer uma desvalorização dos títulos, determina a necessidade de prosseguir uma estratégia de reforço da posição em Ativos contabilizados ao custo amortizado em detrimento do de uma contabilização ao justo valor;
- É efetuado um acompanhamento regular e sempre que ocorrem operações de tomada de risco;
- Adicionalmente, na determinação do capital interno é apurado um *buffer* de capital adicional para perdas não esperadas.
- O modelo de análise e reporte identifica um rácio associado a uma exposição que representa uma situação de risco potencial, com necessidade de efetuar um acompanhamento permanente, nomeadamente, quanto à monitorização da evolução das OTs contabilizadas ao justo valor.

3.1.1.5 Risco de Liquidez

O Risco de Liquidez manifesta-se sempre que existe um desequilíbrio entre os fluxos de pagamento e de recebimento, em resultado da natureza, volatilidade e maturidade dos mesmos, gerando dificuldades em cumprir com os compromissos assumidos, nas datas acordadas.

Com o objetivo de divulgação dos objetivos em matéria de gestão de riscos e políticas de risco de liquidez, nos termos do artigo 435.º, n.º 1, do Regulamento (UE) n.º 575/2013, é estabelecido através das orientações EBA relativas à divulgação de LCR (EBA/GL/2017/01, de 21 de junho) um quadro com informação de divulgação obrigatória, de frequência anual (Quadro UE LIQA), o qual é desdobrado em seis alíneas, sendo a informação quantitativa remetida para o ponto 23.

a) As estratégias e os processos de gestão do risco de liquidez

A política de risco de liquidez prosseguida visa preservar níveis e liquidez significativos acima das exigências regulatórias, através de ativos de elevada liquidez com capacidade de absorver choques adversos e manter estável o volume de depósitos de clientes, enquanto principal fonte de financiamento, procurando aumentar o número de depositantes.

A CCL tem implementado um processo de Autoavaliação da Adequação da Liquidez Interna (ILAAP), que especifica as políticas e os procedimentos para identificar, medir, gerir e monitorizar o risco de liquidez e de financiamento, de forma a assegurar que se mantêm os níveis adequados de liquidez num horizonte temporal adequado, tendo presente a Instrução do Banco de Portugal n.º 2/2019 e as orientações da EBA (EBA/GL/2016/10), de acordo com o princípio da proporcionalidade, atendendo à natureza, escala e complexidade das atividades exercidas

b) A estrutura e a organização da unidade de gestão do risco de liquidez (autoridade, estatuto, outras disposições)

A estrutura e a organização da unidade de gestão do risco de liquidez está definida no ILAAP, através da definição das competências, dos procedimentos de identificação, avaliação e reporte do risco de liquidez, que asseguram o modelo de gestão de risco de liquidez e de financiamento, a estratégia de gestão de colaterais e reservas de liquidez, a gestão da



liquidez intradiária e procedimentos de contingência.

O Departamento Financeiro tem a função de assegurar o reporte interno ao Conselho de Administração e à Supervisão, de suporte à medição do risco de liquidez.

O Gabinete de Gestão de Risco tem a função de assegurar a identificação, avaliação, acompanhamento e controlo do risco.

c) O âmbito e a natureza dos sistemas de reporte e de medição de riscos de liquidez

O processo de monitorização do cumprimento dos requisitos prudenciais mínimos é assegurado através dos seguintes reportes prudenciais, validados regularmente pelo Banco de Portugal:

- COREP LCR;
- COREP NSFR;
- COREP ALMM;
- COREP AE Ind;

A previsão do cumprimento em diferentes cenários é assegurado pelo Departamento Financeiro e Gabinete de Gestão de Risco.

A monitorização dos indicadores de liquidez é efetuada pelo Gabinete de Gestão de Risco e reportados ao Conselho de Administração, no âmbito da monitorização dos indicadores do Plano de Recuperação com limites de alerta e ativação.

d) As políticas de cobertura e de redução de riscos de liquidez e as estratégias e processos de controlar em permanência a eficácia das operações de cobertura e dos fatores de redução de riscos

As políticas de cobertura e de redução de risco de liquidez assentam na gestão de colaterais e de reservas de liquidez, estabelecendo-se uma dimensão mínima de liquidez, procedimentos de gestão de colaterais e oneração de ativos e de gestão de risco da liquidez intradiária,

A CCL detém no seu balanço uma posição significativa de ativos de elevada liquidez, que proporcionam reservas confortáveis para assegurar uma dimensão mínima de liquidez adequada para absorver possíveis choques, proporcionando os instrumentos necessários para manter ou repor os níveis adequados de liquidez, cobrindo os riscos a que está ou possa estar exposta

e) Uma declaração aprovada pelo órgão de administração sobre a adequação das medidas de gestão de risco de liquidez da instituição, que garanta que os sistemas de gestão do risco de liquidez implementados são adequados face ao perfil e à estratégia da instituição

Conforme ponto 3.1.7 Declaração de adequação de liquidez, apresentado mais à frente neste documento.

f) Uma declaração concisa em matéria de risco de liquidez, aprovada pelo órgão de administração, que descreva de forma resumida o perfil de risco geral de liquidez da instituição associado à estratégia empresarial. Esta declaração inclui rácios e valores fundamentais (que não aqueles já cobertos pelo Anexo II das presentes orientações) que proporcionem às partes interessadas externas uma visão abrangente da gestão do risco de liquidez da instituição, incluindo a forma como o perfil de risco de liquidez da instituição interage com a tolerância de risco definida pelo órgão de administração.

Conforme ponto 3.1.7 Declaração de adequação de liquidez, apresentado mais à frente neste documento.



3.1.1.6 Risco de Compliance

O Risco de *Compliance*³ consiste na probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital, decorrentes de violações ou desconformidades relativamente às leis, regulamentos, contratos, códigos de conduta, práticas instituídas ou princípios éticos.

A estratégia e os processos de gestão do risco de *Compliance* da CCL assentam no desenvolvimento dos controlos apropriados para a minimização da exposição a estes riscos e da mitigação dos seus efeitos. É promovida a identificação permanente dos requisitos que as leis e regulamentos determinam e a atempada adequação dos processos existentes, numa cultura de promoção do rigor.

O Gabinete de *Compliance* assegura a coordenação e minimização do risco de *compliance* na CCL, garantindo, conjuntamente com o Gabinete de Assistência Jurídica e Contencioso, o responsável pelo cumprimento do normativo em matéria de prevenção do Branqueamento de Capital e do Financiamento do Terrorismo, o Gabinete de Proteção de Dados e os demais Departamentos, uma divulgação da informação regulamentar por todas as unidades de estrutura e, assessorando o Conselho de Administração, a sua implementação.

A CCL dispõe de um normativo interno, sobre o qual assenta a comunicação das instruções aos colaboradores, e de um Gabinete de Formação, que sempre que necessário promove a instrução dos colaboradores de forma a evitar a existência de práticas desconformes.

A CCL dispõe de um Código de Conduta, que é parte integrante do sistema normativo interno, a respeitar por todos, vinculando os membros dos órgãos sociais, os colaboradores, os estagiários, os prestadores de serviços e mandatários, bem como os consultores externos permanentes.

No domínio da prevenção e deteção de Branqueamento de capitais e de Financiamento ao terrorismo, a CCL dispõe de procedimentos de prevenção e deteção assentes num modelo de risco interno, que se baseiam na identificação de fatores de risco de Branqueamento de capitais e Financiamento do Terrorismo transversais a todas as atividades exercidas, apoiada por uma organização interna coordenada pelo responsável pelo cumprimento do normativo em matéria de prevenção do Branqueamento de Capital e do Financiamento do Terrorismo.

No âmbito da proteção de dados da privacidade e da segurança da informação, a CCL cumpre com todas as normas jurídicas comunitárias e nacionais aplicáveis no âmbito da proteção de dados. A CCL está a proceder à implementação de um Sistema de Proteção de Dados Pessoais e de um Sistema de Segurança da Informação, de forma a garantir a conformidade normativa e a demonstração ou evidenciação da responsabilidade institucional em matéria de proteção de dados e segurança da informação, implementando todas as medidas técnicas e organizatórias necessárias, quer ao cumprimento do regime jurídico geral da Lei de Proteção de Dados vigente, quer ao cumprimento do regime jurídico especial do Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados, aplicável desde 25 de maio de 2018. O Gabinete de Proteção de Dados, sob a coordenação do encarregado da Proteção de Dados, dá suporte operacional para diagnosticar, implementar e gerir a conformidade e a demonstração da responsabilidade no âmbito do regime jurídico aplicável à proteção de dados pessoais.

O suporte à gestão do risco de *compliance* contempla a recolha descentralizada de eventos de risco de *compliance*, nos exercícios de autoavaliação com uma abordagem subjacente ao Modelo de Avaliação de Riscos implementada pelo Banco de Portugal, e o acompanhamento e desenvolvimento de ações de mitigação de Risco de *Compliance*, por via do Sistema de Controlo Interno.

³ Definição conforme Modelo de Avaliação de Risco (MAR), Banco de Portugal DSB; 2007



3.1.1.7 Risco de Reputação

O Risco de Reputação⁴ consiste na probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital, decorrentes duma perceção negativa da imagem pública da instituição, fundamentada ou não, por parte de clientes, fornecedores, analistas financeiros, colaboradores, investidores, órgãos de imprensa ou pela opinião pública em geral.

O risco de reputação sendo uma categoria de risco independente surge simultaneamente em consequência de outros riscos. É apontado como sendo o “risco dos riscos” e de difícil mensuração. A reputação é um dos principais ativos de uma instituição. Criar uma boa imagem, manter a boa reputação em cada função executada diariamente, e recupera-la quando perdida, são as principais tarefas na gestão do risco de reputação.

A CCL promove uma relação de proximidade junto dos seus Clientes, numa abordagem preventiva relativa a eventuais diferendos, procurando encontrar soluções justas e equilibradas para as suas necessidades. Tem registado historicamente níveis de reclamações baixos. Procura realizar uma gestão de recursos humanos que promova a sua estabilidade evitando, assim, níveis de rotação indesejáveis. Adota uma estratégia de descrição relativamente a intervenções na comunicação social e ao nível de campanhas publicitárias.

Para suportar a gestão do Risco de Reputação procede-se à recolha descentralizada de informação sobre eventos de Risco de Reputação, realização de exercícios de autoavaliação com uma abordagem subjacente ao Modelo de Avaliação de Risco implementada pelo Banco de Portugal e no acompanhamento e desenvolvimento de ações de mitigação de risco. Também são considerados os resultados dos testes de sensibilidade, em particular, no que respeita ao levantamento significativo de Depósitos pelos clientes.

3.1.1.8 Risco de Estratégia

O Risco de Estratégia⁵ consiste na probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital, decorrentes de decisões estratégicas inadequadas, da deficiente implementação das decisões ou da incapacidade de resposta a alterações do meio envolvente, bem como a alterações no ambiente da instituição.

A atividade da CCL tem um enquadramento regulamentar específico. As opções estratégicas propostas pelo Conselho de Administração e aprovadas em Assembleia Geral são modeladas nesse quadro regulamentar. Neste sentido, tem como principais linhas de negócio, a captação de recursos através dos depósitos e sua rendibilização na concessão de empréstimos a particulares e pequenas empresas e na sua aplicação em depósitos em outras instituições de crédito e em Títulos do Tesouro.

A CCL procede à elaboração anual de um plano de atividades e de um orçamento, respeitantes ao exercício do ano seguinte, em consonância com os objetivos estratégicos propostos pelo Conselho de Administração, para gerir de forma mais eficaz o risco de estratégia, em conformidade com os estatutos.

O Conselho de Administração assegura a integração das diversas categorias de risco na gestão de risco global da Instituição, nomeadamente entre a adequação do capital e a liquidez e a sua interação, considerando os dados reportados, na definição das estratégias para o modelo de negócio, através da revisão dos processos de suporte:

- i. Plano de Atividades e Orçamento;
- ii. ICAAP e ILAAP;
- iii. Plano de Recuperação.

⁴ Definição conforme Modelo de Avaliação de Risco (MAR), Banco de Portugal DSB; 2007

⁵ Definição conforme Modelo de Avaliação de Risco (MAR), Banco de Portugal DSB; 2007



As opções estratégicas são avaliadas quanto às necessidades de capital, através do relatório de Planeamento de necessidades de capital.

No âmbito do Plano de Recuperação estão estabelecidos procedimentos de monitorização e acompanhamento dos indicadores de risco, assim como o processo e medidas para tratamento de excesso aos mesmos.

De referir que a CCL integra na sua cultura e nos seus valores uma atitude prudente face aos riscos, mostrando uma capacidade de reagir de forma adequada e tempestiva a situações de risco e tem mantido, ao longo do tempo, níveis de fundos próprios e de liquidez confortáveis para a sua atividade.

3.1.2 Estrutura e organização da função relevante de gestão de risco

A função de gestão de risco na CCL está organizada de forma a assegurar a efetiva aplicação do sistema de gestão de riscos, através do acompanhamento contínuo da sua adequação e eficácia, assim como da adequação da eficácia das medidas tomadas para corrigir eventuais deficiências identificadas, e de prestar apoio ao Conselho de Administração e elaborar e apresentar a este e aos órgãos de fiscalização um relatório com periodicidade mínima anual.

O Conselho de Administração é responsável por definir a estratégia da CCL e assegurar que a estrutura e a cultura organizacionais permitem desenvolver a estratégia definida, assim como determinado o seu perfil de risco. Neste sentido, o Conselho de Administração elabora e submete à aprovação pela Assembleia Geral um Plano de Atividades e Orçamento anual, delegando, de seguida, nas unidades de estrutura as competências consideradas necessárias para a implementação.

A estrutura organizativa da função de gestão de risco incorpora o Gabinete de Gestão de Risco que tem a competência de, em articulação com as restantes unidades de estrutura com competências específicas em cada processo, desenvolver e acompanhar o sistema de gestão de riscos, através do acompanhamento contínuo da sua adequação e eficácia, face à natureza, dimensão e complexidade das atividades desenvolvidas, assim como a manutenção de um sistema de reporte, numa base regular, sobre os riscos e de desenvolvimento de políticas e procedimentos necessários para o cumprimento da estratégia definida.

O Gabinete de Gestão de Risco é uma unidade de estrutura independente, para a qual o Conselho de Administração nomeou um responsável, destinada ao exercício das suas competências de forma objetiva e independente. Entre as funções exercidas evidenciam-se:

- A produção de relatórios prudenciais, com indicadores de risco;
- A disponibilização e desenvolvimento de instrumentos de análise e apoio à decisão;
- A realização de testes de esforço;
- A manutenção do processo de autoavaliação da adequação do capital interno (ICAAP);
- A manutenção do processo de autoavaliação da adequação da liquidez interna (ILAAP);
- A identificação de insuficiências no Sistema de controlo interno e de medidas necessárias à sua sanção, assim como a promoção e acompanhamento na sua implementação;
- O desenvolvimento do Modelo de Imparidade da carteira de crédito;
- Preparar e rever o Plano de recuperação e assessorar o Conselho de Administração na análise das medidas de recuperação.
- Propor a criação de normas internas destinadas à definição de procedimentos e ao controlo dos riscos;
- Prestar assessoria ao Conselho de Administração na definição e implementação de medidas corretivas adequadas para corrigir deficiências e acompanhar os projetos nesta área, nos termos da lei e em conformidade com a regulamentação prudencial, neles incluídos os Planos de Continuidade de Negócio, Plano de Recuperação e de elementos para o Plano de Resolução.



Relativamente ao Risco de Crédito, existe uma estrutura normativa interna que estabelece os critérios de decisão de crédito, os procedimentos operacionais e os limites quantitativos e de responsabilidade às várias unidades de estrutura.

No processo de acompanhamento do crédito, nomeadamente no que respeita aos procedimentos e medidas relativas aos créditos a Particulares, na sistematização dos procedimentos de PARI e PERSI, estão envolvidas várias unidades de estrutura, com competências específicas atribuídas através de normativo interno. Desde as Agências, no contacto com os clientes e na formalização de propostas de renegociação do crédito, ao Serviço de Análise de Crédito, para a apreciação das propostas apresentadas, ao Gabinete de Gestão de Risco, na identificação de clientes com indícios de dificuldades financeiras, ao Serviço de Processamento de Crédito no controlo dos processos, no Departamento Financeiro no reporte e do Conselho de Administração na deliberação final sobre a apresentação de propostas.

São realizados relatórios semanais, pelas Agências, de acompanhamento das situações de incumprimento, permitindo o controlo dos procedimentos e das ações necessárias para evitar o incumprimento, informando o Conselho de Administração da sua evolução, assegurando a existência de um adequado sistema de informação e comunicação e um apropriado ambiente de controlo.

Os serviços do Gabinete de Assistência Jurídica e Contencioso têm como atribuição assegurar a recuperação de todos os contratos com montantes em incumprimento e, no âmbito da recuperação de crédito estabelecer a interligação com as entidades externas prestadoras de serviços.

No que se refere ao risco específico de posição sobre Grandes Riscos, inerente à gestão de excedentes de liquidez através de atividade de intermediação financeira, a gestão é efetuada pelo Conselho de Administração, que estabelece limites de risco por forma a obter uma gestão eficiente dos recursos ajustada ao risco, sendo apoiada pelo Departamento Financeiro.

O modelo de imparidade para o crédito está suportado numa estrutura de governação interna devidamente documentada e aprovada pelo Conselho de Administração, de forma a assegurar uma adequada independência e segregação de funções. São estabelecidas políticas e procedimentos que baseiam a sistematização do processo de quantificação da imparidade e a validação dos seus pressupostos, nomeadamente quanto ao desenvolvimento da metodologia e implementação de melhorias, à implementação da política de Write-off de créditos, à recolha de elementos de suporte às análises efetuadas, à realização regular de análises individuais, à mensuração da imparidade e à validação e análise de adequação do modelo.

A adequação dos modelos de capital interno é avaliada no âmbito do ICAAP, com competências específicas para o Conselho de Administração, Departamento Financeiro e Gabinete de Gestão de Riscos.

Relativamente ao Risco de Taxa de Juro estratégica é efetuada pelo Conselho de Administração, apoiada num acompanhamento regular das taxas praticadas e na mediação regular da exposição ao risco de taxa de juro na carteira bancária, em termos de potenciais alterações do valor económico e das alterações dos resultados esperados (avaliada através do cálculo do efeito do "choque standard", numa metodologia suportada nas Orientações de Basileia 2004, por ser considerado o mais adequado de acordo com o nível de sofisticação da CCL, de acordo com o Anexo IV da Instrução do Banco de Portugal n.º 34/2018) realizadas pelo Gabinete de Gestão de Risco e pelo Departamento Financeiro.

A gestão do Risco Operacional na CCL encontra-se integrada no sistema de controlo interno e é transversal a toda a organização, sendo assegurada pela intervenção das seguintes unidades de estrutura e funções com responsabilidades específicas neste processo:

- Departamento de Operações Gerais - Através do desenvolvimento e manutenção das operações gerais;



- Departamento de Informática - Através do desenvolvimento e manutenção dos serviços informáticos de suporte, ao nível dos equipamentos e da estruturação e manutenção dos sistemas de informação;
- Gabinete de Organização Planeamento e Continuidade de Negócio – Através da coordenação de procedimentos e da dinamização do processo de gestão da continuidade de negócio;
- Serviço de Manutenção Higiene e Segurança - Através dos serviços de manutenção e segurança dos edifícios;
- Gabinete de Gestão de Risco – Através da identificação, avaliação e monitorização dos riscos e dinamização de processos de controlo;
- Gabinete de Compliance – Através da identificação avaliação e acompanhamento e a avaliação das medidas e dos procedimentos para detetar riscos de incumprimento das obrigações legais e deveres a que a Instituição se encontra sujeita e das medidas tomadas para corrigir eventuais deficiências;
- Conselho de Administração e Gabinete de Auditoria Interna na função de controlo interno através da dinamização e acompanhamento de ações de mitigação de risco operacional, de sistemas de informação e *Compliance*.

O Gabinete de Gestão de Riscos mantém um sistema de recolha e tratamento de informação que se baseia na identificação, avaliação, controlo e monitorização de riscos operacionais. Este sistema incorpora o exercício periódico de autoavaliações dos riscos e controlos, baseados em critérios normalizados e preestabelecidos e prevê ainda o acompanhamento de ações de desenvolvimento de processos e ações de mitigação de risco.

Ao nível do PCN, sendo o Conselho de Administração responsável pela salvaguarda da resiliência face a desastres e pela promoção das políticas de gestão da continuidade de negócio e pela ativação do PCN, delega no Gabinete de Organização, Planeamento e Continuidade de Negócio as competências de acompanhamento próximo do processo de implementação e desenvolvimento das políticas de gestão da continuidade de negócio. Existe uma estrutura de responsabilidades, com um regime de competências próprias por Departamento, de forma transversal à estrutura, nas quais assenta o processo de gestão da continuidade de negócio.

A estrutura da CCL incorpora o Gabinete de *Compliance* que mantém uma função de *compliance* independente em relação às demais áreas funcionais, com o objetivo assegurar a função de verificação do cumprimento, nomeadamente controlar o cumprimento do código de conduta, a conformidade com as leis e regulamentos, a responsabilidade perante terceiros, a transparência e o branqueamento de capitais.

No processo de cálculo das necessidades de capital para fazer face aos riscos, o Departamento Financeiro desempenha uma função na área do risco ao realizar com regularidade o cálculo de requisitos de fundos próprios e ao efetuar os testes de esforço (em colaboração com o Gabinete de Gestão de Risco). Estes dois instrumentos são elementos estruturantes do Processo de Autoavaliação da Adequação do Capital Interno para fazer face aos riscos.

No domínio da continuidade de negócio está definida ainda uma estrutura de apoio à manutenção e implementação do Plano de Recuperação, com competências específicas atribuídas por forma a preparar e analisar medidas de recuperação consideradas relevantes, em função das características da Instituição, perante cenários de dificuldades financeiras que possam futuramente comprometer a atual saúde financeira.

Ao nível da estrutura de governação da CCL existe, adicionalmente, um patamar de apreciação pelo Revisor Oficial de Contas e pelo Conselho Fiscal, com funções de examinação e controlo que visam assegurar a conformidade das atividades desenvolvidas e identificar eventuais insuficiências e/ou oportunidades de melhoria nos controlos implementados e emitir recomendações com vista à sua correção ou melhoria.

Alterações sobre a estrutura e organização da função relevante de gestão de risco

Em 2018 procedeu-se à eleição dos órgãos sociais, com a eleição do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e



a designação do Revisor Oficial de Contas para o triénio 2019-2021.

No âmbito das Funções de Controlo Interno, em 2018 procedeu-se à desagregação da função de compliance do Gabinete de Auditoria Interna, tendo sido criada uma unidade de estrutura autónoma para coordenação da função, o Gabinete de Compliance autónomo e designado um novo responsável, que a combina com a função de gestão de riscos, em linha com as Orientações sobre Governo Interno da EBA (EBA /GL/2017/11). A função de cumprimento do normativo em matéria de prevenção do branqueamento de capitais e do financiamento do terrorismo e a função de Encarregado pela proteção de dados são também exercidas de forma autónoma, tendo, para o efeito, sido nomeados dois responsáveis que asseguram os deveres associados às normas aplicáveis.

Canais utilizados para comunicar a cultura de risco:

A CCL tem implementada uma estrutura de normativo interna, acessível a todos os colaboradores, que estabelece, além as normas operacionais internas, o manual de conduta, a estrutura interna e os canais de dependência hierárquica e reporte interno.

Estão implementados procedimentos de reporte interno de eventos de risco e de reporte de falhas operacionais, considerados na avaliação do desempenho dos colaboradores.

3.1.3 Âmbito e natureza dos sistemas de informação e de medição do risco

O sistema informático de suporte aos processos das áreas de negócio de crédito, constituído pelos sistemas de informação e pelas infraestruturas físicas, é organizado em sistemas de apoio à decisão de crédito, sistema central de processamento e sistema de recuperação.

Os sistemas são desenhados de forma a proporcionar a informação de apoio ao processo de decisão, de acompanhamento e monitorização do crédito vivo e vencido e do crédito produtivo e não produtivo. A informação é agregada de forma a proporcionar reportes periódicos de acompanhamento do risco de crédito e da constituição de montantes adequados de provisões.

Para produção de mapas e reporte de ficheiros para a Entidade de Supervisão sobre a situação patrimonial e de risco, de suporte aos requisitos de informação determinados pela plataforma de reporte prudencial, o “Common Reporting” (COREP), e reporte financeiro, o “Financial Reporting” (FINREP), a CCAML utiliza uma plataforma informática autónoma desenvolvida por um prestador externo de serviços informáticos especializado no tema.

Existe um sistema de recolha e tratamento de informação relativa aos eventos de risco de natureza operacional, desenvolvido no sentido de providenciar indicadores de medição dos riscos.

No âmbito do sistema de recolha e tratamento de informação relativa aos eventos de risco também são considerados os eventos de risco de *compliance* e reputação.

3.1.4 Políticas de cobertura e de redução do risco

Tendo em vista o controlo, redução e cobertura do risco para as operações de crédito realizadas, existe uma política de mitigação do risco em função da garantia das operações, refletindo-a no *pricing* aplicado e é considerado o reforço da imposição de colaterais reais, em particular em operações de maior volume ou de maior prazo (como é o exemplo do



crédito à habitação). A política de cobertura e de redução do risco permite obter a seguinte distribuição, com cerca de 68,7% de posições cobertas por garantias reais (face ao total de crédito vivo, vencido mais juros e garantias, sendo de 69,7% relativamente ao crédito vivo), das quais 65,6% são hipotecas

No que respeita às técnicas de cálculo utilizadas para redução do Risco de Crédito, pelo método padrão, foi utilizado o Método Simples sobre Cauções Financeiras, Artigo 222.º do Regulamento (UE) N.º 575/2013 do parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de junho. Nomeadamente, foi considerada a caução constituída por penhor de depósitos para garantia em posições de crédito a retalho.

A CCL não utiliza processos de derivados de crédito sobre as posições na sua carteira e crédito.

Ao nível da cobertura de risco operacional existe uma política de cobertura abrangente de seguros e a manutenção de um nível de capital confortável, determinado pelo método do indicador básico (adiante desenvolvido), para fazer face a eventos desta natureza.



3.1.5 Declaração sobre a adequação das medidas de gestão de risco

Declaração sobre a adequação das medidas de gestão de risco da CCL

No âmbito dos deveres de divulgação de informação por parte das instituições estabelecidos pelo Regulamento (UE) N.º 575/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho de 26 de junho, nomeadamente no que respeita aos objetivos e políticas em matéria de gestão de risco previstos pela alínea e) do número 1 do Artigo 435.º, o Conselho de Administração da Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Leiria, CRL, vem para os devidos efeitos declarar que:

- As medidas de gestão de risco instituídas na Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Leiria CRL, são as consideradas adequadas para assegurar um sistema de gestão apropriado, considerando o perfil e à estratégia da Instituição, tendo presente o princípio da proporcionalidade que atende à dimensão, importância sistémica, natureza, nível e complexidade das atividades exercidas.

Leiria, 30 de abril de 2019

O Conselho de Administração

Mário Ferreira Matias
(Presidente)

Jorge Manuel Pereira Cova
(Vice-presidente)

Ernestina Maria Lourenço Tavares Santos
(Vogal)

José Manuel Varela Costa
(Vogal)

António José de Almeida Sequeira
(Vogal)



3.1.6 Declaração em matéria de risco da Instituição


Declaração sobre o perfil de risco geral da CCL

A declaração sobre o perfil de risco, estabelecida nos deveres de divulgação sobre os objetivos e políticas em matéria de gestão de risco, previstos na alínea f), do número 1, do artigo 435.º, do Regulamento (UE) N.º 575/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho de 26 de junho, visa descrever concisamente a forma como o modelo de negócio determina e interage com o perfil de risco global, incluindo rácios e os valores fundamentais. Para os devidos efeitos vem o Conselho de Administração declarar:

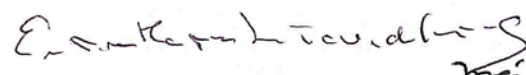
1. A CCL é uma instituição de crédito que tem como objeto o exercício de funções de crédito agrícola, assim como, a prática dos demais atos inerentes à atividade bancária, nos termos do Regime Jurídico do Crédito Agrícola Mútuo, desenvolvendo, neste sentido, a sua atividade como banco de retalho nos concelhos de Leiria, Marinha Grande e Ourém;
2. O modelo de negócio resulta, essencialmente, na captação de recursos, sob a forma de depósitos bancários dos seus clientes particulares e pequenas e médias empresas e na sua rendibilização através de empréstimos, na aplicação dos excedentes de liquidez em Títulos de Dívida Pública e em depósitos em Instituições de Crédito, traduzindo-se numa exposição material ao risco de crédito, risco de soberano, risco de concentração de crédito, risco operacional e risco de taxa de juro;
3. A CCL, de acordo com os critérios estabelecidos pelo Regulamento (UE) N.º 575/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho de 26 de junho, com referência a 31 de dezembro de 2017, apresenta um valor de Fundos Próprios Totais de 92.040.594 Euros, com uma exposição ao risco de crédito de ponderada em 233.827.940 Euros e uma exposição ao risco operacional ponderada em 27.336.617 Euros com rácio de adequação de Fundos Próprios totais de 35,3%, um rácio de Fundos Próprios principais de nível 1 de 35,3%, um rácio de alavancagem de 14,2% (valor do terceiro mês do trimestre, na definição de transição dos Fundos Próprios) e um rácio de cobertura de liquidez 4.131,6% demonstrando uma tolerância ao risco significativa;
4. A estratégia prosseguida pretende ser de contenção face ao risco. A manutenção de níveis de solvabilidade relevantes evidencia uma exposição em ativos de menor risco e uma estratégia de incorporação regular de resultados em reservas, construindo por esforço próprio, uma "almofada financeira" capaz de absorver choques e uma estrutura e autofinanciamento que reduz dependências externas. As políticas de fortalecimento contínuo dos mecanismos de controlo interno permitem minimizar a exposição aos riscos inerentes à atividade financeira, sustentando um perfil prudente face ao risco.

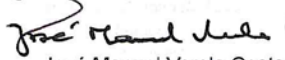
Leiria, 30 de abril de 2019

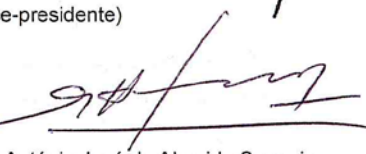
O Conselho de Administração


Mário Ferreira Matias
(Presidente)


Jorge Manuel Pereira Cova
(Vice-presidente)


Ernestina Maria Lourenço Tavares Santos
(Vogal)


José Manuel Varela Costa
(Vogal)


António José de Almeida Sequeira
(Vogal)



3.1.7 Declaração de adequação de liquidez

3.2 Divulgações relativas ao Sistema de Governo

A CCL divulga, com periodicidade anual, junto do Relatório e Contas, num capítulo autónomo denominado de Estrutura de Governação, informação relevante relativa ao seu sistema de governo. Adicionalmente, o Regulamento N.º 575/2013 determina a divulgação dos seguintes pontos.

3.2.1 Número de cargos exercidos pelos membros do órgão de administração

Os membros do Conselho de Administração, no mandato, exercem exclusivamente na Caixa de Crédito Agrícola de Leiria um cargo em órgão de administração ou fiscalização de instituições de crédito. A CCL reporta em base individual, não estando incluída em nenhum perímetro de supervisão em base consolidada nem detém participações qualificadas em outras instituições e crédito.

Nos termos do Artigo 33.º, do Decreto-Lei n.º 298/92 de 31 de dezembro, são excluídos deste âmbito os cargos desempenhados em entidades que tenham por objeto principal o exercício de atividades de natureza não comercial.

Cargos exercidos pelos membros do órgão de administração em outras pessoas coletivas, independentemente da sua forma, local ou sede, fim ou objeto social:

Membro do órgão de administração	Entidade	Cargo	Natureza jurídica, objeto e CAE
Mário Ferreira Matias	Fundação Caixa Agrícola de Leiria	Presidente do Conselho de Administração	Fundação A Fundação desenvolve atividades relacionadas com a solidariedade e justiça social, a preservação da identidade regional e a universalização do respeito pelos direitos humanos; CAE 94991
	Agrímútu - Federação Nac. das Caixas de Crédito Agrícola Mútu FCRL	Presidente da Direção	Cooperativa 2.º grau Promoção do desenvolvimento do Crédito Agrícola Mútu; CAE 94995
Jorge Manuel Pereira Cova	Agrímútu - Federação Nac. das Caixas de Crédito Agrícola Mútu FCRL	Direção (Suplente)	Cooperativa 2.º grau Promoção do desenvolvimento do Crédito Agrícola Mútu; CAE 94995
	Sérvimutuo - ACE	Membro do Conselho Fiscal (vogal)	ACE – Agrupamento Complementar de Empresas Prestação de Serviços Auxiliares à Atividade dos seus Membros; CAE 66190
Ernestina Maria Lourenço Tavares Santos	Fundação Caixa Agrícola de Leiria	Vogal e Direção Executiva do Conselho de Administração	Fundação, A Fundação desenvolve atividades relacionadas com a solidariedade e justiça social, a preservação da identidade regional e a universalização do respeito pelos direitos humanos; CAE 94991
José Manuel Varela Costa	Fundação Caixa Agrícola de Leiria	Vogal do Conselho de Administração	Fundação, A Fundação desenvolve atividades relacionadas com a solidariedade e justiça social, a preservação da identidade regional e a universalização do respeito pelos direitos humanos; CAE 94991

3.2.2 Política de recrutamento dos membros do órgão de administração

O recrutamento dos membros do órgão de administração da CCL, respetivos conhecimentos, capacidades e competências são estabelecidos pela “Política interna de seleção e avaliação da adequação dos membros dos órgãos de administração e de fiscalização da Caixa de Crédito Agrícola Mútu” (disponível no Anexo II a este documento).



A política interna de seleção e avaliação da adequação dos membros dos órgãos de administração e de fiscalização da CCL, estabelece os princípios gerais, os critérios de adequação, a avaliação da adequação, a independência e a formação profissional analisadas no recrutamento dos candidatos.

Os responsáveis na Instituição pela avaliação da adequação dos membros dos órgãos de administração e fiscalização são os membros da Mesa da Assembleia Geral, que de seguida enviam o respetivo relatório ao Banco de Portugal em sede do processo de autorização da Instituição.

Em dezembro de 2018, de acordo com o preceituado no art. 30º e seguintes do RGICSF, foram efetuadas eleições que elegeram a composição do Conselho de Administração (Mário Ferreira Matias – Presidente; Jorge Manuel Pereira Cova – Vice- Presidente; Ernestina Maria Lourenço Tavares Santos – Vogal; José Manuel Varela Costa – Vogal; António José de Almeida Sequeira – Vogal; e José António Monteiro Rocha - Suplente), do Conselho Fiscal (Maria Rafaela de Jesus Lopes da Silva e Sá - Presidente; Oliveira de Jesus Soares – Vogal; Luís Heleno Cardoso – Vogal; e Filipa Duarte Vieira Pimenta Alves Esperança – Suplente), sendo também designado o Revisor Oficial de Contas (Sociedade BDO & Associados, SROC, Lda.; e ROC suplente Anabela Pereira Vaz Borges), para o triénio 2019 a 2021.

O processo de seleção e avaliação da adequação da composição do órgão de gestão foi conduzido durante o ano de 2018, tendo sido submetido e autorizado o pedido para o exercício de funções, prévio à designação dos órgãos de administração e fiscalização, nos termos do artigo 12.º-A e do artigo 30.º-B do RGICSF, procedendo-se ao requerido registo dos seus membros em março de 2019.

3.2.3 Política de diversificação em relação à seleção dos membros do órgão de administração

A diversificação em relação à seleção dos membros do órgão de administração da CCL está estabelecida nos requisitos estabelecidos para a adequação em base coletiva no âmbito da “Política interna de seleção e avaliação da adequação dos membros dos órgãos de administração e de fiscalização da Caixa de Crédito Agrícola Mútuo” (disponível no Anexo II a este documento).

A política interna de seleção e avaliação da adequação dos membros dos órgãos de administração e de fiscalização da CCL, estabelece os requisitos de qualificação profissional, disponibilidade e promoção da igualdade de género. A avaliação da adequação em base coletiva é realizada internamente pela mesa da Assembleia Geral.

O processo de recrutamento/seleção conduzido em 2018, teve em conta política de diversidade aprovada, na análise à adequação sobre os membros dos órgãos de administração e fiscalização, no sentido de assegurar o equilíbrio representativo de homens e mulheres, promovendo-se a igualdade de género, reforçando-se o numero de mulheres no órgão de fiscalização.

3.2.4 Constituição de uma comissão de risco autónoma

Na CCL tendo em conta o princípio da proporcionalidade, considerando a sua dimensão, presença geográfica, a forma jurídica, os modelos para medir os requisitos de capital, o tipo de atividades autorizadas, a estratégia e o modelo de negócio prosseguidos, a estratégia de risco, a estrutura de financiamento, o tipo de clientes, não tem constituído um comité de riscos autónomo.



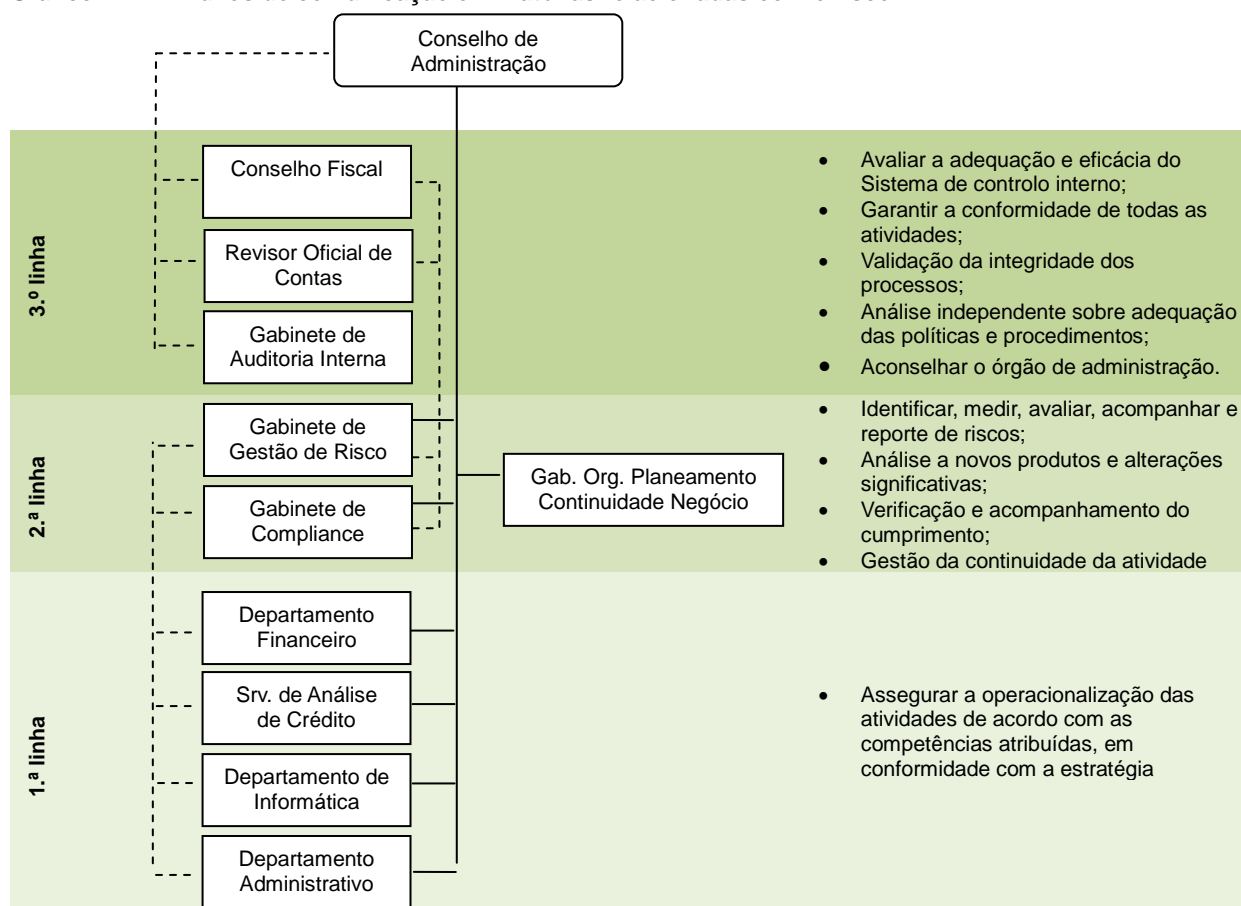
3.2.5 Descrição do fluxo de informação sobre risco para o órgão de administração

O fluxo de informações sobre o risco na CCL é assegurado por três níveis de comunicação, organizado através de linhas de comunicação de relacionamento hierárquico e funcional, que reportam em função das atividades operacionais, do sistema de controlo interno e do modelo de governação adotado.

Através das linhas de informação hierárquica, o fluxo de informações sobre o risco na CCL efetua-se diretamente entre os responsáveis pelas unidades de estrutura envolvidas, nelas se inclui o Gabinete de Gestão de Risco, o Gabinete de Compliance, o Departamento Financeiro, o Serviço de Análise de Crédito, o Gabinete de Organização Planeamento e Continuidade de Negócio, o Departamento Administrativo, o Departamento de Informática e o Gabinete de Auditoria Interna.

Através das linhas de informação funcional, o fluxo de informação é estabelecida com Gabinete de Gestão de Risco e entre as unidades de estrutura relativas às funções de controlo interno aos órgãos do sistema de governação.

Gráfico n.º 1 – Fluxos de comunicação em matérias relacionadas com o risco



Legenda: — Linhas de reporte hierárquico; - - - Linhas de reporte funcional

A frequência das informações prestadas relativamente ao risco é diversa, consoante a regularidade dos reportes prudenciais ou de âmbito interno, destacando-se pela agregação de informação de forma a proporcionar uma visão analítica mais abrangente aos seguintes instrumentos:

- ICAAP (âmbito: Adequação do capital interno), com periodicidade anual;
- ILAAP (âmbito: Adequação da Líquida Interna), com periodicidade anual;
- Plano de Recuperação (âmbito: Plano de Recuperação), com periodicidade anual;



- Relatório das funções do Sistema de Controlo Interno (âmbito: Riscos, Compliance e Auditoria Interna), periodicidade anual.

A definição do conteúdo da informação dos três primeiros instrumentos é estabelecida pelo Conselho de Administração, de forma adequada aos normativos prudenciais aplicáveis, tendo presente o princípio da proporcionalidade, que atende à natureza, dimensão e complexidade das atividades exercidas.

4. Âmbito de Aplicação

A CCL é uma instituição de crédito, sob a forma de cooperativa, que tem como objeto o exercício de funções de crédito agrícola, assim como, a prática dos demais atos inerentes à atividade bancária, nos termos do Regime Jurídico do Crédito Agrícola Mútuo. Neste âmbito, estão incluídas as operações de crédito agrícola, nomeadamente, os empréstimos e outros créditos, a prestação de serviços e as operações cambiais.

A CCL reporta em base individual, operando de forma independente do sistema integrado do Crédito Agrícola Mútuo.

Neste domínio, operando como uma instituição bancária do setor cooperativo, de âmbito regional, a CCL desenvolve a sua atividade como banco de retalho nos concelhos de Leiria, Marinha Grande e Ourém

Pessoa coletiva de utilidade pública, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Leiria sob o número único de matrícula e identificação fiscal 500 978 921, com capital variável e ilimitado (no montante mínimo de € 40.000.000), com sede em Leiria, no Largo Cândido dos Reis n.ºs 19 a 25.

A CCL desenvolve a sua atividade numa base individual, não se lhe aplicando as questões relacionadas com a consolidação e com conglomerados financeiros, mencionados no Artigo 436.º do Regulamento N.º 575/2013, nomeadamente:

- Diferenças a nível da base de consolidação para efeitos contabilísticos e prudenciais;
- Impedimentos significativos a uma transferência tempestiva de fundos próprios ou ao pronto reembolso de passivos entre a empresa-mãe e as suas filiais;
- O montante pelo qual os fundos próprios efetivos são inferiores aos requeridos em todas as filiais.



5. Adequação de Capitais

5.1 Secção A – Informação Qualitativa

5.1.1 Fundos Próprios

5.1.1.1 Síntese das principais características.

Em 31 de dezembro de 2018, os Fundos Próprios Totais, apurados nos termos da regulamentação aplicável, totalizam 92.040.594 Euros, integralmente constituídos por Fundos Próprios de Nível 1.

O montante de Fundos Próprios de Nível 1 é constituído principalmente por Instrumentos de Fundos Próprios (59,8%) e por reservas (39,9%), nos termos Artigos 26.º, n.º 1, alínea a), e 27.º a 30.º, do Regulamento n.º 575/2013. No Quadro 2 (Modelo geral de relato dos Fundos próprios), no ponto 5.2.1.2, é efetuada uma divulgação da natureza e montante de elementos específicos de Fundos Próprios.

De referir a aprovação pela Assembleia Geral, realizada a 28 de março de 2019, da proposta do Conselho de Administração de aplicação de resultados, para incorporação dos resultados e de resultados transitados positivos em reservas, traduzindo-se num aumento das reserva no valor de 4.610.502 Euros.

Os requisitos de fundos próprios da CCL, apurados com referência a 31 de dezembro de 2018, totalizavam 20.885.165 (conforme o Quadro 3), dos quais 18.706.235 Euros resultam do cálculo de requisitos para risco de crédito e 2.178.929 Euros do cálculo de requisitos para risco operacional.

5.1.1.2 Descrição das principais características dos instrumentos de fundos próprios

O Modelo das principais características dos instrumentos de fundos próprios, em anexo I, faz uma descrição das características dos Fundos Próprios principais de nível 1, emitido pela CCL, com o objetivo de cumprimento dos requisitos de divulgação, nos termos da alínea b) do Artigo 437.º do Regulamento n.º 575/2013, obedecendo à publicação do modelo relativo às principais características dos instrumentos de fundos próprios (constante no anexo II, do Regulamento de Execução (UE) n.º 1423/2013 da Comissão, de 20 de dezembro).

Os instrumentos de fundos próprios da CCL correspondem a títulos de capital, emitidos nos termos dos Artigo 3.º, 18.º a 24.º da Lei n.º 51/96, de 7 de setembro (Código Cooperativo) e artigos 14.º a 17.º, 43.º, 44.º do Decreto-Lei n.º 24/91, de 11 de janeiro, Artigo 15.º e seguintes (Regime Jurídico do Crédito Agrícola Mútuo).

5.1.1.3 Regime transitório para reduzir o impacto da introdução da IFRS 9 sobre os fundos próprios

A CCL optou por não aplicar o regime transitório especificado no artigo 473º-A do Regulamento N.º 575/2013, sobre a Introdução da IFRS9 e o impacto resultante no montante de Fundos Próprios, nos termos do Regulamento (UE) 2017/2395 do Parlamento e do Conselho, de 12 de dezembro de 2017.

O Modelo IFRS 9-FL previsto no Anexo I das “Orientações relativas a divulgações uniformes nos termos do artigo 473.º-A do Regulamento n.º 575/2013 no que diz respeito ao regime transitório para reduzir o impacto da introdução da IFRS 9 sobre os fundos próprios” da Autoridade Bancária Europeia (Orientações EBA/GL/2018/01), estabelecido através da Instrução n.º 22/2018, especifica o formato de divulgação, prevendo para estes casos uma descrição que



explique que não estão a aplicar o regime transitório da IFRS9 num formato flexível, conforme o parágrafo anterior.

5.1.2 Requisitos de Fundos Próprios

5.1.2.1 Método utilizado para a autoavaliação da adequação do capital interno.

A CCL tem implementado um processo de Autoavaliação da Adequação do Capital Interno (ICAAP) para avaliar a adequação do seu capital, em cumprimento do artigo 115.º - j do Decreto-Lei n.º 298/92 e da Instrução n.º 3/2019 do Banco de Portugal, aferindo da adequação do capital interno para fazer face aos riscos a que a instituição está, ou possa a vir estar, exposta. Tendo presente o princípio da proporcionalidade, o método pretende-se conforme e adequado à sua dimensão, natureza, área de atuação geográfica e complexidade das atividades que desenvolve, e por não utilizar os métodos mais avançados de cálculo dos requisitos de fundos próprios.

O modelo utilizado tem como ponto de partida o modelo utilizado no cálculo dos requisitos regulamentares (Abordagem sobre os Requisitos de Fundos Próprios do Pilar I). É complementado com os testes de esforço e análises qualitativas e quantitativas da exposição aos riscos, como forma de avaliar se o capital determinado pelo cálculo de Requisitos de Fundos Próprios está adequado, para todos os riscos do Pilar I (Risco de Crédito e Risco Operacional e Risco de Mercado), e sobre a necessidade de alocar capital adicional, para outros riscos (considerados no Pilar II, não sujeitos a requisitos de capital mínimos) e pela influência de fatores externos à Instituição.

Tendo em conta o perfil de risco e considerando que os principais riscos da CCL estão contemplados nos métodos regulamentares para o cálculo dos Requisitos de Fundos Próprios, a metodologia utilizada na avaliação do nível de Capital Interno adota, os parâmetros estabelecidos pela regulamentação em vigor, nomeadamente o Método Padrão para o Risco de Crédito e Método do Indicador Básico para o Risco Operacional, nos termos do Regulamento (UE) N.º 575/2013 do parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de junho, na aferição dos Requisitos de Fundos Próprios que é realizado trimestralmente.

A metodologia considera uma apreciação do capital ponderado, no sentido de aferir da necessidade de capital adicional para cobertura de riscos que não tenham sido totalmente captados, com base na avaliação aos resultados dos testes de esforço, à avaliação de perdas esperadas e não esperadas para o risco da carteira de crédito e ao risco imobiliário.

É efetuada uma avaliação da necessidade de capital, decorrente da análise à materialidade e em função dos impactos que eventos excecionais possam causar na condição financeira, para os demais riscos considerados no perfil de risco sobre os quais não estão estabelecidos requisitos mínimos e pela influência de fatores externos.

Entre outras análises, como a influência de fatores externos como é o impacto no capital da alteração da regulamentação prudencial, são considerados os eventuais impactos resultantes e uma possível menor diversificação do risco e crédito (Risco de concentração de crédito), da perda potencial de valor económico da Instituição decorrente do impacto acumulado dos instrumentos sensíveis à taxa de juro pelo desfasamento de maturidades ou de prazos de redefinição das taxas (Risco de taxa de juro da carteira bancária), da perda potencial em resultado da variação na cotação dos títulos de dívida soberana (Risco Soberano).

O processo integra um programa de testes de esforço que permite uma quantificação de perdas possíveis e de impactos prováveis sobre a estrutura de capital, a que CCL está exposta, face a eventos excecionais, mas plausíveis. Os testes de esforço realizados permitem aferir os impactos nos resultados operacionais, no valor dos ativos e nos requisitos de fundos próprios, avaliar a existência de um nível de fundos próprios adequado e a capacidade que a CCL tem para absorver o impacto provocado por esses eventos.



A afetação do capital interno pelas diferentes áreas de negócio é efetuada atendendo, em primeiro lugar, à origem e natureza do risco pela qual a avaliação demonstra a necessidade de capital, sendo o critério o contributo individual para os proveitos da Instituição. Estando as atividades da CCL enquadradas no segmento de Banca de Retalho, as posições em risco de crédito são fracionadas pelas classes de risco de crédito do Método Padrão (respeitando os respetivos ponderadores), e segmentadas pela natureza do crédito, ao qual, corresponde uma área de negócio.

De idêntica forma, para os demais riscos, o capital interno é afetado em função da relação existente entre o montante da exposição individual de cada área de negócio. A exposição é identificada a partir das posições do Ativo e Extrapatrimoniais determinadas pelas avaliações.

5.1.2.2 Montantes das posições ponderadas pelo risco de crédito

Os montantes determinados como requisitos de fundos próprios resultam da ponderação de 8% sobre as posições ponderadas pelo risco, para cada uma das classes de risco definidas pelo artigo 112.º do Regulamento N.º 575/2013, nos termos estabelecidos no Capítulo 2, do Título II, da Parte III, para o Método Padrão.

5.1.2.3 Requisitos de fundos próprios para risco de mercado e grandes riscos relativamente à atividade da carteira de negociação

A CCL não dispõe de ativos ou elementos extrapatrimoniais elegíveis para o cálculo de requisitos mínimos de fundos próprios para cobertura dos riscos da carteira de negociação, sob a forma de Instrumentos de dívida ou títulos de capital, nos termos da alínea b, do número 3 do artigo 92.º do Regulamento N.º 575/2013.

A CCL cumpre com os requisitos em matéria de limites aos grandes riscos especificados nos artigos 395.º a 401.º do Regulamento N.º 575/2013, não sendo necessário o apuramento de requisitos de capital.

5.1.2.4 Requisitos de fundos próprios para risco de posição, cambial e de mercadorias e posições em risco relacionadas com a liquidação

Os requisitos de fundos próprios para cobertura de exposições à taxa de câmbio são calculados, acrescida de eventuais posições em ouro (inexistentes), caso a sua posição líquida ultrapasse 2% dos fundos próprios totais.

Em 31 de dezembro a posição líquida representava 0,04% dos fundos próprios, não havendo necessidade de afetar fundos próprios para o risco cambial.

A CCL não está exposta ao risco de mercadorias por não dispor de ativos com essas características.

A CCL, não dispondo de ativos ou elementos extrapatrimoniais sob a forma de mercadorias, instrumentos de dívida ou títulos de capital não está exposta ao risco de liquidação.

5.1.2.5 Requisitos de fundos próprios para risco operacional

O método utilizado pela CCL para cálculo dos requisitos de fundos próprios para risco operacional é o do Indicador Básico, previsto no artigo 315.º, no Capítulo 2, do Título III, da Parte III, do Regulamento N.º 575/2013.



5.2 Secção B – Informação Quantitativa / Modelos

5.2.1 Modelo “Adequação de Capitais”

5.2.1.1 Reconciliação integral dos elementos dos Fundos Próprios

A divulgação de informações relativa aos Fundos Próprios, nos termos da alínea a) do Artigo 437.º do Regulamento n.º 575/2013, deve conter uma reconciliação integral dos elementos dos Fundos Próprios com as demonstrações financeiras, efetuada nos termos definidos pelo anexo I ao Regulamento de Execução (UE) n.º 1423/2013 da Comissão, de 20 de dezembro.

Tomando como ponto de partida os elementos relevantes do Balanço utilizados no cálculo dos Fundos Próprios, conforme constantes nas demonstrações financeiras publicadas, são discriminados os elementos relevantes e referenciados no quadro final de Reconciliação do Balanço com os Fundos Próprios Regulamentares, incluindo uma demonstração dos Fundos Próprios com a implementação completa, prevista para 2021, nos termos do Artigo 11.º do Aviso do Banco de Portugal n.º 10/2017, considerando o escalonamento previsto para os limites à elegibilidade de certos instrumentos para as diferentes componentes de fundos próprios.

Quadro 1 – Reconciliação integral dos elementos dos Fundos Próprios

ATIVOS	Unidade: Euro	
	Valor líquido	Referência no quadro de reconciliação do Balanço
	31-dez-2018	
Caixa, saldos de caixa em bancos centrais e outros depósitos à ordem	35.864.773,68	
Ativos financeiros detidos para negociação	0,00	
Ativos financeiros não negociáveis obrigatoriamente contabilizados pelo justo valor através dos resultados	579,39	
Ativos financeiros contabilizados pelo justo valor através dos resultados	0,00	
Ativos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral	128.114.508,43	(A)
Ativos financeiros pelo custo amortizado	442.320.964,63	
Derivados - Contabilidade de cobertura	0,00	
Variação do justo valor dos elementos abrangidos pela carteira de cobertura do risco de taxa de juro	0,00	
Investimentos em subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas	21.250,00	
Ativos tangíveis	9.047.745,62	
Ativos intangíveis	111.481,05	(B)
Ativos por impostos	2.323.091,20	
Outros ativos	688.628,33	
Ativos não correntes e grupos para alienação classificados como detidos para venda	3.972.149,99	
ATIVOS TOTAIS	622.465.172,32	

PASSIVOS	Unidade: Euro	
	Valor líquido	Referência no quadro de reconciliação do Balanço
	31-dez-2018	
Passivos financeiros detidos para negociação	0,00	
Passivos financeiros contabilizados pelo justo valor através dos resultados	0,00	
Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado	513.612.196,01	
Derivados - Contabilidade de cobertura	0,00	
Variação do justo valor dos elementos abrangidos pela carteira de cobertura do risco de taxa de juro	0,00	
Provisões	244.952,77	
Passivos por impostos	2.593.209,58	
Capital social reembolsável à vista	3.156.719,72	(C)
Outros passivos	6.162.007,70	
Passivos incluídos em grupos para alienação classificados como detidos para venda	0,00	
PASSIVOS TOTAIS	525.769.085,78	



CAPITAL PRÓPRIO	Valor líquido	Referência no quadro de reconciliação do Balanço
	31-dez-2018	
Capital	55.062.540,00	(D)
Prémios de emissão	0,00	
Instrumentos de capital próprio emitidos, exceto capital	0,00	
Outro capital próprio	0,00	
Outro rendimento integral acumulado	9.601.084,14	(E)
Lucros retidos	-1.062.900,25	(F)
Reservas de reavaliação	-398.288,52	(G)
Outras reservas	27.820.249,37	(H)
Resultados atribuíveis aos proprietários da empresa-mãe	5.673.401,80	
Interesses minoritários [Interesses que não controlam]	0,00	
CAPITAL PRÓPRIO TOTAL	96.696.086,54	
CAPITAL PRÓPRIO TOTAL E PASSIVOS TOTAIS	622.465.172,32	

Reconciliação do Balanço e dos Fundos Próprios Regulamentares	Elementos do Balanço	Referência no quadro de reconciliação do balanço	Unidade: Euro	
	31-dez-2018		Fundos próprios regulamentares (fase transaccional)	Fundos próprios regulamentares (Implementação completa)
Fundos próprios			92.040.594,16	91.022.684,74
Fundos próprios de nível 1			92.040.594,16	91.022.684,74
Fundos próprios principais de nível 1			92.040.594,16	91.022.684,74
Elementos do Capital próprio				
Capital	55.062.540,00	(D)	55.062.540,00	55.062.540,00
Outro rendimento integral acumulado	9.601.084,14	(E)	9.601.084,14	9.601.084,14
Lucros retidos	-1.062.900,25	(F)	-1.062.900,25	-1.062.900,25
Reservas de reavaliação	-398.288,52	(G)	-398.288,52	-398.288,52
Outras reservas	27.820.249,37	(H)	27.820.249,37	27.820.249,37
Elementos do Ativo				
Ativos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral	128.114.508,43	(A)	-127.115,53	-127.115,53
Ativos intangíveis	111.481,05	(B)	-111.481,05	-111.481,05
Elementos do Passivo				
Capital social reembolsável à vista	3.156.719,72		1.256.506,00	0,00
Fundos próprios adicionais de nível 1	0,00		0,00	0,00
Fundos próprios de nível 2	0,00		0,00	0,00

5.2.1.2 Divulgação dos Fundos Próprios

A divulgação da natureza e montante de elementos específicos dos fundos próprios, conforme previsto nas alíneas d) e e) do Artigo 437.º e no Artigo 492.º do Regulamento n.º 575/2013, é efetuada através do quadro do Modelo geral de relato dos fundos próprios, de acordo com o Artigos 4.º do Regulamento de execução (UE) n.º 1423/2013, da Comissão, de 20 de dezembro.

Quadro 2 – Modelo geral de relato dos Fundos próprios

Modelo de divulgação dos fundos próprios			Referência aos artigos do Regulamento (UE) n.º 575/2013
Fundos próprios principais de nível 1 (FPP1); instrumentos e reservas			
1	Instrumentos de fundos próprios e prémios de emissão conexos	55.062.540,00	26 (1), 27, 28, 29
	dos quais: Instrumento de tipo 1		26 (3) da lista EBA
	dos quais: Instrumento de tipo 2		26 (3) da lista EBA
	dos quais: Instrumento de tipo 3		26 (3) da lista EBA
2	Resultados retidos	-1.062.900,25	26 (1) (c)
3	Outro rendimento integral acumulado (e outras reservas)	37.023.044,99	26 (1)
3a	Fundos para riscos bancários gerais		26 (1) (f)
4	Montante dos elementos considerados a que se refere o artigo 484.º n.º 3, e dos prémios de emissão conexos sujeitos a eliminação progressiva dos FPP1	1.256.506,00	486 (2)
5	Interesses minoritários (montante permitido nos FPP1 consolidados)		84
5a	Lucros provisórios objeto de revisão independente líquidos de qualquer encargo ou dividendo previsível		26 (2)
6	Fundos próprios principais de nível 1 (FPP1) antes dos ajustamentos regulamentares	92.279.190,74	Soma as linhas 1 a 5a



Fundos próprios adicionais de nível 1 (FPA1): ajustamentos regulamentares		
7	Ajustamentos de valor adicionais (valor negativo)	127.115,53 34, 105
8	Ativos intangíveis (líquidos do passivo por impostos correspondente) (valor negativo)	111.481,05 36 (1) (b), 37
9	Conjunto vazio na UE	
10	Ativos por impostos diferidos que dependem de rentabilidade futura excluindo os decorrentes de diferenças temporárias (líquidos do passivo por impostos correspondente se estiverem preenchidas as condições previstas no artigo 38.º, n.º 3) (valor negativo)	36 (1) (c), 38
11	Reservas de justo valor relacionadas com ganhos ou perdas em coberturas de fluxos de caixa	33 (1) (a)
12	Montantes negativos resultantes do cálculo dos montantes das perdas esperadas	36 (1)(d), 40, 159
13	Qualquer aumento dos fundos próprios que resulte de ativos titularizados (valor negativo)	32 (1)
14	Ganhos ou perdas com passivos avaliados pelo justo valor resultantes de alterações na qualidade de crédito da própria instituição	33 (1) (b)
15	Ativos de fundos de pensões com benefícios definidos (valor negativo)	36 (1) (e), 41
16	Detenções diretas e indiretas de uma instituição dos seus próprios instrumentos de FPP1 (valor negativo)	36 (1) (f), 42
17	Detenções de instrumentos de FPP1 de entidades do setor financeiro que têm detenções cruzadas recíprocas com a instituição destinadas a inflacionar artificialmente os seus fundos próprios (valor negativo)	36 (1) (g), 44
18	Detenções diretas e indiretas da instituição de instrumentos de FPP1 de entidades do setor financeiro nas quais a instituição não tem investimento significativo (montante acima do limite de 10% e líquido de posições curtas elegíveis) (valor negativo)	36 (1) (h), 43, 45, 46, 49 (2) (3), 79
19	Detenções diretas, indiretas e sintéticas da instituição de instrumentos de FPP1 de entidades do setor financeiro nas quais a instituição tem um investimento significativo (montante acima do limite de 10% e líquido de posições curtas elegíveis) (valor negativo)	36 (1) (i), 43, 45, 47, 48 (1) (b), 49 (1) a (3), 79
20	Conjunto vazio na UE	
20a	Montante da posição em risco dos seguintes elementos elegíveis para uma ponderação de risco acima de 1250%, nos casos em que a instituição opta pela alternativa da dedução	36 (1) (k)
20b	dos quais: detenções elegíveis fora do setor financeiro (valor negativo)	36 (1) (k) (i), 89 a 91
20c	dos quais: posições de titularização (valor negativo)	36 (1) (k) (ii) 243 (1) (b) 244 (1) (b) 258
20d	dos quais: transações incompletas (valor negativo)	36 (1) (k) (iii), 379 (3)
21	Ativos por impostos diferidos decorrentes de diferenças temporárias (montante acima do limite de 10%, líquido do passivo por impostos correspondente se estiverem preenchidas as condições previstas no artigo 38.º, n.º 3) (valor negativo)	36 (1) (c), 38, 48 (1) (a)
22	Montante acima do limite de 15% (valor negativo)	48 (1)
23	dos quais: detenções diretas e indiretas da instituição de instrumentos de FPP1 de entidades financeiras nas quais a instituição tem um investimento significativo	36 (1) (i), 48, (1) (b)
24	Conjunto vazio na UE	
25	dos quais: ativos por impostos diferidos decorrentes de diferenças temporárias	36 (1) (c), 38, 48 (1) (a)
25a	perdas relativas ao exercício em curso (valor negativo)	36 (1) (a), 472 (3)
25b	Encargos fiscais previsíveis relacionados com elementos FPP1 (valor negativo)	36 (1) (l)
27	Deduções aos FPA1 elegíveis que excedem os FPA1 da instituição (valor negativo)	0,00 36 (1) (j)
28	Total dos ajustamentos regulamentares aos fundos próprios principais de nível 1 (FPP1)	238.596,58 Soma as linhas 7 a 20a, 21, 22 e 25a a 27
29	Fundos próprios principais de nível 1 (FPP1)	92.040.594,16 Linha 6 menos a linha 28

Fundos próprios adicionais de nível 1 (FPA1): instrumentos		
30	Instrumentos de fundos próprios e prémios de emissão conexos	51, 52
31	dos quais: classificados como fundos próprios segundo as normas contabilísticas aplicáveis	
32	dos quais: classificados como passivos segundo as normas contabilísticas aplicáveis	
33	Montante dos elementos considerados a que se refere o artigo 484.º, n.º 4, e dos prémios de emissão conexos sujeitos a eliminação progressiva dos FPA1	486 (3)
34	Fundos próprios de nível 1 considerados incluídos nos FPA1 consolidados (incluindo interesses minoritários não incluídos na linha 5) emitidos por filiais e detidos por terceiros	85, 86
35	dos quais: instrumentos emitidos por filiais sujeitos a eliminação progressiva	486 (3)
36	Fundos próprios adicionais de nível 1 (FPA) antes dos ajustamentos regulamentares	0,00 Soma das linhas 30, 33 e 34



Fundos próprios adicionais de nível 1 (FPA1): ajustamentos regulamentares

37	Detenções diretas e indiretas de uma instituição dos seus próprios instrumentos de FPA1 (valor negativo)		52 (1) (b), 56 (a), 57
38	Detenções de instrumentos de FPA1 de entidades do setor financeiro que têm detenções cruzadas recíprocas com a instituição destinadas a inflacionar artificialmente os seus fundos próprios (valor negativo)		56 (b), 58
39	Detenções diretas e indiretas de instrumentos de FPA1 de entidades do setor financeiro nas quais a instituição não tem um investimento significativo (montante acima do limite de 10% e líquido de posições curtas elegíveis) (valor negativo)		56 (c), 59, 60, 79
40	Detenções diretas e indiretas da instituição de instrumentos de FPA1 de entidades do setor financeiro nas quais a instituição tem investimento significativo (montante acima do limite de 10% e líquido de posições curtas elegíveis)(valor negativo)		56 (d), 59, 79
41	Conjunto varzio na UE		
42	Deduções aos FP2 elegíveis que excedem o FP2 da instituição (valor negativo)		56 (e)
43	Total dos ajustamentos regulamentares aos fundos próprios adicionais (FPA1)	0,00	Soma das linhas 37 a 42
44	Fundos próprios adicionais de nível 1 (FPA)	0,00	Linha 36 menos linha 43
45	Fundos próprios de nível 1 (FP = FPP1 + FPA1)	92.040.594,16	Soma das linhas 29 e 44

Fundos próprios de nível 2 (FP2): Instrumentos e disposições

46	Instrumentos de fundos próprios e prémios de emissão conexos		62,63
47	Montante dos elementos considerados a que se refere o artigo 484.º, n.º 5, e prémios de emissão conexos elegíveis sujeitos a eliminação progressiva dos FP2		486 (4)
48	Instrumentos de fundos próprios considerados incluídos nos fundos próprios de nível 2 (incluindo interesses minoritários e instrumentos dos FPA1 não incluídos nas linhas 5 e 34) consolidados emitidos por filiais e detidos por terceiros		87,88
49	dos quais: instrumentos emitidos por filiais sujeitos a eliminação progressiva		486 (4)
50	Ajustamentos para risco de crédito	0,00	62 (c) & (d)
51	Fundos Próprios de nível 2 (FP2) antes dos ajustamentos regulamentares	0,00	

Fundos próprios de nível 2 (FP2): ajustamentos regulamentares

52	Detenções diretas e indiretas de uma instituição nos seus próprios instrumentos de FP2 e empréstimos subordinados (valor negativo)		63 (b) (i), 66 (a), 67
53	Detenções de instrumentos dos FP2 e empréstimos subordinados de entidades do setor financeiro que têm detenções cruzadas recíprocas com a instituição destinadas a inflacionar artificialmente os seus fundos próprios (valor negativo)		66 (b), 68
54	Detenções diretas e indiretas de instrumentos de FP2 e empréstimos subordinados de entidades do setor financeiro nas quais a instituição não tem um investimento significativo (montante acima do limite de 10% e líquido de posições curtas elegíveis)(valor negativo)		66 (c), 69, 70, 79
55	Detenções diretas e indiretas da instituição de instrumentos de FP2 e empréstimos subordinados de entidades do setor financeiro nas quais a instituição tem um investimento significativo (Líquido de posições curtas elegíveis)(valor negativo)		66 (d), 69, 79
56	Conjunto vazio na UE		
57	Total dos ajustamentos regulamentares dos fundos próprios de nível 2 (FP2)	0,00	Soma das linhas 52 a 56
58	Fundos Próprios de nível 2 (FP2)	0,00	Linha 51 menos a linha 57
59	Fundos próprios totais (FPT = FP1 + FP2)	92.040.594,16	Soma das linhas 45 e 58
60	Total dos ativos ponderados pelo risco	261.064.557,32	



Rádios e reservas prudenciais de fundos próprios

61	Fundos próprios principais de nível 1 (em percentagem do montante das posições em risco)	35,26%	92 (2) (a)
62	Nível 1 (em percentagem do montante das posições em risco)	35,26%	92 (2) (b)
63	Fundos próprios totais (em percentagem do montante das posições em risco)	35,26%	92 (2) (c)
64	Requisitos de reservas prudenciais específico da instituição (requisito de FPP1 em conformidade com o artigo 92.º, n.º 1, alínea a), mais requisitos de reservas prudenciais de conservação de fundos próprios e anticíclicas, mais reservas prudenciais de instituição de importância sistémica (reservas prudenciais G-SII ou O-SII), expresso em percentagem do montante das posições em risco)	1,875%	DRFP 128, 129, 130, 131, 133
65	dos quais: requisito de reservas prudenciais de conservação de fundos próprios	1,875%	
66	dos quais: requisito de reservas prudenciais anticíclicas	0,000%	
67	dos quais: requisito de reservas prudenciais para o risco sistémico		
67a	dos quais: Reservas prudenciais de instituição de importância sistémica (G-SII) ou de outras instituições de importância sistémica (O-SII)		
68	Fundos próprios principais de nível 1 disponíveis para efeitos de reservas prudenciais (em percentagem do valor das posições em risco)	27,26%	DRFP 128
69	[não relevante na regulamentação da UE]		
70	[não relevante na regulamentação da UE]		
71	[não relevante na regulamentação da UE]		

Montantes abaixo dos limites de dedução (antes da ponderação pelo risco)

72	Detenções diretas e indiretas nos fundos próprios de entidades do setor financeiro nas quais a instituição não tem um investimento significativo (montante acima do limite de 10% e líquido de posições curtas elegíveis)	1.210.682,26	36 (1) (h), 45, 46, 472 (10), 56 (c), 59, 60, 475 (4), 66 (c), 69, 70
73	Detenções diretas e indiretas da instituição de instrumentos de FPP1 de entidades do setor financeiro nas quais a instituição tem um investimento significativo (montante acima do limite de 10% e líquido de posições curtas elegíveis)		36 (1) (i), 45, 48
74	Conjunto vazio na UE		
75	Ativos por impostos diferidos decorrentes de diferenças temporárias (montante abaixo do limite de 10%, líquidos do passivo por impostos correspondente se estiverem preenchidas as condições previstas no artigo 38.º, n.º 3) (valor negativo)	1.931.993,77	36 (1) (c), 38, 48

Limites aplicáveis à inclusão de provisões nos Fundos Próprios de nível 2

76	Ajustamentos para o risco de crédito incluídos nos FP2 relativamente a posições em risco sujeitas ao método padrão (antes da aplicação do limite máximo)	0,00	62
77	Limite máximo à inclusão de ajustamentos para o risco de crédito nos FP2 de acordo com o método-padrão	0,00	62
78	Ajustamentos para o risco de crédito incluídos nos FP2 relativamente a posições em risco sujeitas ao método das notações internas (antes da aplicação do limite máximo)		62
79	Limite máximo à inclusão de ajustamentos para o risco de crédito nos FP2 de acordo com o método das notações internas		62

Instrumentos de fundos próprios sujeitos a disposições de eliminação progressiva (aplicável apenas entre 1 de janeiro de 2013 e 1 de janeiro de 2022)

80	Limite máximo atual para os instrumentos de FPP1 sujeitos a disposições de eliminação progressiva	1.256.506,00	484 (3), 486 (2) e (5)
81	Montante excluído dos FPP1 devido ao limite máximo (excesso em relação ao limite máximo após resgates e vencimentos)	1.884.759,00	484 (3), 486 (2) e (5)
82	Limite máximo atual para os instrumentos de FPA1 sujeitos a disposições de eliminação progressiva		484 (4), 486 (3) e (5)
83	Montante excluído dos FPA1 devido ao limite máximo (excesso em relação ao limite máximo após resgates e vencimentos)		484 (4), 486 (3) e (5)
84	Limite máximo atual para os instrumentos de FP2 sujeitos a disposições de eliminação progressiva		484 (5), 486 (4) e (5)
85	Montante excluído dos FP2 devido ao limite máximo (excesso em relação ao limite máximo após resgates e vencimentos)		484 (5), 486 (4) e (5)



5.2.1.3 Requisitos de fundos próprios

O quadro seguinte apresenta a informação relativa aos requisitos de fundos próprios. A CCL utiliza o método Padrão, definido no Capítulo 2, do Título II, da Parte III do Regulamento N.º 575/2013, para o cálculo de requisitos de fundos próprios para risco de crédito e o método do indicador básico, definido no Capítulo 2, do Título III, da Parte III, do Regulamento N.º 575/2013, para o risco operacional.

Quadro 3 – Adequação de capitais para efeitos de requisitos de fundos próprios

Quadro UE OV1 | Unidade: Euros

			RWA		Requisitos mínimos de fundos próprios	
			31-12-2018	31-12-2017	31-12-2018	31-12-2017
Artigo 438.º, alíneas c) e d)	1	Risco de crédito (excluindo CCR)	233.827.940	194.058.854	18.706.235	15.524.708
Artigo 438.º, alíneas c) e d)	2	Dos quais, Método Padrão	233.827.940	194.058.854	18.706.235	15.524.708
Artigo 438.º, alíneas c) e d)	3	Dos quais, Método IRB Foundation				
Artigo 438.º, alíneas c) e d)	4	Dos quais, Método Avançado das Notações Internas (AIRB)				
Artigo 438.º, alínea e d)	5	Dos quais, Ações IRB no quadro do Método de Ponderação do Risco Simples ou do Método dos Modelos Internos (IMA)				
Artigo 107.º 438.º, alíneas c) e d)	6	CCR				
Artigo 438.º, alíneas c) e d)	7	Dos quais, Método de Avaliação ao Preço de Mercado				
Artigo 438.º, alíneas c) e d)	8	Dos quais, Método do Risco Inicial				
	9	Dos quais, Método Padrão				
	10	Dos quais, Método do Modelo Interno				
Artigo 438.º, alíneas c) e d)	11	Dos quais, montante das posições em risco destinado a contribuições para o fundo de proteção de uma CCP				
Artigo 438.º, alíneas c) e d)	12	Dos quais, ajustamento da avaliação de crédito (CVA)				
Artigo 438.º, alínea e)	13	Riscos de Liquidação				
Artigo 449.º, alíneas o) e j)	14	Posições em risco titularizadas na carteira bancária (após o limite máximo)				
	15	Das quais, Métodos das Notações Internas (IRB)				
	16	Das quais, Método da Fórmula Regulamentar (SFA)				
	17	Das quais, Método de Avaliação Interna (IAA)				
	18	Das quais, Método Padrão				
Artigo 438.º, alínea e)	19	Riscos de Mercado				
	20	Dos quais, Método Padrão				
	21	Dos quais, IMA				
Artigo 438.º, alínea e)	22	Grandes Riscos				
Artigo 438.º, alínea f)	23	Riscos Operacionais	27.236.617	28.259.621	2.178.929	2.260.770
	24	Dos quais, Método do Indicador Básico	27.236.617	28.259.621	2.178.929	2.260.770
	25	Dos quais, Método Padrão				
	26	Dos quais, Método de Medição Avançada				
Artigo 438.º, alíneas c) e d)	27	Valores inferiores aos limiares de dedução (sujeitos a 250% de ponderação de risco)				
Artigo 438.º, alíneas c) e d)	28	Ajustamento do limite mínimo				
	29	Total	261.064.557	222.318.475	20.885.165	17.785.478

O acréscimo dos ativos ponderados pelo risco resulta, essencialmente do crescimento da exposição ao risco de crédito, o qual, resulta do crescimento em Instituições conforme se poderá observar mais à frente nas divulgações relativas ao risco de crédito.

5.2.1.4 Adequação de capitais

Considerando os fundos próprios disponíveis e as necessidades apuradas pelo cálculo de requisitos de fundos próprios, o quadro seguinte apresenta o excesso de fundos próprios e o rácio de adequação de fundos próprios obtidos.



Quadro 4 – Adequação de capitais

ID	Elemento	31-12-2018	31-12-2017
1	Rácio de Fundos Próprios Principais de nível 1 (FPP1)	35,26%	38,80%
2	Excedente(+)/Défice(-) dos FPP1	80.292.689	76.251.574
3	Rácio de Fundos Próprios de nível 1	35,26%	38,80%
4	Excedente(+)/Défice(-) de FP1	76.376.721	72.916.797
5	Rácio de fundos próprios totais	35,26%	38,80%
6	Excedente(+)/Défice(-) dos fundos próprios totais	71.155.430	68.470.427

Unidade: Euros

Os rácios de fundos próprios mantêm-se em valores substancialmente acima dos mínimos regulatórios, verificando-se um ligeiro decréscimo resultante de uma maior exposição ao risco de crédito.

6. Posições em Risco de Crédito de Contraparte

O risco de crédito de contraparte, a que se refere o Capítulo 6, do Título II, da Parte III, decorre da incerteza quanto ao incumprimento pela contraparte de uma operação antes da liquidação final dos respetivos fluxos, em operações com instrumentos de derivados, operações de recompra, contratação ou concessão de empréstimos de valores mobiliários ou de mercadorias, operações de liquidação longa e operações de concessão de empréstimos com imposição de margem.

Esta situação não é aplicável à CCL por não realizar operações com estas características.

7. Reservas prudenciais de fundos próprios

O cumprimento do requisito de constituição de uma reserva contracíclica de fundos próprios, em conformidade com os artigos 138.º-E a M do Decreto-Lei n.º 298/92, estão sujeitos a requisitos de divulgação previstos pelo Artigo 440.º do Regulamento N.º 575/2013, sendo estabelecidos pelo Regulamento Delegado (UE) 2015/1555 da Comissão, de 28 de maio de 2015 aplicáveis a partir de 1 de janeiro de 2016.

O Banco de Portugal, no exercício das suas competências enquanto autoridade macroprudencial nacional, pode estabelecer uma percentagem mínima de reserva contracíclica de fundos próprios. A reserva contracíclica (medida em percentagem do montante total das posições em risco) será definida entre 0% e 2,5%. A percentagem de reserva para cada instituição, é uma média ponderada das percentagens de reserva contracíclica aplicáveis nos países onde se localizam as posições em risco de crédito dessa instituição.

A CCL não detém posições em risco superiores a 2% do total das suas posições ponderadas pelo risco, associadas a outras zonas geográficas, razão pela qual, a afetação das posições em risco são exclusivamente associadas a Portugal.



O Bando de Portugal fixou a reserva contracíclica em 0%, para os quatro trimestres de 2018 e para os dois primeiros de 2019.

Quadro 5 – Distribuição geográfica das posições em risco de crédito relevantes para o cálculo da reserva contracíclica de fundos próprios

Linha		Posições em risco gerais de crédito		Posições em risco na carteira de negociação		Posições em risco titularizadas		Requisitos de fundos próprios				Ponderações dos requisitos de fundos próprios	Taxa de reserva contracíclica de fundos próprios
		Valor das posições em risco para efeitos do Método Padrão	Valor das posições em risco para efeitos do Método IRB	Soma das posições longas e curtas na carteira de negociação	Valor das posições em risco na carteira de negociação para efeitos dos modelos internos	Valor das posições em risco para efeitos do Método Padrão	Valor das posições em risco para efeitos do Método IRB	Dos quais: posições em risco gerais de crédito	Dos quais: posições em risco na carteira de negociação	Dos quais: posições em risco titularizadas	Total		
		10	20	30	40	50	60	70	80	90	100	110	120
10	Repartição por país												
	Portugal	659.334.316						18.706.235			18.706.235		0%
20		659.334.316	0	0	0	0	0	18.706.235	0	0	18.706.235	0	0

Nota (1): Existe uma exposição a Espanha que representa 1% da posição original.

Quadro 6 – Montante da reserva contracíclica de fundos próprios específica da instituição

Montante da reserva contracíclica de fundos próprios específica da instituição

Linha		Coluna
		10
10	Montante total das posições em risco	233.827.940
20	Taxa de reserva contracíclica de fundos próprios específica da instituição	0%
30	Requisito de reserva contracíclica de fundos próprios específica da instituição	0

8. Indicadores de importância sistémica global

A identificação da importância sistémica das instituições é da competência do Banco de Portugal. As instituições de Importância Sistémica Global (G-SII), são identificadas através de uma metodologia baseada nos critérios: Dimensão do Grupo; Interconectividade do grupo com o sistema financeiro; Possibilidade de substituição dos serviços ou de infraestrutura financeira fornecida pelo grupo; Complexidade do grupo; e Atividade transfronteiriça do grupo.

A CCL não apresenta indicadores de dimensão e outros que lhe proporcionem uma classificação como uma instituição de Importância Sistémica Global, não sendo aplicável o previsto pelo artigo 441.º do Regulamento N.º 575/2013.



9. Risco de Crédito – Aspetos gerais e ajustamentos para risco de crédito

9.1 Secção A – Informação Qualitativa

9.1.1 Definições

Crédito vencido – Todos os valores de capital e juros de prestações que não tenham sido regularizadas na data do seu vencimento. Para efeitos contabilísticos considera-se, num incumprimento superior a 90 dias a totalidade do valor da dívida.

As posições vencidas, estando incluídas no âmbito da definição de crédito em imparidade, são integralmente objeto de imparidade.

Crédito em incumprimento – É considerado em incumprimento o crédito enquadrado numa das seguintes situações:

- i) Crédito com prestações de capital ou juros vencidos há mais de 90 dias;
- ii) Crédito com prestações de capital ou juros vencidos há menos de 90 dias, mas sobre o qual existam evidências que justifiquem a sua classificação como crédito em risco, designadamente a insolvência ou liquidação do devedor;
- iii) Crédito com reduzida probabilidade de pagamento que inclui o crédito reestruturado por dificuldades financeiras do mutuário ou em PER (Processo Especial de Revitalização, no âmbito com Código de Insolvência e Recuperação de Empresas), no caso do devedor não liquidar os juros vencidos (juros capitalizados ou pagos com recurso a nova operação de crédito não são evidência de pagamento).

Crédito objeto de imparidade – É considerado em imparidade o crédito enquadrado numa das seguintes situações:

- i. Crédito com prestações de capital ou juros vencidos há mais de 90 dias;
- ii. Crédito com prestações de capital ou juros vencidos há menos de 90 dias, mas sobre o qual existam evidências que justifiquem a sua classificação como crédito em risco, designadamente a insolvência ou liquidação do devedor;
- iii. Crédito sobre o efeito de contágio (“cross-default”) devido à existência de crédito com prestações de capital ou juros vencidas há mais de 90 dias representativas de mais de 20% da exposição;
- iv. Crédito com reduzida probabilidade de pagamento que inclui o crédito reestruturado por dificuldades financeiras do mutuário ou em PER (Processo Especial de Revitalização, no âmbito com Código de Insolvência e Recuperação de Empresas), no caso do devedor não liquidar os juros vencidos;
- iv. Crédito com reduzida probabilidade de pagamento que inclui o crédito reestruturado por dificuldades financeiras do mutuário, mesmo no caso do devedor liquidar os juros vencidos.

Exposição em incumprimento (EAD, na sigla inglesa) - A Exposição ao Incumprimento (EAD) é o valor da exposição em risco, sobre o qual é apurada a imparidade da carteira de crédito. Corresponde ao valor do crédito a clientes, acrescida do valor das responsabilidades.

A EAD inclui todas as responsabilidades da carteira de crédito, ao nível do contrato, que refletem o valor da exposição contabilística existente na data de referência de cada avaliação efetuada. Corresponde à soma, individual de cada contrato (Empréstimos, Contas Correntes, Ultrapassagens de crédito DO), correspondentes à soma das contas contabilísticas “Crédito a clientes”, “Crédito e juros vencidos”, “Juros de crédito a clientes”, “Comissões associadas ao custo amortizado”, ajustadas da conta “Receitas com rendimento diferido” e da conta “Comissões ao custo amortizado”.

A EAD inclui também as responsabilidades extrapatrimoniais que constituem a parte não utilizada dos contratos de



crédito e as Garantias Bancárias, sendo o seu valor ajustado através de fatores de conversão de crédito no cálculo da imparidade.

A CCL procede ao abate ao ativo de créditos considerados incobráveis, após a utilização das imparidades constituídas na totalidade da responsabilidade, após análise específica por parte dos serviços de contencioso e aprovação do Conselho de Administração.

Crédito reestruturado - Em cada operação de crédito novo ou renegociação é efetuada uma avaliação que determina sobre a classificação do crédito como reestruturado.

Créditos reestruturados, são os créditos novos que liquidam serviço de dívida existente, com indícios de dificuldades financeiras, e os créditos relativamente aos quais tenha havido alteração das respetivas condições contratuais estabelecidas, devido a dificuldades financeiras do mutuário.

A característica específica que torna o crédito reestruturado é o preenchimento de um, ou mais, dos critérios indicadores de dificuldades financeiras:

- i) Incumprimento das obrigações financeiras na CCAML
- ii) Incumprimentos registados na CRC, nos últimos 12 meses;
- iii) Inserção na LUTR;
- iv) Ativação de níveis internos de alerta, como a degradação acentuada da classificação de risco;
- v) Dívidas ao Fisco e/ou Segurança Social;
- vi) Interpelação de garantias bancárias;
- vii) Expectativa de Insolvência;
- viii) Processos judiciais e situações litigiosas;
- ix) Salários em atraso;
- x) Penhora de saldos de contas bancárias;
- xi) Ausência de documentos contabilísticos há mais de 18 meses;
- xii) Violação de contratos/acordos com a CCL;
- xiii) Utilização da CC \geq 95% do limite autorizado, há mais de 12 meses;
- xiv) Entrega de ativos em dação e pagamento;
- xv) Alteração do Pacto Social c/ impacto na capacidade de gestão.

Adicionalmente, são marcadas como operações de crédito reestruturado, quando ocorre um das seguintes circunstâncias:

- i) Crédito novo ou alteração contratual com probabilidade de ser classificado como crédito em risco caso a alteração não tivesse ocorrido;
- ii) Existência de outras operações classificadas como crédito em risco;
- iii) Outras circunstâncias já determinadas na identificação de dificuldades financeiras.

Crédito abatido ao ativo - São apenas abatidos os créditos ao ativo cujas operações sejam consideradas irrecuperáveis e cujas imparidades estejam constituídas pelo valor total do crédito. É da competência do Conselho de Administração a definição e o estabelecimento dos princípios relativos à anulação do registo de dívida no balanço da CCL. A anulação de registos de dívida no balanço é sempre efetuada por proposta fundamentada, quanto aos esforços envidados para a boa cobrança dos créditos. São submetidas à aprovação, para serem abatidos ao ativo da instituição, as propostas para que os créditos, considerados liminarmente incobráveis, nomeadamente:

- i. Quando a instância executiva ou a execução for declarada extinta;
- ii. Sempre que, em resultado das buscas promovidas pelos Serviços do Contencioso não sejam conhecidos bens suscetíveis de penhora, os créditos de reduzida exposição (definida por limites no normativo interno) e estejam decorridos 30 dias da derradeira interpelação dos devedores para pagamento voluntário;
- iii. Na situação de insolvência, caso os créditos não vejam satisfação no rateio, logo que ocorra a notificação judicial do encerramento do respetivo processo.

É revertida a imparidade sempre que ocorram anulações posteriores ao crédito abatido ao ativo (write-offs), por via de



recuperações não previstas no momento do desreconhecimento do crédito.

9.1.2 Métodos adotados para a determinação dos ajustamentos para risco de crédito

A CCL elabora as demonstrações financeiras de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade, tal como adotadas, por Regulamento da União Europeia e respeitando a estrutura conceptual para a preparação e apresentação de demonstrações financeiras que enquadra aquelas normas, por via da determinação do Aviso do Banco de Portugal n.º 5/2015, de 7 de dezembro.

A metodologia de cálculo da imparidade resulta da adoção dos requisitos e das linhas orientadoras previstos nos regulamentos aplicáveis, nomeadamente a Norma de Internacional de Relato Financeiro 9 “Instrumentos Financeiros” (IFRS 9), por força do Regulamento (UE) 2016/2067 da Comissão de 22 de novembro de 2016, da Instrução n.º 5/2013, do Banco de Portugal, sobre a imparidade da carteira de crédito e do entendimento do Banco de Portugal quanto aos critérios de referência para mensuração de perdas de crédito esperadas no contexto da aplicação da IFRS 9 divulgados em Carta Circular do Banco de Portugal n.º 62 de 2018.

A IFRS 9 - “Instrumentos financeiros” introduz um novo modelo de perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros, ou seja, o modelo de perda esperada de crédito (ECL – Expected Credit Losses), que substitui o modelo utilizado de perda incorrida previsto no âmbito da IAS 39 – “Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração”, deixando de ser necessário que o evento de perda ocorra para que sejam reconhecidas perdas por imparidade. Foram introduzidas alterações aos critérios de classificação e mensuração de ativos financeiros e registo de imparidade e desreconhecimento de instrumentos financeiros.

A IFRS 9 divide-se em três pilares principais: i) classificação e mensuração; ii) imparidade; e, iii) contabilidade de cobertura.

Classificação e mensuração - Os ativos financeiros podem ser classificados em três categorias com diferentes critérios de mensuração (custo amortizado, justo valor por contrapartida de resultados e justo valor por contrapartida de outro rendimento integral).

Imparidade - A IFRS 9 introduz um novo modelo de perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros, ou seja, o modelo de perda esperada de crédito (ECL – Expected Credit Losses), que substitui o modelo utilizado de perda incorrida previsto no âmbito da IAS 39, deixando de ser necessário que o evento de perda ocorra para que sejam reconhecidas perdas por imparidade.

A mensuração das perdas de crédito assenta num modelo de perdas esperadas, onde as exposições são avaliadas tendo em conta as alterações no risco de crédito ocorridas desde o reconhecimento inicial e com base no valor atual da diferença entre os fluxos de caixa contratuais e os fluxos de caixa que a Instituição espera receber, incluindo os fluxos de caixa provenientes da venda de colaterais recebidos.

O modelo de mensuração das perdas de crédito reflete uma quantia objetiva e ponderada pelas probabilidades, determinada através da avaliação de um conjunto de resultados possíveis, o valor temporal do dinheiro e informação razoável e adequadamente sustentada, sem custos ou esforços indevidos à data do relato sobre eventos passados, condições atuais e incorporando informação prospetiva.

O cálculo das perdas por imparidade da carteira de crédito é baseado em estimativas determinadas por julgamentos sobre dados históricos, factos e circunstâncias numa determinada data e expectativas quanto às condições futuras efetuado de forma sistematizada conforme previsto no modelo de imparidade estabelecido.



A sofisticação do modelo adequa-se de forma razoável e sustentada ao perfil de exposição ao risco, atendendo às características da CCL considerando a dimensão, organização interna, natureza, âmbito e complexidade das atividades.

O modelo de imparidade está suportado numa estrutura de governação interna devidamente documentada e aprovada pelo Conselho de Administração, de forma a assegurar uma adequada independência e segregação de funções. São estabelecidas políticas e procedimentos que baseiam a sistematização do processo de quantificação da imparidade e a validação dos seus pressupostos.

O modelo de imparidade faz uma divisão da carteira de crédito entre clientes com responsabilidade mais significativa ou que se afastem mais dos parâmetros de análise coletiva (sujeitos a análise individual) e restante exposição analisada coletivamente, incidindo uma metodologia própria sobre cada um destes dois segmentos.

Os ativos financeiros são divididos em 3 grupos de risco, dependendo da atribuição de um grau de degradação significativa de risco de crédito:

Fase/Patamar 1 - Ativos sem aumento significativo de risco de crédito desde o reconhecimento inicial;

Fase/Patamar 2 - Ativos com aumento significativo de risco de crédito desde o reconhecimento inicial;

Fase/Patamar 3 - Ativos em imparidade.

Dependendo da classificação, as perdas de crédito são estimadas de acordo com os seguintes critérios:

- Perdas Esperadas a 12 meses (PD): perda esperada resultante de um evento de perda que ocorre nos 12 meses após a data de cálculo, sendo aplicada para operações na fase 1;
- Perdas Esperadas Lifetime (PD ajustada): perda esperada obtida através da diferença entre os fluxos de caixa contratuais e os fluxos de caixa que a entidade espera vir a receber até à maturidade do contrato, sendo aplicada para operações das fases 2 e 3.

O modelo prevê a realização de análises regulares sobre a adequação aos dados mais atuais dos principais parâmetros de risco, pressupostos assumidos e medidas de reestruturação.

Para que o modelo de imparidade tenha a maior adequação possível ao contexto económico e ao comportamento da carteira de crédito, é efetuada uma revisão mensal da estimativa da imparidade, suportada na revisão trimestral da imparidade de clientes de análise individual e na revisão trimestral e anual dos fatores de risco que incidem sobre a restante exposição tratada coletivamente.

A incorporação de informação prospetiva nas análises de imparidade visa a antecipação do reconhecimento de perdas de crédito esperadas. É considerada em todas as estimativas de imparidade com revisão mínima anual, de forma consistente com outras estimativas relevantes efetuadas.

A mensuração de perdas esperadas inclui a exposição de outros ativos reconhecidos e mensurados ao custo amortizado com uma expressão materialmente relevante, como são os casos dos depósitos em Instituições de Crédito e os Títulos de Dívida. As suas especificidades próprias, com a ausência de informação histórica, conduzem a uma avaliação das perdas esperadas que tem em consideração a informação de risco externa, como é o dos indicadores de risco divulgados pelas Agências de Notação de Risco (ECAI), ou mesmo o reconhecimento de perdas esperadas nulas em casos específicos, não se afigurando razoável de uma procura exaustiva de outra informação.

Os requisitos da norma foram aplicados retrospectivamente, mediante ajustamento dos valores de balanço a 1 de janeiro de 2018.



A CCL aplicou a exceção que permite a não reexpressão da informação financeira comparativa de períodos anteriores.

Determinação dos montantes recuperáveis (métodos utilizados para o efeito)

No que respeita à análise coletiva a metodologia de avaliação das exposições está suportada no apuramento de parâmetros de risco, obtidos em resultado da observação dos dados históricos, nomeadamente: Probabilidade de Indício (PI), Probabilidade de “Default” condicionada à existência de indícios de imparidade (PDC), Probabilidade de Default Direta (PDD), Probabilidade de “Default” (PD) ao longo da duração do instrumento financeiro, Perda dado o Incumprimento (LGD) e de Exposição (EAD).

A determinação dos montantes recuperáveis de créditos em imparidade na análise coletiva resulta da estimativa de LGD, sendo a LGD o resultado da ponderação dos montantes recuperáveis ao nível do contrato, apurada com o recurso ao método dos fluxos de caixa descontados. O cálculo da perda ou recuperação individual resulta da atualização dos fluxos financeiros subsequentes ocorridos na operação identificada como em incumprimento, para comparação com o valor vencido.

Na análise individual a análise à recuperabilidade da dívida é diferenciada consoante o método mais adequado face à expectativa de recuperação da dívida, conforme a informação disponível recolhida, nomeadamente:

- i. Fluxos de caixa do negócio – Caso a recuperabilidade da dívida dependa da capacidade de reembolso do devedor, considerando os fluxos de caixa gerados pelo seu negócio ou provenientes de outras entidades do grupo de clientes ligados entre si em que o devedor está inserido. Nas situações em que os clientes registem indícios efetua-se uma avaliação para determinar se são esperados cash flows inferiores aos contratuais. Nestes casos efetua-se o ajustamento pelo valor da imparidade.
- ii. Fluxos de caixa do projeto (imobiliário) - Nos casos em que se conclui que a recuperabilidade da dívida ocorrerá por via dos fluxos de caixa gerados por um projeto imobiliário específico, a determinação do valor recuperável tem por base a avaliação dos ativos imobiliários recebidos em garantia;
- iii. Dação / Execução do colateral – Nos casos em que se conclui que a recuperabilidade da dívida depende dos fluxos de caixa que podem resultar da dação ou da execução do colateral associado, a determinação do valor recuperável tem por base a respetiva avaliação, aplicando-se os critérios do entendimento do Banco de Portugal quanto aos critérios de referência para mensuração de perdas de crédito esperadas no contexto da aplicação da IFRS 9, nomeadamente quanto ao período e custos de recuperação e fatores de desvalorização dos imóveis

O modelo de divulgações, qualitativas e quantitativas, para 2018 foi ajustado aos novos requisitos normativos, com referência aos pontos 35F a N do regulamento (UE) 2016/2067 da Comissão, de 22 de novembro de 2016, Carta Circular do Banco de Portugal n.º 62 de 2018, de 14 de novembro de 2018 e aos de acordo com os modelos de informação financeira (FINREP), estabelecidos pelo Regulamento de Execução (UE) N.º 680/2014 da Comissão de 14 de abril de 2014.

No Relatório e Contas de 2018, nomeadamente no anexo II (Mensuração da imparidade da carteira de crédito e respetivas divulgações) é descrito o modelo, de forma mais detalhada, quanto às suas características qualitativas e quanto aos resultados obtidos pela sua implementação sobre a carteira de crédito da CCL.

9.1.3 Relativamente ao risco de concentração



O Risco de Concentração de Crédito decorre da existência de fatores de risco comuns ou correlacionados entre diferentes contrapartes, de tal forma que a deterioração desses fatores implica um efeito adverso na qualidade do crédito, com potencial para produzir perdas de tal modo elevadas que coloquem em causa a solvabilidade da instituição. Resulta principalmente de três categorias de risco: Exposições significativas a uma contraparte individual (ou grupo de contrapartes ligadas entre si) “*single name concentration risk*” ou “Grandes riscos”; exposição significativa a grupo de contrapartes cuja probabilidade de entrarem em incumprimento resulta de fatores subjacentes comuns (por exemplo o setor de atividade); e exposições resultantes da aplicação de técnicas de redução de risco de crédito (como por exemplo o mesmo tipo de garantia).

A CCL exerce a sua atividade no âmbito do enquadramento regulamentar a que estão subordinadas às Caixas de Crédito Agrícola, sob o qual as estratégias de negócio se encontram balizadas. Neste sentido, a gestão do risco de concentração tem em atenção as especificidades de uma instituição com estas características e com o princípio da proporcionalidade, que atende à dimensão, importância sistémica, natureza, nível e complexidade das atividades exercidas.

A CCL tem adotado uma política de restrição a grandes operações de crédito e, atendendo ao número de contratos realizados, é possível fazer acompanhamento bastante próximo das maiores operações. Ainda assim, é efetuada uma avaliação regular a concentrações individuais e setoriais.

É elaborado trimestralmente o mapa de relato de grandes riscos, no âmbito do reporte COREP, e anualmente o relatório sobre o risco de concentração de crédito, no âmbito da Instrução n.º 5/2011 do Banco de Portugal, procedendo-se a uma análise das posições face à carteira de crédito e à reavaliação dos limites internos estabelecidos para a gestão deste risco.

A análise de correlações entre as contrapartes tem em atenção os seguintes fatores, decorrentes da definição de Risco de Concentração de Crédito:

- A existência de fatores de risco comuns, como é o caso de contrapartes que operaram no mesmo setor económico, com a mesma atividade ou mercadoria;
- A exposição significativa a uma contraparte individual ou a grupos de contrapartes relacionadas, com relações de controlo ou domínio ou pela interdependência económica;
- A distribuição do tipo de contrapartes e de tipo de clientes;
- Exposições de crédito indiretas resultantes da aplicação de técnicas de redução de risco.

A identificação, medição e gestão do risco de controlo obedecem a procedimentos documentados, registados e aprovados pelo Conselho de Administração. São identificados os riscos materialmente mais relevantes, procedendo-se à identificação das maiores contrapartes e ao cálculo do Índice de concentração individual (com base nas cem maiores contrapartes individuais) e Índice de concentração setorial (com base nos códigos de atividade económica), como forma de avaliação do risco.

É efetuada uma análise aos fatores que podem induzir a existência de Risco de Concentração, que decorrem da região geográfica, nomeadamente a exposição a setores de atividade por comparação com as contas nacionais para identificar desvios, potencialmente, materiais.

No âmbito das políticas de procedimentos de gestão e controlo do Risco de Concentração, são estabelecidos limites à exposição, em observância dos limites de exposição significativa enunciados pelo Regulamento UE N.º 575/2013 e de acordo com as orientações estabelecidas pelo Banco de Portugal, sendo o cumprimento destes limites acompanhado, de forma regular, pelo Departamento Financeiro e pelo Gabinete de Gestão de Risco.



9.2 Secção B – Informação Quantitativa / Modelos

9.2.1 Modelo “Posições em Risco”

O quadro seguinte apresenta o valor da posição em risco original, considerando as posições ativas do balanço e exposições extrapatrimoniais, sem ter em conta os efeitos decorrentes da redução do risco de crédito, assim como a o montante médio ao longo do período, repartida por classes de risco.

Quadro 7 – Posições em risco

Quadro UE CRB-B Uni: Euro		
	a	b
	Valor líquido das posições em risco no final do período	Valor líquido médio das posições em risco ao longo do período
	31-12-2018	2018
16 Administrações centrais ou bancos centrais	327.898.059	315.852.345
17 Administrações regionais ou autoridades locais	0	1.125.000
18 Entidades dos setor público	543.769	543.552
19 Bancos multilaterais de desenvolvimento	0	0
20 Organizações internacionais	0	0
21 Instituições	149.403.489	139.485.464
22 Empresas	2.876.670	2.103.341
23 Das quais: PME	2.876.670	2.103.341
24 Retalho	58.372.939	57.295.267
25 Das quais: PME	44.914.112	44.130.416
26 Garantidas por hipotecas sobre bens imóveis	84.417.249	83.427.132
27 Das quais: PME	32.157.307	31.075.926
28 Posições em risco em situação de incumprimento	13.903.902	15.274.076
29 Elementos de risco particularmente elevado	0	0
30 Obrigações cobertas	0	0
31 Posições em risco sobre instituições e empresas com	0	0
32 Organismos de investimento coletivo	0	0
33 Posições em risco sobre ações	0	0
34 Outras posições em risco	21.918.238	21.188.156
35 Total do método padrão	659.334.316	636.294.333
36 Total	659.334.316	636.294.333

Em 2017 verificou-se um crescimento de 12% no valor líquido das posições em risco no final do período, no valor de 64,7 M€, que resultam do crescimento em “Administrações centrais ou bancos centrais” e da posição em “Instituições”.

9.2.2 Distribuição geográfica das posições em risco

A distribuição geográfica das posições em risco, repartida em domínios significativos por classes relevantes de riscos, referida na alínea “d” do artigo 442.º do Regulamento N.º 575/2013, assim como, o montante das posições em risco objeto de imparidade e posições em risco vencidas, apresentadas separadamente, repartindo pelas zonas geográficas significativas, referido na alínea “h” do artigo 442.º, não são aplicáveis na medida em que o âmbito do exercício da CCL determina o exercício no domínio concelhio da sua área de atuação, nos termos do Regime Jurídico do Crédito Agrícola Mútuo, existindo apenas, uma exposição sobre a dívida pública de Espanha que representa cerca de 1% do total da exposição original.

9.2.3 Modelo Distribuição Setorial das Posições em Risco



O quadro seguinte apresenta a distribuição das posições em risco pelos diversos setores de atividade económica, obedecendo à classificação das atividades económicas pelo CAE (REV.3), agrupando alguns setores de menor representatividade.

Quadro 8 – Desagregação das posições em risco por setor e por classes de risco

Posições em risco em: 31-12-2018
Quadro UE CRB-D | Uni: Milhões de Euros

		a	b+c	f+e	g	h	i	j	k	l	m+n	o	p+q	r+s+t+u	Outros
	Classe de risco	Agricultura, silvicultura e pescas	Indústrias extrativas + transformadoras	Produção e distribuição de eletricidade, gás, vapor e ac + Abastecimento de água + Construção	Comércio por grosso e a retalho	Transportes e armazenagem	Atividades de alojamento e restauração	Informação e comunicação	Atividades financeiras e de seguros	Atividades imobiliárias	Atividades de consultoria, científicas técnicas + Atividades adm. e serviços de apoio	Administração Pública e defesa; segurança social obrigatória	Educação + Atividades de saúde humana e apoio social	Atividades artísticas, espetáculos, desportivas e recreativas; Otr. atividades de serviços	Outros
6	Total do método IRB	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a
7	Administrações centrais ou bancos centrais	0	0	0	0	0	0	0	5	0	0	0	0	0	323
8	Governos regionais ou autoridades locais	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
9	Entidades do setor público	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
10	Bancos multilaterais de desenvolvimento	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
11	Organizações internacionais	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
12	Instituições	0	0	0	0	0	0	0	149	0	0	0	0	0	0
13	Empresas	2	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
14	Retalho	7	13	5	17	2	1	0	0	1	1	0	1	1	0
15	Garantidos por hipotecas sobre imóveis	1	7	3	4	0	1	0	0	10	0	0	7	0	0
16	Posições em risco em incumprimento	0	3	4	1	0	0	0	0	3	0	0	1	0	0
17	Elementos associados a riscos particularmente elevados	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
18	Obrigações garantidas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
19	Créditos sobre instituições e empresas com uma avaliação de crédito de curto prazo	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
20	Organismos de investimento coletivo (OIC)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
21	Capital próprio	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
22	Outros elementos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	22
23	Total do método padrão	11	24	12	22	2	2	0	154	15	2	0	9	2	345
24	Total	11	24	12	22	2	2	0	154	15	2	0	9	2	345

No período em reporte não ocorreram alterações relevantes na distribuição setorial das posições em risco, verificando-se, no entanto, um crescimento das posições em “Administrações centrais ou bancos centrais” e da posição em “Instituições”.

9.2.4 Modelo Prazo de Vencimento Residual

A repartição do prazo de vencimento residual de todas as posições em risco, repartidas por classes de risco, é apresentada no quadro seguinte:



Quadro 9 – Prazo de Vencimento residual

Quadro UE CRB-E | Uni: Euro

	a	b	c	d	d1	e	f
	Valor líquido das posições em risco						
	À vista	<= 1 ano	>1 ano <= 5 anos	> 5 ≤ 10 anos	> 10 anos	Prazo de vencimento não previsto	Total
6 Total do método IRB	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a
7 Administrações centrais ou bancos centrais	3.836.627	16.029.282	103.286.447	190.577.989	0	1.901.200	315.631.546
8 Administrações regionais ou autoridades locais	0	0	0	0	0	0	0
9 Entidades dos setor público	325.084	0	29.855	188.215	0	0	543.154
10 Bancos multilaterais de desenvolvimento	0	0	0	0	0	0	0
11 Organizações internacionais	0	0	0	0	0	0	0
12 Instituições	0	106.525.049	0	0	0	0	106.525.049
13 Empresas	600.000	0	0	1.152.144	112.870	0	1.865.014
14 Retalho	23.627.050	2.039.059	19.938.563	7.097.035	1.593.523	0	54.295.229
15 Garantidas por hipotecas sobre imóveis	3.395.504	827.054	9.390.677	24.971.216	45.335.310	0	83.919.761
16 Posições em risco e situação de incumprimento	8.607.132	20.635	679.478	2.364.680	4.545.950	0	16.217.875
17 Elementos de risco particularmente elevado	0	0	0	0	0	0	0
18 Obrigações cobertas	0	0	0	0	0	0	0
19 Posições em risco sobre instituições e empresas com	0	0	0	0	0	0	0
20 Organismos de investimento coletivo	0	0	0	0	0	0	0
21 Posições em risco sobre ações	0	0	0	0	0	0	0
22 Outras posições em risco	5.122.971	72.201	0	0	0	17.171.192	22.366.365
23 Total do método padrão	45.514.368	125.513.280	133.325.021	226.351.278	51.587.652	19.072.392	601.363.991
24 Total	45.514.368	125.513.280	133.325.021	226.351.278	51.587.652	19.072.392	601.363.991

Notas: 1. A coluna "À vista" inclui os ativos relativamente aos quais as contrapartes tem a possibilidade de escolher o momento de reembolso, nomeadamente: os saldos das contas correntes, o montante e linhas de crédito irrevogáveis, o valor de saldos a descoberto e vencidas;
2. Os montantes relativos a reembolsos em prestações estão inscritos no escalão de prazo correspondente à última prestação.

Em 2018 verificou-se um crescimento nas posições com maturidade inferior a 1 ano (45%) e uma redução nas posições com prazo residual superior a 5 anos (-30%) compensada, em grande parte, através do crescimento das posições com maturidades entre 1 e 5 anos.

9.2.5 Modelo de desagregação dos ajustamentos para risco de crédito

Quadro 10 – Repartição das posições em risco por classe de risco

Uni: Euro

	a	b	c	d	e	f	g
	Valor contabilístico bruto das						
	Posições em risco em situação de incumprimento	Posições em risco que não se encontram em incumprimento	Ajustamentos para risco específico de crédito	Ajustamentos para risco geral de crédito	Anulações acumuladas	Requisitos de ajustamento no risco de crédito do período	Valores líquidos (a+b-c-d)
15 Total do método IRB	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a
16 Administrações centrais ou bancos centrais	0	327.898.059	0	0	0	0	327.898.059
17 Administrações regionais ou autoridades locais	0	0	0	0	0	0	0
18 Entidades dos setor público	0	543.769	201	0	0	0	543.568
21 Instituições	0	149.403.489	231.770	0	0	0	149.171.720
22 Empresas	0	2.876.670	70.347	0	0	0	2.806.323
23 Das quais: PME	0	2.876.670	70.347	0	0	0	2.806.323
24 Retalho	0	58.372.939	951.928	0	0	0	57.421.011
25 Das quais: PME	0	44.914.112	821.602	0	0	0	44.092.510
26 Garantidas por hipotecas sobre bens imóveis	0	84.417.249	2.215.270	0	0	0	82.201.979
27 Das quais: PME	0	32.157.307	1.719.886	0	0	0	30.437.420
28 Posições em risco em situação de incumprimento	13.903.902	0,00	6.669.564	0	0	0	7.234.338
34 Outras posições em risco	0	21.918.238	0	0	0	0	21.918.238
35 Total do método padrão	13.903.902	645.430.414	10.139.080	0	4.979.267	4.408.377	649.195.236
36 Total	13.903.902	645.430.414	10.139.080	0	4.979.267	4.408.377	649.195.236
37 Das quais: Empréstimos e adiantamentos	13.903.902	268.772.572	10.139.080	0	4.979.267	4.408.377	272.537.394
38 Das quais: Títulos de dívida	0	327.898.059	0	0	0	0	327.898.059
39 Das quais: Posições em risco extrapatrimoniais	0	26.841.545	244.953	0	15.926	11.524	26.596.592

O valor dos ajustamentos, apesar de não refletir um ajustamento substancial, reflete a introdução da IFRS9, traduzindo-se num reforço dos ajustamentos para o crédito produtivo e por se incluir um ajustamento para as posições em Instituições e numa redução no valor dos ajustamentos relativamente às Posições em risco em situação de incumprimento, devido à introdução de LGDs de estimativa própria.



Durante o período as anulações acumuladas foram parcialmente compensadas pelos requisitos do período, que, ainda assim, são em valor inferior.

Quadro 11 – Repartição das posições em risco por setor de empresas não financeiras

Uni: Euro						
		a	b	c	d	e
		Valor contabilístico bruto das		Ajustamentos para risco específico de crédito	Ajustamentos para risco geral de crédito	Valores líquidos
		Posições em risco em situação de incumprimento	Posições em risco que não se encontram em incumprimento			(a+b-c-d)
1	Agricultura, silvicultura e pescas	115.575	6.063.973	229.569	0	5.949.979
2	Indústrias extrativas		0	0	0	0
3	Indústrias transformadoras	2.547.475	17.285.733	1.898.859	0	17.934.349
4	Produção e distribuição de eletricidade, gás, vapor e ar frio		0	0	0	0
5	Abastecimento de água	0	102.630	227	0	102.403
6	Construção	4.174.284	5.309.634	2.048.594	0	7.435.325
7	Comércio por grosso e a retalho	885.966	13.750.527	1.007.083	0	13.629.410
8	Transportes e armazenagem	61.981	2.033.022	61.767	0	2.033.236
9	Atividades de alojamento e restauração	1.759	1.120.828	65.547	0	1.057.039
10	Informação e comunicação	438	42.299	345	0	42.392
11	Atividades imobiliárias	2.878.864	10.784.006	2.462.118	0	11.200.751
12	Atividades de consultoria, científicas, técnicas e	5.157	827.749	32.343	0	800.562
13	Atividades administrativas e dos serviços de apoio	0	625.420	5.305	0	620.115
14	Administração pública e defesa, segurança social obrigatória	0	35	0	0	35
15	Educação	307.217	275.400	117.174	0	465.443
16	Serviços de saúde e atividades de ação social	276.712	963.237	96.971	0	1.142.977
17	Atividades artísticas, de espetáculos e recreativas	0	24.781	57	0	24.724
18	Outros serviços	757	276.583	5.148	0	272.192
35	Total	11.256.184	59.485.856	8.031.107	0	62.710.932

9.2.6 Modelo de reconciliação das alterações nos ajustamentos

O quadro seguinte apresenta uma reconciliação das alterações nos ajustamentos para risco específico de crédito relativas a posições em risco com imparidade.

Quadro 12 – Correções de valor e montantes recuperados

Quadro UE CR2-A Uni: Euro			
	a	b	
	Ajustamentos para o risco específico de crédito acumulados	Ajustamentos para o risco geral de crédito acumulados	
1	Saldo inicial	10.228.722	0
2	Aumentos devidos a montantes afetados a provisões para as perdas estimadas sobre empréstimos durante o período	4.408.377	0
3	Reduções devidas a montantes afetados a provisões para as perdas estimadas sobre empréstimos durante o período	4.979.267	0
4	Reduções devidas a valores utilizados contra ajustamentos para o risco de crédito acumulados		0
5	Transferências entre ajustamentos para o risco de crédito	0	0
6	Impacto das diferenças nas taxas de câmbio	0	0
7	Concentrações de atividades empresariais, incluindo aquisições e alienações de subsidiárias	0	0
8	Outros ajustamentos	481.248	0
9	Saldo final	10.139.080	0
10	Recuperações sobre ajustamentos para risco de crédito diretamente registadas na demonstração de resultados	0	0
11	Os ajustamentos para risco específico de crédito diretamente registados na demonstração de resultados	0	0



10. Risco de Crédito – Método Padrão

10.1 Secção A – Informação Qualitativa

10.1.1 Processo utilizado para afetar as avaliações de risco

A CCL utiliza o Método Padrão, estabelecido no Capítulo 2, do Título II, da Parte III do Regulamento N.º 575/2013, para cálculo dos requisitos de fundos próprios para o risco de crédito.

Para calcular os montantes das posições ponderadas pelo risco são aplicados ponderadores de risco a todas as posições em risco (ativo e elementos extrapatrimoniais), salvo nos casos das posições deduzidas aos Fundos Próprios, nos termos da secção 2 (artigo 114.º e seguintes). A aplicação de ponderadores de risco baseia-se na classe de risco, estabelecida no artigo 112.º, a que a posição seja afeada e na sua qualidade de crédito. Os ponderadores estão preestabelecidos pelo Método Padrão, nos termos do Regulamento N.º 575/2013.

O modelo prevê a ponderação de algumas classes de ativos em resultado da notação externa atribuída por uma Agência de Notação Externa (ECAI) reconhecida ou às avaliações de crédito das Agências de Crédito à Exportação, em função da sua qualidade creditícia. Para as posições em risco sobre as quais não exista uma avaliação de crédito estabelecida por uma agência de notação reconhecida é aplicado um ponderador de risco de acordo com o grau de qualidade de crédito atribuído às posições em risco sobre a administração central, sempre que outro não seja especificamente indicado.



10.2 Secção B – informação Quantitativa / Modelos

10.2.1 Modelo Método Padrão

O quadro seguinte informa as posições em risco por classe de risco e por ponderador: no ponto 1 estão indicadas as posições originais em risco, distribuídas por ponderador e por classe de risco; no ponto 2 estão indicadas as posições sobre as quais incidem os ponderadores; no ponto 3 está indicado o montante de posição ponderada pelo risco; e no final a posição em risco deduzida aos fundos próprios por classe de risco.

Quadro 13 – Modelo Método Padrão

Posição	Classes de risco	Ponderadores de Risco									TOTAL
		0%	10%	20%	35%	50%	75%	100%	150%	Outros	
1. Posição em risco original por classe de risco:	Administrações centrais ou bancos centrais	325.966.066	0	0	0	0	0	0	0	1.931.994	327.898.059
	Administrações regionais ou autoridades locais	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Entidades do setor público	0	0	0	0	0	0	543.769	0	0	543.769
	Bancos multilaterais de desenvolvimento	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Organizações internacionais	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Instituições	0	0	20.241.360	0	40.134.224	0	61.565.039	27.462.866	0	149.403.489
	Empresas	0	0	0	0	0	0	2.876.670	0	0	2.876.670
	Retalho	0	0	0	0	0	58.372.939	0	0	0	58.372.939
	Garantidas por hipotecas sobre bens imóveis	0	0	0	41.289.856	0	0	43.127.392	0	0	84.417.249
	Posições em risco em situação de incumprimento	0	0	0	0	0	0	13.326.974	576.928	0	13.903.902
	Elementos de risco particularmente elevado	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Obrigações cobertas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Posições em risco sobre instituições e empresas com avaliaç	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Organismos de investimento coletivo	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Posições em risco sobre ações	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Outras posições em risco	5.464.839	0	981.899	0	0	0	14.943.282	0	528.218	21.918.238	
Total posições em risco original:		331.430.905	0	21.223.259	41.289.856	40.134.224	58.372.939	136.383.126	28.039.794	2.460.212	659.334.316
2. Posição em risco por classe de risco (base de incidência dos ponderadores):	Administrações centrais ou bancos centrais	325.966.066	0	0	0	0	0	0	0	1.931.994	327.898.059
	Administrações regionais ou autoridades locais	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Entidades do setor público	0	0	0	0	0	0	291.153	0	0	291.153
	Bancos multilaterais de desenvolvimento	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Organizações internacionais	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Instituições	0	0	20.241.360	0	40.119.122	0	61.538.111	27.273.127	0	149.171.720
	Empresas	957.967	0	0	0	0	0	1.145.856	0	0	2.103.823
	Retalho	3.934.147	0	0	0	0	37.707.715	0	0	0	41.641.862
	Garantidas por hipotecas sobre bens imóveis	0	0	0	40.464.733	0	0	38.367.176	0	0	78.831.909
	Posições em risco em situação de incumprimento	0	0	0	0	0	0	6.999.870	234.468	0	7.234.338
	Elementos de risco particularmente elevado	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Obrigações cobertas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Posições em risco sobre instituições e empresas com avaliaç	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Organismos de investimento coletivo	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Posições em risco sobre ações	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Outras posições em risco	5.464.839	0	981.899	0	0	0	14.834.613	0	528.218	21.809.569	
Total posições em risco original:		336.323.019	0	21.223.259	40.464.733	40.119.122	37.707.715	123.176.778	27.507.595	2.460.212	628.982.434
3. Montante das posições ponderadas pelo risco antes da aplicação do fator de apoio às PME (=Σ(2."x"ponderadores de risco)):											
		0	0	4.244.652	14.162.657	20.059.561	28.280.786	123.176.778	41.261.393	11.432.709	242.618.536
PME sujeitas a um fator de apoio às PME		0	0	0	0	0	19.044.280	17.875.482	0	0	36.919.762
4. Total posições ponderadas pelo risco após aplicação do fator de apoio às PME (=Σ(2."x"ponderadores de risco)):											
		0	0	4.244.652	14.162.657	20.059.561	23.746.343	118.920.626	41.261.393	11.432.709	233.827.940
Posição em risco deduzida aos fundos próprios por classe de risco (Requisitos de Fundos Próprios)	Administrações centrais ou bancos centrais										386.399
	Administrações regionais ou autoridades locais										0
	Entidades do setor público										23.292
	Bancos multilaterais de desenvolvimento										0
	Organizações internacionais										0
	Instituições										10.124.451
	Empresas										91.668
	Retalho										1.899.707
	Garantidas por hipotecas sobre bens imóveis										3.861.894
	Posições em risco em situação de incumprimento										588.126
	Elementos de risco particularmente elevado										0
	Obrigações cobertas										0
	Posições em risco sobre instituições e empresas com avaliação de crédito a curto prazo										0
	Organismos de investimento coletivo										0
Posições em risco sobre ações										0	
Outras posições em risco										1.730.697	
Total posições em risco deduzidas aos fundos próprios:											18.706.235

Unidade: Euros

Data de referência: 31-12-2018



A desagregação das posições em risco abrangidas pelo método padrão por classe de ativos, engloba todas as atribuídas a todos os graus da qualidade de crédito previstos nos artigos 113.º a 134.º da Parte III, Título II, Capítulo 2 do Regulamento N.º 575/2013, é apresentada no quadro seguinte.

Quadro 14 – Desagregação das posições em risco pós fator de conversão e pós técnicas de redução do risco

Quadro UE CR5 | Uni: Milhões de Euros

Classes de Risco	Ponderadas pelo Risco															Total	Não objeto de Notação
	0%	2%	4%	10%	20%	35%	50%	70%	75%	100%	150%	250%	370%	1250%	Outras		
Administrações centrais ou bancos centrais	326	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0	0	0	328	328
Administrações regionais ou autoridades locais	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Entidades do setor público	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Bancos multilaterais de desenvolvimento	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Organizações internacionais	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Instituições	0	0	0	0	20	0	40	0	0	62	27	0	0	0	0	149	62
Empresas	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	2	2
Retalho	4	0	0	0	0	0	0	0	38	0	0	0	0	0	0	42	42
Garantias por hipotecas sobre bens imóveis	0	0	0	0	0	40	0	0	0	38	0	0	0	0	0	79	79
Posições em risco em situação de incumprimento	0	0	0	0	0	0	0	0	0	7	0	0	0	0	0	7	7
Elementos de risco particularmente elevado	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Obrigações cobertas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Posições em risco sobre instituições e	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Organismos de investimento coletivo	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Posições em risco sobre ações	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Outras posições em risco	5	0	0	0	1	0	0	0	0	15	0	0	0	1	0	22	22
Total do método padrão	336	0	0	0	21	40	40	0	38	123	28	2	0	1	0	629	541

Ao longo do período em reporte não ocorreram mudanças significativas relativamente desagregação das posições em risco pós fator de conversão e pós técnicas de redução do risco. A posição em 31 de dezembro expressa um maior crescimento, face a 2017, na exposição em Administrações Centrais e em Instituições, e um menor crescimento em Retalho, traduzindo-se num reforço das posições ponderadas em 0%, por influência da posição em Administrações Centrais, num crescimento das posições ponderadas em 50% e 100% e numa redução nas posições ponderadas em 20% e em 150%, por influência da exposição em Instituições.



11. Ativos livres de encargos

11.1 Divulgação de informação relativa ao ónus sobre ativos

A divulgação de informações relativas a ativos onerados e não onerados é efetuada em cumprimento do disposto do Artigo 443.º do Regulamento N.º 575/2013, conforme estipulado pela Instrução n.º 29/2014, do Banco de Portugal, em conformidade com o Regulamento Delegado (UE) 2017/2295 da Comissão, de 4 de setembro de 2017, considerando-se como importante para que o mercado conheça o perfil de liquidez e de financiamento das instituições. Nos termos do n.º 2 da referida Instrução as instituições devem publicar informação de acordo com o modelo apresentado no quadro seguinte, com uma periodicidade mínima anual.

Quadro 15 – Divulgação de informação relativa ao ónus sobre ativos

Modelo de divulgação (Anexo I - Regulamento Delegado (UE) 2017/2295)

Modelo A - Ativos onerados e não onerados

		Valor contabilístico dos ativos onerados		Valor justo dos ativos onerados		Valor contabilístico dos ativos não onerados		Valor justo dos ativos não onerados	
			dos quais EHQLA e HQLA nomenclamente elegíveis		dos quais EHQLA e HQLA nomenclamente elegíveis		dos quais EHQLA e HQLA		dos quais EHQLA e HQLA
		010	030	040	050	60	080	090	100
010	Ativos da instituição que relata	11.398.616	11.398.616			611.066.556	309.554.378		
030	Instrumentos de capital próprio					999.559			
040	Títulos de dívida	11.398.616	11.398.616			309.554.378	309.554.378		
050	dos quais: obrigações cobertas								
060	dos quais: títulos respaldados por ativos								
070	dos quais: emitidos por administrações centrais	11.398.616	11.398.616			309.554.378	309.554.378		
080	dos quais: emitidos por empresas financeiras								
090	dos quais: emitidos por empresas não financeiras								
120	Outros ativos					300.512.619			
121	dos quais: ...								

Modelo B - Cauções recebidas

	Justo valor das cauções recebidas ou títulos de dívida próprios emitidos onerados		Não onerados	
		dos quais EHQLA e HQLA nomenclamente elegíveis	Justo valor das cauções recebidas ou títulos de dívida próprios disponíveis	dos quais EHQLA e HQLA
	60	030	040	060
130 Cauções recebidas pela instituição que relata	0	0	0	0
140 Empréstimos à vista				
150 Instrumentos de capital próprio				
160 Títulos de dívida				
220 Outros ativos				
240 Títulos de dívida próp. emitidos, com exceção das obrigações cobertas próp. e tit. respaldados p/ ativos próp.				
241 Obrigações cobertas próprias e títulos respaldados por ativos próp. emitidos e ainda não dados em garantia				
250 TOTAL DOS ATIVOS, CAUÇÕES RECEBIDAS E TÍTULOS DE DÍVIDA PRÓPRIOS EMITIDOS	0	0		

Modelo C - Fontes de Oneração

	Passivos de contrapartida, passivos contingentes ou títulos emprestados	Ativos, cauções recebidas e títulos de dívida próprios emitidos com exceção de obrigações cobertas e dos títulos
	010	030
010 Valor contabilístico de alguns passivos financeiros específicos	6.528.218	11.398.616
011 dos quais: ...		



Modelo D - Informações descritivas complementares

- Os ativos onerados são títulos de dívida emitidos por administrações centrais (elegíveis para a qualificação como ativos com liquidez e qualidade de crédito extremamente elevados), representando 3,6% desses ativos e 1,8% do total de ativos;
- Comparativamente ao período anterior, verifica-se um decréscimo de 6,9 % dos ativos onerados e um crescimento de 10,4% dos ativos não onerados;
- As fontes de oneração resultam da da necessidade de assegurar a cobertura do montante de crédito intradiário e da conta de garantia do SICOI (ambas junto do Banco de Portugal) e de prestar garantia para compromissos de pagamento irrevogáveis decorrentes das contribuições obrigatórios para junto o Fundo de Garantia de Depósitos;
- Não existem quaisquer operações com derivados, empréstimos de títulos, acordos de recompra, emissões de obrigações ou titularização, não constituindo fontes de oneração;
- Os itens incluídos na coluna 60 "Valor contabilístico dos ativos não onerados", no Modelo A, correspondem, essencialmente, a títulos de dívida emitidos por administrações centrais (50,7%), outros ativos (44,2%) e Instrumentos de capital próprio (0,2%). Constituem "Outros ativos", os Empréstimos e Adiantamentos (83%), os Saldos de caixa no Banco central e depósitos à ordem em Instituições de crédito (10%) e Outros (7%).

12. Recurso a Agência de Notação Externa (ECAI)

Uma Agência de Notação Externa ou ECAI (*External Credit Assessment Institutions*), nos termos do artigo 3.º do Regulamento N.º 575/2013, é uma agência de notação de risco registada ou certificada nos termos do Regulamento (UE) n.º 1060/2009 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de setembro, relativo às agências de notação de risco ou um banco central que emita notações de risco isentas do referido regulamento.

Para efeitos de cálculo dos montantes das posições ponderadas pelo risco de crédito, as instituições de crédito poderão basear os coeficientes de risco na avaliação externa do risco produzidas pelas Agências de Notação Externa reconhecidas, que constam da lista das ECAIs elegíveis (publicada em, <https://www.esma.europa.eu/supervision/credit-rating-agencies/risk>). .

Denominação das ECAI

A CCL manteve a utilização das avaliações de qualidade de crédito atribuídas pelas Agências de Notação de Risco: Fitch Ratings, Moody's Investors Services, Standard & Poor's e Domination Bond Rating Service Ratings.

Classes de risco relativamente às quais se recorre a uma ECAI

Conforme estabelecido na Parte III, Título II, capítulo 2, do Regulamento N.º 575/2013, as Classes de risco relativamente às quais se recorre a uma ECAI são as "Administrações Centrais", "Entidades do Setor Público" e "Instituições" e "Empresas" quando aplicável.

Valores das Posições em risco e os valores das Posições em risco após a dedução do risco de crédito associada a cada grau de qualidade de crédito

A aplicação de avaliações de qualidade de crédito atribuídas pelas Agências de Notação de Risco rege-se pelo disposto na Parte III, Título II, capítulo 2, do Regulamento N.º 575/2013. De forma resumida, nos casos aplicáveis, utiliza-se o ponderador de risco de acordo com o grau de qualidade do crédito atribuído às posições em risco de cada Classe de risco. Às posições em risco sobre empresas, em relação às quais não exista uma avaliação de crédito, é aplicado um ponderador de 100%. Os valores das posições em risco para as Classes de risco anteriormente identificadas no Quadro 14, do ponto 10.2.1 Modelo Método Padrão.

O alinhamento da escala alfanumérica de cada agência utilizada com os graus de qualidade de crédito descritos respeita a relação publicada pela EBA de acordo com mapeamento do Regulamento N.º 2016/1799.



13. Risco de Crédito – Método das Notações Internas

A CCL não aplica o método das Notações Internas previsto no Capítulo 3, Título II, da Parte II do Regulamento N.º 575/2013, não se aplicando as questões relacionadas com os artigos 452.º, 454.º e 455.º no que respeita à divulgação dos critérios de elegibilidade para a utilização de instrumentos ou metodologias específicos.

14. Técnicas de Redução do Risco de Crédito

Por Técnicas de Redução do Risco de Crédito entendem-se as técnicas utilizadas pelas instituições para reduzir o risco de crédito associado a uma ou mais posições em risco que a instituição, conforme o disposto no n.º 57 do Artigo 3.º do Regulamento n.º 575/2013.

As instituições que utilizem o método Padrão podem reconhecer, para efeitos do cálculo dos montantes das posições ponderadas pelo risco, ou, consoante o caso, do montante das perdas esperadas, a redução de risco de crédito, nos termos do artigo 222.º do Regulamento N.º 575/2013.

14.1 Secção A – Informação Qualitativa

14.1.1 Políticas e processos de compensação patrimonial e extrapatrimonial

A política de redução de risco de crédito da CCL considera dentro das técnicas de proteção do crédito, estabelecidas Regulamento N.º 575/2013, as cauções financeiras, as cauções constituídas por bens imóveis (através das hipotecas dos imóveis para habitação ou imóveis comerciais), as apólices de seguros de vida, as garantias proporcionadas por entidades prestadoras elegíveis de proteção (por ex.: Entidades do setor público) e não considera a compensação entre elementos patrimoniais como política de redução de risco de crédito.

Como técnica de redução da posição em risco (para o cálculo de requisitos de fundos próprios) utiliza apenas o Método Simples sobre as cauções financeiras, através da caução constituída pelo penhor de depósitos existentes para garantia de empréstimos.

14.1.2 Políticas de reconhecimento, de avaliação e de gestão de cauções

As políticas e os procedimentos da CCL de reconhecimento, de avaliação e de gestão das cauções consideram, entre outros elementos, a “certeza jurídica”, como forma de validar a efetividade da garantia do ponto de vista jurídico e os procedimentos de natureza operacional que proporcionem uma apropriada documentação do processo, o controlo das garantias e uma adequada gestão do risco.

De referir que no método simples sobre as cauções financeiras, existem procedimentos específicos de controlo dos prazos das garantias, de forma a garantir que o prazo de vencimento da proteção seja tão longo quanto o prazo de vencimento residual da posição em risco.



No âmbito das cauções constituídas por bens imóveis acrescem ainda os procedimentos que garantam os seguintes requisitos, ainda que não seja efetuada nenhuma compensação entre elementos patrimoniais como política de redução de risco de crédito:

- Verificação do valor do imóvel;
- Revisão da avaliação do valor do imóvel;
- A existência de seguros contra incêndios e outros danos adequados aos imóveis.

14.1.3 Descrição dos principais tipos de cauções utilizados pela instituição

A caução constituída por bens imóveis é um dos principais mecanismos de proteção ao crédito utilizados pela instituição, embora não a considere como técnica de redução da posição em risco no cálculo de requisitos de fundos próprios.

A CCL utiliza a caução constituída pelo penhor de depósitos para garantia de posições de crédito a retalho, como técnica de cálculo e redução do risco de crédito (nos termos da alínea a) do ponto 6 do Método Simples sobre Cauções Financeiras, no Título II, da Parte III do Regulamento N.º 575/2013 “A caução constituída por um depósito ou por um instrumento equiparado a numerário”.

14.1.4 Principais tipos de garante e de contraparte de derivados de crédito

(Estratégia, processos de monitorização e descrição dos principais tipos de garante e de contraparte de derivados de crédito e respetiva qualidade de crédito)

Esta questão não é aplicável à CCL.

14.1.5 Concentração dos valores de cobertura por tipo de instrumento

Esta questão não é aplicável à CCL.

14.2 Secção B – Informação Quantitativa /Modelos

A divulgação das técnicas utilizadas de redução de crédito, de acordo com o Artigo 453.º do Regulamento N.º 575/2013, é efetuada com o recurso ao quadro Modelo 18 (UE CR3 – Técnicas de CRM – Visão Geral) e Modelo 19 (UE CR4 – Método Padrão – Posições em risco de crédito e efeitos CRM), das orientações relativas aos requisitos de divulgação (EBA/GL/2016/11), apresentando o efeito da sobre as posições em risco antes de Fatores de conversão de crédito (CCF) e de métodos de redução do risco de crédito e posições em risco (CRM) e posições em risco depois de CCF e CRM.

A demonstração do efeito de todas as técnicas de CRM inclui o Método Simples sobre Cauções Financeiras, em aplicação do artigo 222.º do Regulamento nos cálculos dos requisitos de fundos próprios de acordo com o Método Padrão.



14.2.1 Modelo “Técnicas de redução do risco de crédito” – Método Padrão

O quadro seguinte evidencia a utilização do método simples das cauções financeiras, que constitui uma técnica de redução do capital ponderado, nas respetivas classes de risco, em função da garantia apresentada como caução.

Quadro 16 – Modelo Técnicas de redução do risco de crédito – Método Padrão

Quadro UE CR3 | Uni: Euro

	a	b	c	d	e
	Posições em risco não cobertas - Montante contabilístico	Posições em risco - Montante contabilístico	Posições em risco cobertas por caução	Posições em risco cobertas por garantias financeiras	Posições em risco cobertas por derivados de crédito
1 Total de empréstimos	295.132.687	4.246.251	4.246.251	0	0
2 Total de títulos de dívida	327.898.059	0	0	0	0
3 Total de posições em risco	623.030.747	4.246.251	4.246.251	0	0
4 Em situação de incumprimento	13.903.902	0	0	0	0

A redução do crédito resultante do Método Simples das Cauções Financeiras (Posições em risco antes e CCF e CRM), totaliza 4.275.251 Euros, distribuído entre 957.967 em Empresas e 3.288.284 em Retalho.

O quadro seguinte apresenta o efeito da sobre as posições em risco antes de CCF e de CRM e posições em risco depois de CCF e CRM, assim como a densidade da exposição ao risco ponderada.

Quadro 17 – Modelo de Posições em Risco e efeitos CCF e CRM

Quadro UE CR4 | Uni: Euro

	A	B	C	D	E	F
	Posições em risco antes dos Fatores de Conversão de Crédito e Métodos de redução do risco de crédito	Posições em risco depois dos Fatores de Conversão de Crédito e Métodos de redução do risco de crédito	RWA e densidade de RWA			
Classes de Risco	Montante Patrimonial	Montante Extrapatrimonial	Montante Patrimonial	Montante Extrapatrimonial	RWA	Densidade de RWA
1 Administrações centrais ou bancos centrais	327.898.059	0	327.898.059	0	4.829.984	1%
2 Administrações regionais ou autoridades locais	0	0	0	0	0	0%
3 Entidades do setor público	88.194	455.374	88.194	202.959	291.153	100%
4 Bancos multilaterais de desenvolvimento	0	0	0	0	0	0%
5 Organizações internacionais	0	0	0	0	0	100%
6 Instituições	149.171.720	0	149.171.720	0	126.555.634	85%
7 Empresas	2.103.823	702.500	2.103.823	0	1.145.856	54%
8 Retalho	37.629.022	19.791.989	37.629.022	4.012.840	23.746.343	57%
9 Garantidas por hipotecas sobre bens imóveis	77.055.853	5.146.126	77.055.853	1.776.056	48.273.680	61%
10 Posições em risco em situação de incumprimento	7.234.338	0	7.234.338	0	7.351.572	102%
11 Elementos de risco particularmente elevado	0	0	0	0	0	0%
12 Obrigações cobertas	0	0	0	0	0	0%
13 Posições em risco sobre instituições e empresas	0	0	0	0	0	0%
14 Organismos de investimento coletivo	0	0	0	0	0	0%
15 Posições em risco sobre ações	0	0	0	0	0	0%
16 Outras posições em risco	21.172.682	745.556	21.172.682	636.887	21.633.717	99%
17 Total do método padrão	622.353.691	26.841.545	622.353.691	6.628.743	233.827.940	37,2%

Ao longo do período em reporte não ocorreram mudanças significativas relativamente à utilização de FCC e CRM, resultando a exposição ao risco de posição do montante patrimonial e extrapatrimonial em 31 de dezembro.

14.2.2 O valor das posições em risco após aplicação de ajustamentos da volatilidade

Esta questão não é aplicável à CCL, uma vez que não são efetuados ajustamentos da volatilidade em resultado das cauções financeiras elegíveis.

14.2.3 O valor das posições em risco abrangidas pelas garantias ou derivados de crédito

Esta questão não é aplicável à CCL, uma vez que não existem posições garantidas por derivados de crédito.



15. Exposição ao Risco de Mercado

A CCL não dispõe de ativos ou elementos extrapatrimoniais elegíveis para o cálculo de requisitos mínimos de fundos próprios para cobertura dos riscos da carteira de negociação, sob a forma de Instrumentos de dívida ou títulos de capital, nos termos da alínea b, do número 3 do artigo 92.º do Regulamento N.º 575/2013.

15.1 Riscos de Posição e grandes Riscos

A CCL não dispõe de ativos ou elementos extrapatrimoniais elegíveis para o cálculo de requisitos mínimos de fundos próprios para cobertura dos riscos da carteira de negociação, sob a forma de Instrumentos de dívida ou títulos de capital, nos termos da alínea b, do número 3 do artigo 92.º do Regulamento N.º 575/2013.

A CCL cumpre com os requisitos em matéria de limites aos grandes riscos especificados nos artigos 395.º a 401.º do Regulamento N.º 575/2013, não sendo necessário o apuramento de requisitos de capital.

15.2 Riscos de Cambial, de liquidação e sobre Mercadorias

Os requisitos de fundos próprios para cobertura de exposições à taxa de câmbio são calculados, acrescida de eventuais posições em ouro (inexistentes), caso a sua posição líquida ultrapasse 2% dos fundos próprios totais.

Em 31 de dezembro a posição líquida representava 0,04% dos fundos próprios, não havendo necessidade de afetar fundos próprios para o risco cambial.

A CCL não está exposta ao risco de mercadorias por não dispor de ativos com essas características.

A CCL, não dispondo de ativos ou elementos extrapatrimoniais sob a forma de mercadorias, instrumentos de dívida ou títulos de capital não está exposta ao risco de liquidação.

16. Risco Operacional

16.1 Secção A – Informação Qualitativa

16.1.1 Descrição da metodologia de cálculo dos requisitos de fundos próprios

O método utilizado pela CCL para cálculo dos requisitos de fundos próprios para risco operacional é o do Indicador Básico, previsto no artigo 315.º, no Capítulo 2, do Título III, da Parte III, do Regulamento N.º 575/2013.

O cálculo de requisitos de fundos próprios, através do Método do Indicador Básico, consiste no produto de um parâmetro predefinido pelo modelo pela média dos últimos três anos do valor do indicador relevante, se positivo.

Neste sentido, os elementos relativos ao Capítulo 3, sobre o Método Padrão, e ao Capítulo 4 sobre Métodos de Medição Avançada não são aplicáveis à CCL.



16.1.2 Elementos contabilísticos para o cálculo pelo método do Indicador Básico

O cálculo do indicador relevante é o resultado da soma da margem líquida, considerando os elementos contabilísticos obtidos nas categorias contabilísticas respeitantes à conta de ganhos e perdas, enunciado no quadro seguinte:

Descritivo	Sinal
Receitas de juros e proveitos equiparados	+
Encargos com juros e custos equiparados	-
Receitas de ações e outros títulos de rendimento variável/fixo	+
Comissões recebidas	+
Comissões pagas	-
Resultado proveniente de operações financeiras	+
Outros proveitos de exploração	+
Indicador relevante (IR)	(total)

16.2 Secção B – Informação Quantitativa / Modelos

16.2.1 Modelo “Risco Operacional”

Quadro 18 – Modelo Risco Operacional

Atividades	Indicador relevante		
	2016	2017	2018
1. Método do Indicador Básico	16.282.199	13.887.139	13.409.250

Unidade: Euros

O cálculo realizado através do Método do Indicador Básico, apurou o 2 178 929, para cobertura do risco operacional, em 2018.

17. Posição em risco sobre ações não incluídas na carteira de negociação

A CCL não está exposta ao risco sobre Ações da carteira bancária por não dispor de ativos desta natureza. Neste sentido, não se lhe aplicam as questões relacionadas com o artigo 447.º do Regulamento N.º 575/2013.



18 Análise de sensibilidade dos Requisitos de Capital

18.1 Informações de natureza qualitativa sobre os testes de esforço realizados

18.1.1 Âmbito de aplicação e incidência (tipo de risco)

O programa de Testes de Esforço, em cumprimento com o previsto na Instrução n.º 4/2011 do Banco de Portugal e considerando as orientações para a realização de análises de sensibilidade emanadas pelo Banco de Portugal, prevê a realização de um conjunto de Testes de Sensibilidade, que permitem o apuramento do impacto que determinados eventos hipotéticos, de natureza excecional mas plausível, possam causar nas condições financeiras da CCL.

Neste âmbito, são realizados, de uma forma regular, testes de sensibilidade distintos, que pretendem avaliar a incidência do risco de crédito, risco operacional, risco de taxa de juro da carteira bancária, risco de concentração, risco de reputação e risco de liquidez.

É também realizado o teste previsto pelo Modelo de Taxa de Juro da Carteira Bancária, definido através da Instrução n.º 34/2018, do Banco de Portugal (referido no ponto 19.1.2), que pretende avaliar a alteração do valor económico resultante do cálculo do efeito do “choque standard”, conforme referido no com o artigo 98.º, n.º 5, da Diretiva 2013/36/UE, de 26/06/2013, e com o artigo 115.º-S do Decreto-Lei n.º 298/92, de 31/12/2012.

18.1.2 Descrição, objetivos e frequência de realização

Os testes de sensibilidade realizados constituem uma ferramenta de gestão de risco, utilizada com o objetivo de obter um melhor entendimento sobre o perfil de risco da instituição e de avaliar o seu capital interno e a capacidade de absorver choques.

Os diferentes testes de sensibilidade são realizados de uma forma regular (semestralmente e sempre que se justifique, tendo como horizonte temporal o período de um ano), pretendem aferir o impacto que determinados eventos hipotéticos, de natureza excecional mas plausível, possam causar na condição financeira da CCL.

As análises de sensibilidade realizadas consideram os impactos determinados pelas orientações estabelecidas pelo Banco de Portugal, no âmbito da Instrução n.º 4/2011, com uma periodicidade semestral.

18.1.3 Descrição dos testes realizados

Os testes de esforço realizados assumem alterações nos fatores de risco em função da ocorrência de determinados eventos de natureza hipotética mas plausível. São considerados parâmetros que traduzem choques adversos nas categorias de risco materialmente mais relevantes, que refletem acontecimentos de natureza excecional, mesmo que não tenham sido identificadas historicamente ocorrências semelhantes.

No âmbito do risco de crédito são realizados testes que assumem um crescimento consideravelmente elevado dos níveis de incumprimento e ainda uma variação do valor das garantias reais, em função de um agravamento das condições económicas; no âmbito do risco operacional, são realizados testes que preveem as consequências financeiras de eventos dessa natureza, considerando prejuízos e redução de proveitos; no âmbito do risco de taxa de juro, além do teste realizado pelo Modelo de Taxa de Juro da Carteira Bancária, cujos parâmetros são aí estabelecidos, são realizados dois testes adicionais que preveem o deslocamento paralelo ou a alteração da inclinação da curva de



rendimentos (choque standard), incluindo ainda a variação da taxa de desconto atuarial; no âmbito do risco de concentração, de reputação e de liquidez são realizados testes que preveem as consequências de movimentações adversas por parte dos depositantes.

19 Exposição ao risco de taxa de juro sobre posições não incluídas na carteira de negociação

19.1 Identificação da natureza do risco de taxa de juro da carteira bancária

O risco de taxa de juro da carteira bancária é o risco existente sobre o capital e sobre os rendimentos, atual e em prospetiva, em resultado de movimentos adversos das taxas de juro. As alterações das taxas de juro têm impacto no valor atual dos fluxos financeiros e no *timing* das operações, implicando alterações no valor económico dos ativos, passivos ou posições extrapatrimoniais. As alterações das taxas de juro têm, também, impacto na estrutura de rendimentos do banco, por implicar variações na margem financeira. O risco se não for gerido adequadamente pode representar uma ameaça ao capital e à base de rendimentos do banco.

O risco de taxa de juro é medido através da adequação dos seus impactos face ao valor dos fundos próprios, como forma de avaliar a variação no valor económico da CCL, e através da adequação dos seus impactos face ao valor da margem financeira, como forma de avaliar a variação da sua estrutura de rendimentos.

A seleção de dois indicadores relevantes permite cumprir com o objetivo de captar adequadamente todas as sensibilidades significativas às alterações das taxas de juro, incluindo a sensibilidade aos pressupostos comportamentais, de acordo com as orientações emitidas pela EBA (EBA/GL/2015/08) de forma proporcional, face à dimensão e à complexidade e intensidade da atividade, tendo em conta a matriz de sofisticação para medição do risco de taxa de juro da carteira bancária.

O risco de taxa de juro é monitorizado através do cálculo do efeito do “choque standard”, que consiste na elaboração de um teste de sensibilidade que permite aferir o impacto acumulado dos instrumentos sensíveis à taxa de juro, de uma variação adversa na taxa de juro no valor de 200 pontos base (p.b.). A método é baseado nas Orientações de Basileia 2004, por ser considerado o mais adequado de acordo com o nível de sofisticação da CCL, de acordo com o Anexo IV da Instrução do Banco de Portugal n.º 34/2018.

A medição do impacto sobre o valor económico e os rendimentos efetua-se trimestralmente e pontualmente, sempre que ocorram alterações nas maturidades de posições com impactos relevantes.

Na medição dos impactos são considerados pressupostos de características comportamentais aplicáveis a contas de clientes sem datas de reavaliação específicas (nomeadamente depósitos à ordem), para determinar o valor individual estável dos depósitos. É efetuada uma análise aos saldos mensais das contas de depósito à ordem dos últimos 10 anos, para determinar o valor individual estável, aplicando um limite de 5 anos para o escalonamento do valor dos depósitos identificados como estáveis. Para avaliar o impacto desses pressupostos nos indicadores de risco é regularmente efetuado o cálculo utilizando apenas os prazos contratuais, isolando o seu efeito.

Não são considerados os pressupostos de características comportamentais em contas com opcionalidade embutida para clientes, nomeadamente as opções de pagamento antecipado de empréstimos ou as opções de resgate antecipado de depósitos.

Esta análise é ainda apoiada por testes de sensibilidade, realizados periodicamente, que permitem avaliar as



consequências de alterações adversas potenciais, sobre a condição financeira da CCL. Este acompanhamento é efetuado através de uma avaliação do impacto, na margem financeira e nos fundos próprios, de cenários de variação das taxas de juro sobre os *gaps* (diferencial entre ativos e passivos), obtidos através da agregação de todos os ativos e passivos sensíveis a variações de taxa de juro, por intervalos de acordo com as datas de vencimento ou refixação de taxa. Os cenários considerados, definidos pelas orientações estabelecidas pelo Banco de Portugal, preveem tendências relevantes e evoluções adversas das taxas de juro.

Para minimizar o impacto que emerge da existência de diferentes prazos de refixação de taxas de juro, o crédito é concedido a taxas variáveis indexadas à Euribor (refletindo a oscilação do mercado no que respeita ao custo do financiamento), as aplicações em Instituições são efetuadas, essencialmente, em depósitos de curto prazo e as aplicações em Obrigações do Tesouro de prazos mais longos são acompanhadas através de avaliações regulares.

No que respeita às operações passivas, que resultam essencialmente dos depósitos de clientes, existe uma componente significativa de depósitos à ordem, com reduzida remuneração, ou quando remunerada está indexada à Euribor. No que respeita aos Depósitos a Prazo, uma componente muito significativa é constituída por depósitos a curto prazo, existindo algumas aplicações a três anos cuja remuneração é acompanhada por ativos com maturidades idênticas ou superiores.

O acompanhamento das taxas de juro é efetuado mensalmente através do relatório sobre a evolução das taxas de juro efetivas.

A demonstração da adequação do capital interno, enquadrada no ICAAP, efetua-se através da avaliação do impacto nos recursos de capital de possíveis alterações no seu valor económico, em resultado de alterações das taxas de juro, estando integralmente cobertos pelo montante de excedentes de fundos próprios.

19.1 Impacto dos instrumentos sensíveis à taxa de juro

O quadro seguinte apresenta os resultados obtidos pelo Modelo de Risco de Taxa de Juro da Carteira Bancária, considerando um choque paralelo de 2% nas taxas de juro dos instrumentos sensíveis à taxa de juro, medindo o impacto na situação líquida, de acordo com o modelo definido pelo Banco de Portugal, através da Instrução n.º 19/05, sem assumir pressupostos de natureza comportamental.

Quadro 19 – Risco de Taxa de Juro da Carteira Bancária

		Impacto	
		2018	2017
Efeito na Situação Líquida de um choque de 200 p.b. na taxa de juro:	Valor	+ -14.764.285	16.269.599
		- 14.764.285	16.269.599
	% da Situação Líquida	+ 16,04%	18,86%
		- 16,04%	18,86%

Unidade: Euros

20. Risco associado a posições e titularização

A CCL não detém nenhuma posição de titularização, sendo a titularização definida pelo n.º 61, do artigo 3.º do Regulamento N.º 575/2013, não sendo aplicável o cálculo de montantes de posições ponderadas pelo risco, nos termos da Parte III, Título II, Capítulo 5 ou os requisitos de fundos próprios nos termos dos artigos 337.º ou 338.º, sobre risco específico, do Regulamento N.º 575/2013.



CAIXA DE CRÉDITO DE LEIRIA

Mat. na C.R.C de Leiria sob o n.º único de matrícula e identificação fiscal 500 978 921 – Capital Social Variável e ilimitado no mínimo de 40.000.000€



21. Política de remuneração

21.1 Políticas de remuneração aplicáveis às categorias de pessoal cujas atividades profissionais tenham um impacto significativo no respetivo perfil de Risco

a) Âmbito

Em cumprimento das disposições legais e regulamentares aplicáveis, a Política de Remuneração foi estabelecida de forma a reproduzir uma adequada proporcionalidade, perante a dimensão, organização interna, natureza, âmbito e complexidade da atividade desenvolvida, à natureza e magnitude dos riscos assumidos ou a assumir e ao grau de centralização e delegação de poderes estabelecidos na Instituição.

A Política de Remuneração tem presente a natureza jurídica de cooperativa da Instituição, não orientada para o lucro, o nível e complexidade de atividades autorizadas, as restrições de natureza geográfica e de dimensão, a natureza dos ativos e os níveis de capital. Procura seguir os princípios e os valores cooperativos, associados à sua génese, atender à natureza local ou regional, garantir que a estrutura de remuneração não incentive a assunção excessiva aos riscos, evitar, potenciais conflitos de interesses e ser coerente com os objetivos a longo prazo, designadamente com as perspetivas de crescimento e rentabilidade sustentáveis e de proteção de interesses dos clientes e dos associados.

Em conformidade com o Artigo 1.º do Aviso do Banco de Portugal n.º 10/2011, atendendo ao grau de centralização e delegação de poderes estabelecidos, a Política de Remuneração regulamenta os princípios e as regras que regem a remuneração dos Membros do Órgão de Administração e Fiscalização e dos colaboradores que exercem funções de controlo previstas no Aviso do Banco de Portugal n.º 5/2008.

Relativamente aos demais colaboradores, atendendo ao grau de centralização e delegação de poderes, entende-se que, o exercício das suas funções não tem impacto material no perfil de risco da Instituição, não se considerando aplicável, o que diretamente diz respeito à Avaliação (Artigo 6.º) e à Remuneração (Artigo 11.º e Artigo 12.º)

b) Processo de tomada de decisão utilizado na definição da política de remuneração

A remuneração dos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal é aprovada pela Assembleia-Geral, nos termos dos estatutos, não havendo recurso, nesta matéria, a consultores externos, nem à existência de uma Comissão de Remunerações, por não se considerar adequado face as características da Instituição, nomeadamente a dimensão, organização interna e natureza das atividades exercidas. São realizadas duas reuniões ordinárias por ano, sendo que em uma delas é apreciado o desempenho da Administração, considerando a sua relação com a declaração da Política de Remuneração (divulgada no capítulo III, sobre Estrutura de Governação, no documento de prestação de contas “Relatório e Contas Anuais 2018”, disponível em “Informação Financeira” da Instituição no site da CCL).

A remuneração do Revisor Oficial de Contas foi estabelecida no âmbito de um contrato de prestação de serviços de revisão legal de contas, com base nos preços praticados no mercado, e aprovada em Assembleia Geral. O revisor oficial de contas é designado pela Assembleia Geral, sob proposta do Conselho Fiscal, em conformidade com a Política de Seleção e de Contratação de Serviços do Revisor Oficial.

A Política de Remuneração dos colaboradores que exercem funções de controlo, nomeadamente, Auditoria Interna, *Compliance* e Gestão de Riscos assenta na sua componente fixa, garantindo a independência em relação ao desempenho financeiro das áreas de negócio onde exerce o controlo.

A Assembleia Geral, enquanto Órgão principal que controla a remuneração, em 18 de dezembro de 2015, aprovou a Política de Remuneração dos Membros dos Órgãos de Administração e de Fiscalização para o triénio de 2016/2018,



após a eleição dos Órgãos Sociais. A Assembleia Geral reuniu por duas vezes em 2018. Em 28 de março, para apreciação geral da administração e fiscalização da CCL, após a apreciação e deliberação sobre os documentos e prestação de contas e em 13 de dezembro de 2018 para apreciação e votação da proposta do Plano de Atividades e Orçamento para 2019 e para Deliberação sobre a política de remuneração dos órgãos de administração e fiscalização para o triénio 2018/2021.

c) Relação entre remuneração e o desempenho

O desempenho do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal é apreciado regularmente (pelo menos uma vez por ano) em sede de Assembleia Geral, não podendo estes manter-se em funções contra a vontade expressa dos associados, considerando, para tal, a informação divulgada, e analisada pelos órgãos de fiscalização, sobre o desempenho económico e financeiro da Instituição, a informação prudencial sobre os riscos, a avaliação efetuada, pelo Conselho Fiscal, sobre a Política de Remuneração, o cumprimento das normas aplicáveis e a atuação da Instituição ao nível da responsabilidade social e económica, nas comunidades onde se insere, assim como, da sustentabilidade da cooperativa.

A aplicação da política de remuneração é sujeita, pelo menos uma vez por ano, a uma análise interna centralizada e independente, efetuada pelo Conselho Fiscal, com a colaboração das unidades de estrutura responsáveis pelas funções de controlo (Auditoria Interna, Compliance e Gestão de Risco), visando verificar a implementação das políticas e procedimentos de remuneração adotados para os órgãos de administração e de fiscalização, da qual é elaborado um relatório com os resultados dessa avaliação, para apresentação à Assembleia geral.

A Política de Remuneração dos colaboradores que exercem funções de controlo é estabelecida pelo Conselho de Administração. A avaliação do desempenho individual é efetuada pelo Conselho de Administração, baseada nos objetivos específicos relacionados com as funções exercidas, nomeadamente pelo cumprimento dos planos de atividades e de desenvolvimentos das funções traçados, independentemente do desempenho das áreas sob controlo.

d) Características estruturais mais importantes do sistema de remuneração

Remuneração do Conselho de Administração

A Política de Remuneração procura ajustar-se às características particulares da Instituição e garantir uma prática consentânea com uma gestão de risco que não incentive uma assunção excessiva e imprudente do risco, alinhando com os interesses de longo prazo da Instituição. Preconizando a atribuição de uma remuneração fixa de valor moderado, com um valor total anual limitado, compatível com a prática e a natureza do Crédito Agrícola, entendendo-se ser a forma mais equilibrada de não incentivar o crescimento e a assunção excessiva de riscos.

A inexistência de uma remuneração variável com base nos eventuais resultados da CCAML, fundamenta-se não só, na cultura da Instituição, mas principalmente, porque se entendeu de elevado risco estimular quem iria beneficiar do crescimento que, essencialmente, seria pelo crescimento do crédito. O crescimento excessivo do crédito de uma instituição com as características da CCAML poderá representar um aumento do seu grau de risco, traduzindo um perfil superior, assumindo um crescimento em posições que, neste momento, se encontram em ativos de menor risco.

A remuneração do Conselho de Administração resulta do crescimento da Instituição e do valor acrescentado aos associados, da sua sustentabilidade a longo prazo e dos riscos assumidos, assim como do cumprimento das regras aplicáveis, na medida em que resulta da avaliação, em consonância com o princípio cooperativo de gestão democrática, que é efetuada pelos associados.

Para os administradores pertencentes ao quadro de pessoal da CCAML o vínculo laboral é suspenso enquanto se mantiverem nos cargos da Administração, isto sem prejuízo da contagem de tempo de serviço para efeitos de



antiguidade e do previsto na clausula 127.^a (prémio de antiguidade) do Acordo Coletivo de Trabalho.

A CCAML não emite instrumentos financeiros que possam ser usados para as finalidades descritas nos n.ºs 2 e 3 do Artigo 8.º, não sendo aplicáveis as disposições relativas ao pagamento de remuneração variável em instrumentos financeiros, ações ou opções. O capital social, encontra-se representado por títulos cujo valor nominal é fixo e não varia em função do desempenho da Instituição.

A remuneração dos Membros do Conselho de Administração não inclui prémios anuais nem outros benefícios não pecuniários.

Pela natureza societária da Instituição é vedado aos Administradores o direito a auferir uma remuneração sob a forma de participação nos lucros.

A Instituição não celebrou com os Administradores qualquer contrato que lhes confira direito a compensações ou indemnizações, incluindo pagamentos relacionados com a duração do pré-aviso ou cláusula de não concorrência, em caso de destituição, ou da sua resolução do contrato por acordo, pelo que o direito a tais indemnizações se rege pelas normas legais aplicáveis. Neste sentido, no período a que reporta este relatório, não foram pagas, nem se mostraram devidas, compensações ou indemnizações a Membros do Conselho de Administração.

Os Administradores não auferiram quaisquer remunerações por outras sociedades em relação de domínio ou de grupo com a CCAML.

Não vigoram na Instituição regimes complementares de reforma antecipada.

A Política de Remuneração não contempla outros benefícios complementares relevantes considerados como remuneração.

Os Membros do Conselho de Administração não utilizam quaisquer seguros de remuneração ou responsabilidade, ou quaisquer outros mecanismos de cobertura de risco tendentes a atenuar os efeitos de alinhamento pelo risco inerentes às suas modalidades de remuneração.

Remuneração do Conselho Fiscal

A Política de Remuneração dos membros do Conselho Fiscal reflete os mesmos princípios seguidos para o Conselho de Administração, associando-se, ainda, o carácter de menor exigência em termos de permanência na Instituição.

Revisor Oficial de Contas

A remuneração do Revisor Oficial de Contas foi estabelecida no âmbito de um contrato de prestação de serviços de revisão legal de contas, com base nos preços praticados no mercado, e aprovada em Assembleia Geral. O revisor oficial de contas é designado pela Assembleia Geral, sob proposta do Conselho de Administração.

Remuneração das Funções de Controlo

A Política de Remuneração dos colaboradores que exercem funções de controlo, nomeadamente, Auditoria Interna, Compliance e Gestão de Riscos assenta na sua componente fixa, garantindo a independência em relação ao desempenho financeiro das áreas de negócio onde exerce o controlo.

e) rácio entre remunerações fixas e variáveis



Não aplicável. A política de remuneração dos órgãos de administração e fiscalização não contemplam componentes variáveis.

f) Critérios de desempenho nos quais se baseiam os direitos de ações

Não aplicável. A política de remuneração dos órgãos de administração e fiscalização não contemplam direitos a ações, opções ou a componentes variáveis.

g) Parâmetros e fundamentos dos sistemas de prémios anuais

Não aplicável. A política de remuneração dos órgãos de administração e fiscalização não contempla prémios anuais ou outros benefícios não pecuniários.

h) Dados quantitativos agregados sobre remunerações

O quadro abaixo indica os montantes de remuneração bruta auferidos pelo órgão de administração, órgãos de fiscalização e funções de controlo, de forma agregada.

Quadro 20 – Dados quantitativos agregados sobre remunerações

Área de atividade	Remuneração	
	Valor Bruto	Número de beneficiários
Conselho de Administração	415.500 €	5
Conselho Fiscal	50.700 €	4
ROC	55.522 €	1
Funções de Controlo	81.181 €	2

- A política de remuneração não contempla componentes de remuneração variável, sob a forma de remuneração pecuniária, ações, instrumentos indexados a ações e outras formas de remuneração;
- A política de remuneração não contempla montantes de remuneração diferida por pagar, repartidos entre direitos adquiridos e não adquiridos;
- A política de remuneração não contempla montantes de remuneração diferida concedidos durante o exercício financeiro, pagos e objeto de reduções resultantes de ajustamentos em função do desempenho;
- Não foram concedidos subsídios por contratação ou indemnizações por cessação de funções pagos durante o exercício financeiro;
- A remuneração do ROC inclui serviços de revisão legal de contas e a outros serviços de garantia de fiabilidade.

i) Número de indivíduos com remuneração igual ou superior a 1 milhão de Euros por exercício financeiro

Não aplicável.

j) A remuneração total de cada membro do órgão de administração ou da direção de topo

Nos termos do Artigo 17.º Aviso do Banco de Portugal n.º 10/2011, esta informação é divulgada no capítulo III, sobre Estrutura de Governação, no documento de prestação de contas “Relatório e Contas Anuais 2018”.



22. Alavancagem

22.1 Secção A – Cálculo do rácio de Alavancagem

O Artigo 451.º do Regulamento N.º 575/2013 estabelece requisitos de informação a divulgar, sobre o rácio de Alavancagem, a serem estabelecidos, através de um projeto de normas técnicas de execução, para determinar o modelo uniforme de divulgação, pela EBA, conferindo à Comissão Europeia competências para a adotar essas normas técnicas. Em 15 de fevereiro de 2016 foi aprovado o Regulamento de Execução n.º 2016/200 da Comissão, que estabelece as normas técnicas de execução no respeitante à divulgação do rácio de alavancagem das instituições.

O rácio de alavancagem é calculado dividindo a medida de Fundos Próprios pela medida da exposição total, sendo expresso em percentagem.

As regras definidas para o cálculo do rácio de Alavancagem estipulam a existência de um período de observação entre 1 de janeiro de 2013 e 1 de janeiro de 2017, durante o qual as Entidades de Supervisão controlam o rácio (ao nível europeu, através da observação dos rácios das instituições), suas componentes e o seu comportamento em relação ao requisito baseado no risco. Findo este período, poderão ocorrer ajustamentos ao procedimento e a definição de uma medida mais vinculativa.

22.2 Secção B – Divulgação do Rácio de Alavancagem

O quadro 19 " apresenta o cálculo do rácio de alavancagem e a decomposição da medida de exposição total. Conforme previsto pelo Anexo I do regulamento de Execução (UE) n.º 2016/200 da Comissão, de 15 de fevereiro, é composto pelos quadros "Quadro LRSum", "Quadro LRCom", "Quadro LRSpl" e "Quadro LRQua".

Quadro 21 – Divulgação sobre o Rácio de Alavancagem

Rácio de alavancagem CRR — Modelo de divulgação

	Data de referência	31-12-2018
	Nome da entidade	Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Leiria, CRL.
	Nível de aplicação	Individual

Quadro LRSum: Resumo da conciliação dos ativos contabilísticos e das exposições

		Montante Aplicável
1	Total dos ativos que constam das demonstrações financeiras publicadas	622.465.172
2	Ajustamento para as entidades consolidadas para fins contabilísticos mas que estão fora do âmbito de consolidação regulamentar	0
3	(Ajustamento para ativos fiduciários reconhecidos no balanço nos termos do quadro contabilístico aplicável mas excluídos da medida da exposição do rácio de alavancagem de acordo com o artigo 429.º, n.º 13, do Regulamento (UE) n.º 575/2013)	0
4	Ajustamentos para instrumentos financeiros derivados	0
5	Ajustamento para operações de financiamento de valores mobiliários (a seguir designadas por «SFT»)	0
6	Ajustamento para elementos extrapatrimoniais (ou seja, conversão das exposições extrapatrimoniais em equivalente-crédito)	26.841.545
UE-6a	(Ajustamento para posições em risco intragrupo excluídas da medida da exposição total do rácio de alavancagem de acordo com o artigo 429.º, n.º 7, do Regulamento (UE) n.º 575/2013)	0
UE-6b	(Ajustamento para posições em risco excluídas da medida da exposição total do rácio de alavancagem de acordo com o artigo 429.º, n.º 14, do Regulamento (UE) n.º 575/2013)	0
7	Outros ajustamentos	(238.597)
8	Medida da exposição total do rácio de alavancagem	649.068.121



Quadro LRCom: Regras comuns em matéria de divulgação do rácio de

		Exposições do rácio de alavancagem CRR
Exposições patrimoniais (excluindo derivados e SFT)		
1	Elementos patrimoniais (excluindo derivados, SFT e ativos fiduciários, mas incluindo as garantias)	622.353.691
2	(Montantes dos ativos deduzidos na determinação dos fundos próprios de nível 1)	(238.597)
3	Total das exposições patrimoniais (excluindo derivados, SFT e ativos fiduciários) (soma das linhas 1 e 2)	622.115.095
Posições em risco sobre instrumentos derivados		
4	Custo de substituição associado a <i>todas</i> as transações de derivados (ou seja, em valor líquido da margem de variação em numerário elegível)	0
5	Montantes das majorações para PFE associadas a <i>todas</i> as transações de derivados (método de avaliação ao preço de mercado)	0
UE-5a	Exposição determinada pelo Método do Risco Inicial	0
6	Valor bruto das garantias prestadas no quadro de derivados quando deduzidas aos ativos do balanço nos termos do quadro contabilístico aplicável	0
7	(Deduções das contas a receber contabilizadas como ativos para a margem de variação em numerário prevista em transações de derivados)	0
8	(Excluindo a componente CCP das exposições em que uma instituição procede em nome de um cliente à compensação junto de uma CCP)	0
9	Montante notional efetivo ajustado dos derivados de crédito vendidos	0
10	(Diferenças notacionais efetivas ajustadas e deduções das majorações para derivados de crédito vendidos)	0
11	Total das posições em risco sobre instrumentos derivados (soma das linhas 4 a 10)	0
Exposições SFT		
12	Valor bruto dos ativos SFT (sem reconhecimento da compensação), após ajustamento para as transações contabilizadas como vendas	0
13	(Valor líquido dos montantes em numerário a pagar e a receber dos ativos SFT brutos)	0
14	Exposição ao risco de crédito de contraparte dos ativos SFT	0
UE-14a	Derrogação para os SFT: Exposição ao risco de crédito de contraparte em conformidade com o artigo 429.º-B, n.º 4, e com o artigo 222.º do Regulamento (UE) n.º 575/2013	0
15	Exposições pela participação em transações na qualidade de agente	0
UE-15a	(Excluindo a componente CCP das exposições SFT em que uma instituição procede em nome de um cliente à compensação junto de uma CCP)	0
16	Total das exposições sobre operações de financiamento de valores mobiliários (soma das linhas 12 a 15a)	0
Outras exposições extrapatrimoniais		
17	Exposições extrapatrimoniais em valor notional bruto	26.841.545
18	(Ajustamentos para conversão em equivalente-crédito)	0
19	Outras exposições extrapatrimoniais (soma das linhas 17 e 18)	26.841.545
(Posições em risco isentas em conformidade com o artigo 429.º, n.ºs 7 e 14, do Regulamento (UE) n.º 575/2013 (patrimoniais e extrapatrimoniais))		
UE-19a	(Posições em risco intragrupo (base individual) isentas em conformidade com o artigo 429.º, n.º 7, do Regulamento (UE) n.º 575/2013 (patrimoniais e extrapatrimoniais))	0
UE-19b	(Posições em risco isentas em conformidade com o artigo 429.º, n.º 14, do Regulamento (UE) n.º 575/2013 (patrimoniais e extrapatrimoniais))	0
Fundos próprios e medida da exposição total		
20	Fundos próprios de nível 1	92.040.594
21	Medida da exposição total do rácio de alavancagem (soma das linhas 3, 11, 16, 19, UE- 19a e UE- 19b)	648.956.640
Rácio de alavancagem		
22	Rácio de alavancagem	14,18%
Escolha quanto às disposições transitórias e montante dos elementos fiduciários desreconhecidos		
UE-23	Escolha quanto às disposições transitórias para a definição da medida dos fundos próprios	"Definição transitória"
UE-24	Montante dos elementos fiduciários desreconhecidos em conformidade com o artigo 429.º, n.º 11, do Regulamento (UE) n.º 575/2013	0



Quadro LRSpl: Repartição das exposições patrimoniais (excluindo derivados, SFT e posições em risco isentas)

		Exposições do rácio de alavancagem CRR
UE-1	Total das exposições patrimoniais (excluindo derivados, SFT e posições em risco isentas), das quais:	622.353.691
UE-2	Posições em risco da carteira de negociação	0
UE-3	Posições em risco da carteira bancária, das quais:	0
UE-4	Obrigações cobertas	0
UE-5	Posições em risco tratadas como soberanas	327.898.059
UE-6	Posições em risco perante administrações regionais, bancos multilaterais de desenvolvimento, organizações internacionais e ESP <u>não</u> tratadas como soberanas	88.194
UE-7	Instituições	149.171.720
UE-8	Garantidas por hipotecas sobre imóveis	77.055.853
UE-9	Posições em risco sobre a carteira de retalho	37.629.022
UE-10	Empresas	2.103.823
UE-11	Posições em risco em incumprimento	7.234.338
UE-12	Outras posições em risco (p. ex.: ações, titularizações e outros ativos não relacionados com obrigações de crédito)	21.172.682

Rácio de alavancagem CRR — Modelo de divulgação

Quadro LRQua: Caixas de texto livre para divulgação de elementos qualitativos

		Coluna
		Texto livre
Linha		
1	Descrição dos processos utilizados para gerir o risco de alavancagem excessiva	A alavancagem é monitorizada regularmente através do rácio de alavancagem. Os resultados obtidos afastam a possibilidade de risco de alavancagem excessiva. A reação a alterações do rácio de alavancagem são previstas através da política de incorporação regular de resultados em reservas, através da gestão prudente do crescimento dos ativos e através da estruturação de forma não complexa dos ativos existentes.
2	Descrição dos fatores que afetaram o rácio de alavancagem durante o período a que se refere o rácio de alavancagem divulgado.	O rácio de alavancagem, quando comparado com o período homólogo, diminui 0,51 p.p., devido ao crescimento dos ativos (10,5%) ter sido superior ao dos Fundos Próprios 6,7%.



23. Divulgação de LCR – Complemento sobre o Risco de Liquidez

23.1 Secção A – Modelo de informação qualitativa

As orientações relativas à divulgação de LCR (*Liquidity Coverage Ratio*), com referência “EBA/GL/2017/01” de 21 de junho, definem o quadro geral da divulgação do risco de liquidez, fornecendo uma estrutura harmonizada para a informação requerida no n.º 1 do artigo 435.º do Regulamento N.º 575/2013.

O LCR é reportado ao Banco de Portugal mensalmente e visa avaliar o grau de cobertura de liquidez da instituição, relacionando os montantes de ativos líquidos (numerador) com o montante ponderado entre as saídas e as entradas de liquidez (denominador).

O modelo de informação qualitativa estabelecido (anexo II da EBA/GL/2017/01) tem como objetivo o fornecimento de explicações adicionais sobre os elementos incluídos no modelo de reporte de LCR (em complemento do ponto 3.1.1.5, sobre Risco de Liquidez), em cinco pontos:

a) Concentração de liquidez e fontes e financiamento

A liquidez demonstrada no rácio LCR é proporcionada pela existência de uma posição significativa de ativos líquidos considerados de elevada qualidade, resultante, fundamentalmente, da carteira e títulos de dívida pública. Contribui também a posição resultante dos depósitos em Instituições de Crédito, embora estas, sejam limitadas em 75% na avaliação da expectativa dos valores de entradas.

As reservas de liquidez existentes proporcionam uma dimensão de liquidez adequada para absorver possíveis choques, assegurando os instrumentos necessários para manter ou repor os níveis adequados de liquidez, cobrindo os riscos a que a CCL está ou possa estar exposta.

O financiamento é assegurado pelos depósitos de clientes de retalho com relações duradouras, que são a base e a génese da Instituição (revelando-se uma fonte de financiamento estável, não concentrada, crescente e atualmente de baixo custo) e através do autofinanciamento proporcionado por um volume relevante de fundos próprios acumulados ao longo dos anos. O financiamento de clientes Institucionais ocorre apenas de forma residual.

A carteira de depósitos é constituída fundamentalmente por depósitos a prazo (com um prazo de vencimento inicial superior a 1 e inferior a 36 meses), tendo, no entanto, uma componente substancial de depósitos à ordem.

b) Exposições a derivados e potenciais pedidos de garantia

A CCL não tem exposições a derivados nem a potenciais pedidos de garantia.

c) Disparidades entre divisas no LCR

A CCL, enquanto instituição de âmbito regional, opera quase exclusivamente em Euros.



d) Uma descrição do nível de centralização da gestão de liquidez e da interação entre unidades do grupo

A CCL não está integrada em nenhum grupo do qual resultem dependências em matéria de liquidez.

e) Outros elementos do cálculo de LCR não indicados no modelo de reporte de LCR, mas considerados pela Instituição relevantes para o seu perfil de liquidez

O modelo de reporte de LCR estabelecido pelas entidades de supervisão capta a essência da liquidez de curto prazo da CCL, não de identificando outros elementos relevantes a acrescentar.

23.2 Secção B - Modelo de informação quantitativa

Tendo presente que a CCL não está identificada pelas Autoridades de Supervisão como instituição de importância sistémica global (G-SII) ou como outra instituição de importância sistémica (O-SII), o modelo de divulgação de informação quantitativa estabelecido pelas referidas Orientações resume-se às linhas 21, 22 e 23.

Quadro 22 – Modelo de reporte de LCR

Ref.: Quadro UE LIQ1

Âmbito da consolidação: Individual		Valor total não ponderado (média)	Valor total ponderado (média)			
Moeda e unidades: (EUR milhão)						
Trimestre findo em (DD Mês AAA)			31 março 018	30 junho 018	30 setembro 018	31 dezembro 018
			VALOR TOTAL AJUSTADO			
21	RESERVAS DE LIQUIDEZ		309	306	302	313
22	TOTAL DAS SAÍDAS DE CAIXA LÍQUIDAS		7	7	8	8
23	RÁCIO DE COBERTURA DE LIQUIDEZ (%)		4423,58%	4255,53%	4000,58%	4150,80%

O valor da Reserva de Liquidez corresponde ao valor ajustado referente ao elemento “Reserva de liquidez” do modelo C 76.00 cobertura de liquidez (nos termos do Regulamento de Execução n.º 680/2014, da Comissão), e resulta da quantificação do total de ativos líquidos de elevada qualidade. Regista-se um crescimento progressivo deste valor.

O valor total das saídas de caixa líquidas corresponde ao valor ajustado referente ao elemento “Saída de liquidez líquida” do modelo C 76.00 cobertura de liquidez (nos termos do Regulamento de Execução n.º 680/2014, da Comissão), e resulta da ponderação das saídas de caixa menos as entradas de caixa (sujeitas a limites, nomeadamente o cap de 75% sobre os depósitos em Instituições). Regista-se também um ligeiro crescimento deste valor.

O Rácio de Cobertura de Liquidez (LCR) resulta do valor ajustado da percentagem referente ao elemento “Rácio de cobertura de liquidez (%)”, do modelo C 76.00 cobertura de liquidez (nos termos do Regulamento de Execução n.º 680/2014, da Comissão), e resulta da relação entre as reservas de liquidez e o total de saídas de caixa líquidas. O rácio LCR tem vindo a registar um crescimento progressivo, justificado, essencialmente, pelo crescimento verificado nas reservas de liquidez.



Anexos

Anexo I – Modelo das principais características dos instrumentos de Fundos



Próprios

Modelo das principais características dos instrumentos de fundos próprios (1)			
1	Emitente	CCAML	CCAML
2	Identificado único (por exemplo, CUSIP, ISIN, ou identificador Bloomberg para colocação particular)	Títulos de Capital da CCAML	Títulos de Capital especial da CCAML
3	Legislação(ões) aplicável(is) ao instrumento	- Artigo 3.º, 18.º a 24.º da Lei n.º 51/96, de 7 de setembro (Código Cooperativo) e artigos 14.º a 17.º, 43.º, 44.º do Decreto-Lei n.º 24/91, de 11 de janeiro, Artigo 15.º e seguintes (Regime Jurídico do Crédito Agrícola Mútuo);	- Artigo 3.º, 18.º a 24.º da Lei n.º 51/96, de 7 de setembro (Código Cooperativo) e artigos 14.º a 17.º, 43.º, 44.º do Decreto-Lei n.º 24/91, de 11 de janeiro, Artigo 15.º e seguintes (Regime Jurídico do Crédito Agrícola Mútuo);
	Tratamento regular	Artigos 27.º a 29.º do Regulamento (UE) n.º 575/2013	Artigos 27.º a 29.º do Regulamento (UE) n.º 575/2013, considerando as disposições transitórias, ao abrigo do n.º 3 do Artigo 484.º.
4	Regras transitórias do RRF	N/A	Os Títulos de Capital são classificados como FPP1, enquadrados no âmbito do n.º 3 do Artigo 484.º e Artigo 486.º do Regulamento (UE) n.º 575/2013, quanto a disposições transitórias até 2021, existindo limites à sua elegibilidade (no âmbito do Artigo 12.º do Aviso do Banco de Portugal n.º 6/2013).
5	Regras pós-transição do RRF	Fundos próprios principais de nível 1	Não elegíveis
6	Elegíveis numa base individual/ (sub)consolidada/individual e (sub)consolidada	Individual	Individual
7	Tipo de instrumento (a especificar por cada instituição)	Capital cooperativo	Títulos de capital cooperativo especial
8	Montante efetivamente reconhecido nos fundos próprios regulamentares (em milhões da unidade monetária, à data de relato mais recente)	55,01 Milhões de Euros	1,26 Milhões de Euros
9	Montante nominal do instrumento	55,01 Milhões de Euros	3,14 Milhões de Euros
9a	Preço de emissão	5 Euros	5 Euros
9b	Preço de resgate	5 Euros	5 Euros
10	Classificação contabilística	Capitais Próprios	Passivo - custo amortizado
11	Data original de emissão	N/A	19/03/1999; 15/02/2000; 16/11/2001
12	Caráter perpétuo ou prazo fixo	Perpétuo	Perpétuo
13	Data de vencimento original	Sem data de vencimento	Sem data de vencimento
14	Opção de compra do emitente sujeita a aprovação prévia de supervisão	N/A	N/A
15	Data da opção de compra, datas condicionais da opção de compra e valor de resgate	N/A	N/A
16	Datas de compra subsequentes, se aplicável	N/A	N/A
	Cupões /dividendos	N/A	N/A
17	Dividendo/cupão fixo ou variável	N/A	N/A
18	Taxa do cupão e eventual índice relacionado	N/A	N/A
19	Existência de um limite aos dividendos	N/A	N/A
20a	Discrição total, discrição parcial ou obrigatoriedade (em termos de prazo)	N/A	N/A
20b	Discrição total, discrição parcial ou obrigatoriedade (em termos de montante)	N/A	N/A
21	Existência de reforços ou outros incentivos ao resgate	Não	Não
22	Não cumulativos ou cumulativos	N/A	N/A
23	Convertíveis ou não convertíveis	Não convertível	Não convertível
24	Se convertíveis, desencadeados(es) da conversão	N/A	N/A
25	Se convertíveis, total ou parcialmente	N/A	N/A
26	Se convertíveis, taxa de conversão	N/A	N/A
27	Se convertíveis, conversão obrigatória ou facultativa	N/A	N/A
28	Se convertíveis, especificar em que tipo de instrumentos podem ser convertidos	N/A	N/A
29	Se convertíveis, especificar o emitente do instrumentos em que serão convertidos	N/A	N/A
30	Características de redução do valor (write-down)	Sim	Sim
31	Em caso de redução do valor, desencadeador(es) dessa redução	A CCAML, em conformidade com o Artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 24/91, de 11 de janeiro, considerando o Artigo 4.º dos Estatutos da CCAML.	A CCAML, em conformidade com o Artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 24/91, de 11 de janeiro, considerando o Artigo 4.º dos Estatutos da CCAML.
32	Em caso de redução do valor, total ou parcial	Total ou parcialmente	Total ou parcialmente
33	Em caso de redução do valor, permanente ou temporária	N/D	N/D
34	Em caso de redução temporária do valor, descrição do mecanismo de reposição do valor (write-up)	N/A	N/A
35	Posição na hierarquia de subordinação em caso de liquidação (especificar o tipo de instrumentos imediatamente acima na hierarquia de prioridades)	N/A	1.ª Coluna
36	Características não conformes objeto de transição	Não	Não
37	Em caso afirmativo, especificar as características não conformes	N/A	N/A

(1) Indicar «N/A» se a questão não for relevante



Anexo II – Política interna de seleção e avaliação da adequação dos membros dos órgãos de administração e de fiscalização da Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Leiria

POLÍTICA INTERNA DE SELEÇÃO E AVALIAÇÃO DA ADEQUAÇÃO DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO E DE FISCALIZAÇÃO DA CAIXA DE CRÉDITO AGRÍCOLA MÚTUO DE LEIRIA, CRL

I. Introdução

- I.1. Ao abrigo e nos termos do n.º 2 do artigo 30.º-A do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras (RGICSF), o presente documento define a **Política Interna de Seleção e Avaliação da Adequação dos Membros dos Órgãos de Administração e de Fiscalização da Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Leiria, CRL (CCAML)**, o qual foi elaborado de acordo com o definido na legislação e regulamentação aplicáveis, designadamente:
- Os Estatutos da CCAML;
 - O Regime Jurídico do Crédito Agrícola Mútuo, aprovado pelo Decreto-Lei 24/91 de 11 de janeiro;
 - O Código Cooperativo, aprovado pela Lei 51/96, de 7 de setembro;
 - O Regime Jurídico das Instituições de Crédito e Sociedade Financeiras, aprovado pelo Decreto-Lei 298/92, de 31 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei 157/2014, de 24 de setembro;
 - O Código das Sociedades Comerciais, aprovado pelo Decreto-Lei 262/86, de 2 de setembro;
 - As recomendações do Banco de Portugal, através da sua Carta Circular nº. 2/2015/DSP, que difundia as Orientações da Autoridade Bancária Europeia (EBA), sobre a avaliação da aptidão dos membros do órgão de administração e fiscalização das instituições de crédito.
- I.2. A presente política atende ao princípio da proporcionalidade, previsto no n.º 5 do artigo 30.º do RGICSF, bem como dos **Pontos 7.1 e 7.3 das Orientações EBA/GL/2012/06, de 22 de Novembro de 2012**, mormente a sua natureza (*cooperativa de âmbito regional, que abrange os concelhos de Leiria, Marinha Grande e Ourém,*) a respetiva dimensão, *aferida por um volume negócios relativos a 2014 de 792.751.624,00 Euros e do ativo líquido a 31 de Dezembro de 2014 de 440.087.466,00 Euros*, e a complexidade da atividade da **CCAML**, *consubstanciada nas operações de receção de depósitos bancários, à ordem ou a prazo, na concessão de crédito, incluindo emissão de garantias, na prestação de serviços de pagamento e de meios de pagamento, incluindo cheques, e de mediação de seguros*, que determinam as diferentes exigências, em termos de formação e experiência, inerentes aos diferentes cargos ao nível do órgão de administração e fiscalização.

II. Princípios Gerais

- II.1. A **CCAML** assume o compromisso de verificar, em primeira linha, se todos os candidatos a membros dos órgãos de administração e fiscalização possuem os requisitos de adequação necessários para o exercício das respetivas funções.
- II.2. O Conselho de Administração é o órgão de administração responsável por assegurar uma gestão sã e prudente da **CCAML**, com vista, em particular, a salvaguardar os fundos que lhe estão confiados e garantir que os rácios de solvabilidade e liquidez são cumpridos em permanência. Este, atenta a natureza cooperativa da **CCAML**, assegura que as finalidades específicas associadas ao crédito agrícola são prosseguidas no quadro de uma estratégia que garanta a sua observância no médio e longo prazos e salvedor, também nesse âmbito temporal, os interesses dos seus associados, depositantes e demais clientes e contrapartes, bem como dos seus colaboradores. O órgão de administração, para ser eficaz na missão que lhe está confiada, deve combinar a preservação dos valores cooperativos do crédito agrícola com uma gestão de risco adequada própria de uma instituição de crédito.
- II.3. O órgão de fiscalização da **CCAML** deve velar pela observância das regras legais, regulamentares e estatutárias que regem a atividade da **CCAML**, em particular e em permanência, pela solidez e eficácia do sistema de governo interno da **CCAML** por forma a garantir a sua gestão sã e prudente, fiscalizando as atividades do órgão de administração e a eficácia do sistema de gestão de riscos, do sistema de controlo interno e do sistema de auditoria interna, tendo em conta as melhores práticas e as recomendações relevantes em matéria de governo interno.



De igual modo, fiscaliza o processo de preparação e divulgação da informação financeira, incluindo a regularidade dos livros, registos e documentos contabilísticos.

III. Critérios de Adequação

III.1. A avaliação dos membros dos órgãos de administração e de fiscalização da **CCAML** é feito de acordo com os critérios Adequação previstos na Lei e na Regulamentação aplicáveis, constantes nos anexos 1 e 2 ao presente documento.

III.2. A Adequação dos órgãos de administração e de fiscalização é avaliada tanto em base individual, isto é, relativamente a cada um dos membros, singularmente considerado, quanto em base coletiva, ou seja, relativamente ao órgão, colegialmente considerado.

III.3. Para efeitos da avaliação da **Adequação em base individual**, cada membro ou candidato a membro dos órgãos de administração e de fiscalização, deverá preencher os seguintes requisitos:

III.3.1. **Idoneidade**, que será aferida em função do seu comportamento profissional e pessoal; da sua capacidade de decisão criteriosa e ponderada; da sua propensão para cumprimento pontual das respetivas obrigações; e da compatibilidade da sua conduta com a preservação da confiança do mercado.

III.3.2. **Qualificação profissional**, que será aferida em função das suas habilitações académicas; da sua formação especializada; da sua experiência profissional relevante; da sua compreensão do funcionamento da **CCAML**; da sua capacidade de avaliação dos riscos da atividade; e da capacidade de análise crítica das decisões.

III.3.3. **Independência**, que será aferida em função da necessidade de promoção da isenção; da prevenção à sujeição a influências indevidas; e da prevenção de conflitos de interesses.

III.3.4. **Disponibilidade**, que será aferida tendo em vista a garantia de dedicação necessária ao exercício da função, bem como a prevenção do mau desempenho do cargo, nomeadamente devido à cumulação de cargos.

III.4. Para efeitos da avaliação da **Adequação em base coletiva**, os órgãos de administração e de fiscalização deverão preencher os seguintes requisitos:

III.4.1. **Qualificação profissional**, que será aferida tendo em vista a garantia de diversidade de qualificações e competências, bem como da suficiência de conhecimentos, competências e experiência.

III.4.2. **Disponibilidade**, que será aferida tendo em vista a garantia de dedicação necessária ao órgão, bem como a prevenção do mau desempenho do mesmo, nomeadamente devido à cumulação de cargos dos respetivos membros.

III.4.3. **Promoção da igualdade de género**, no sentido de assegurar o equilíbrio representativo de homens e mulheres na composição dos órgãos de administração e de fiscalização.

III.5. A Adequação é apreciada com base em critérios de natureza objetiva.

IV. Avaliação da Adequação

IV.1. Compete a uma Comissão de Avaliação específica, constituída pelos membros da **Mesa da Assembleia Geral da CCAML**, a avaliação da Adequação dos membros ou dos candidatos a membros aos órgãos de administração e de fiscalização.

IV.2. Para o efeito, cada candidato a membro dos órgãos de administração entregará ao **Presidente da Mesa da Assembleia Geral**, em anexo à lista que integra, uma declaração escrita com todas as informações relevantes e necessárias para a avaliação da sua adequação, incluindo as que forem exigidas no âmbito do processo de autorização do Banco de Portugal, conforme anexos 1 e 2 ao presente documento.

IV.3. Os membros dos órgãos de administração e de fiscalização devem comunicar imediatamente, por escrito, ao **Presidente da Mesa da Assembleia Geral**, com conhecimento ao **Conselho de Administração** e ao **Conselho Fiscal**, quaisquer factos supervenientes que alterem o conteúdo da declaração que prestaram nos termos do ponto anterior.

IV.4. O **Presidente da Mesa da Assembleia Geral** reúne a Comissão de Avaliação específica, que procede à reavaliação da Adequação de qualquer membro dos órgãos de administração ou de fiscalização sempre que receba a comunicação a que se refere o ponto anterior ou tome, por qualquer outro meio, conhecimento de quaisquer factos supervenientes que alterem o conteúdo da declaração a que se refere



o **Ponto IV.2** ou possam, por qualquer outro modo, determinar o não preenchimento dos requisitos exigidos.

- IV.5.** Para efeitos de reavaliação, o **Presidente da Mesa da Assembleia Geral** poderá solicitar ao membro dos órgãos de administração e de fiscalização em causa, a prestação de informações, de documentos ou de quaisquer outros elementos tidos por convenientes, devendo receber as informações, os documentos ou quaisquer outros elementos que o mesmo queira, por sua iniciativa, prestar.
- IV.6.** No final do processo de avaliação ou de reavaliação, o **Presidente da Mesa da Assembleia Geral** preparará um Relatório de Avaliação de Adequação, o qual deverá ser disponibilizado à Assembleia Geral e remetido ao Banco de Portugal, nos termos legais.
- IV.7.** A **Comissão de Avaliação específica** poderá utilizar todos os meios disponíveis na **CCAML** que considere necessários para a avaliação ou reavaliação da **Adequação**, incluindo o pessoal técnico especializado.

V. Da Independência dos Membros dos Órgãos de Administração e de Fiscalização

- V.1.** Os membros dos órgãos de administração e fiscalização devem evitar qualquer circunstância suscetível de abalar a sua independência, enquanto requisito de **Adequação em base individual**, colocando-os, designadamente, em situação de conflitos de interesses ou em posição de sujeição a influências indevidas.
- V.2.** Considera-se existir situação de conflitos de interesses ou posição de sujeição a influências indevidas nos casos previstos na legislação ou regulamentação aplicável à **CCAML**, bem como em toda e qualquer outra circunstância em que um membro do órgão de administração ou de fiscalização possa ver diminuído o desempenho objetivo, imparcial e isento das suas funções.
- V.3.** Os membros dos órgãos de administração ou de fiscalização devem informar imediatamente os restantes membros do órgão que integram logo que se apercebam da ocorrência de uma circunstância suscetível de abalar a sua independência, enquanto requisito de Adequação em base individual.
- V.4.** Os membros dos órgãos de administração ou de fiscalização não podem participar, discutir e deliberar sobre matérias em que possa estar em causa a sua independência, enquanto requisito de **Adequação em base individual**.

VI. Formação Profissional

- VI.1.** A **CCAM** promove a formação dos membros dos órgãos de administração e de fiscalização, de modo a garantir a sua qualificação profissional, enquanto requisito de **Adequação**, tanto em base individual, quanto em base coletiva.

Leiria, 26 de março de 2015